

TÚLIO BOTELHO MOREIRA DE CASTRO

O “ÍNDIO” POR VÁRIOS *TIPOS*:
REPRESENTAÇÕES DOS INDÍGENAS A PARTIR DO *DIÁRIO DO RIO DE*
***JANEIRO* (1850-1858)**

DOURADOS - 2024

TÚLIO BOTELHO MOREIRA DE CASTRO

**O “ÍNDIO” POR VÁRIOS TIPOS:
REPRESENTAÇÕES DOS INDÍGENAS A PARTIR DO *DIÁRIO DO RIO DE
JANEIRO* (1850-1858)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *Sociedade, Política e Representação*.

Orientador: Prof. Dr. **Luís César Castrillon Mendes**

DOURADOS - 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C355" Castro, Túlio Botelho Moreira De
O "ÍNDIO" POR VÁRIOS TIPOS : REPRESENTAÇÕES DOS INDÍGENAS A PARTIR DO
DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO (1850-1858) [recurso eletrônico] / Túlio Botelho Moreira De
Castro. -- 2024.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Luís César Castrillon Mendes.
Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Imprensa. 2. Índios. 3. Indígenas. 4. Representação. 5. Diário do Rio de Janeiro. I. Mendes,
Luís César Castrillon. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

TÚLIO BOTELHO MOREIRA DE CASTRO

**O “ÍNDIO” POR VÁRIOS TIPOS:
REPRESENTAÇÕES DOS INDÍGENAS A PARTIR DO *DIÁRIO DO RIO DE
JANEIRO* (1850-1858)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em 05 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientador:

Luís César Castrillon Mendes (Dr., UFGD): _____

2º Examinador:

Fernando Perli (Dr., UFGD): _____

3º Examinador:

Elisa Frühauf Garcia (Dr.^a, UFF): _____

4º Examinador (suplente):

Protásio Paulo Langer (Dr., UFGD): _____

5º Examinador (suplente):

Renilson Rosa Ribeiro (Dr., UFSCar): _____

Aos povos indígenas, que por séculos e ainda hoje são violentados fisicamente e culturalmente, mas que nem por isso deixam de lutar e resistir em suas terras e por elas, assim como por seus direitos de existirem.

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita de certo é um dos momentos mais duros e solitários para o pesquisador. O imergir nas fontes históricas e referências bibliográficas, assim como a prática de transpor os pensamentos que fervilham a mente ao papel, por muitas vezes nos coloca em uma situação de afastamento e até mesmo ausência junto a nossa família e amigos. Contudo, o apoio e a compreensão desses é o que por muitas vezes fez com que buscasse ânimo para chegar ao fim com a pesquisa. Por isso, não poderia deixar de externar o agradecimento àqueles que estiveram lado a lado comigo.

A *mainha*, Gislene Botelho, apesar de não existirem palavras para expressar minha gratidão, deixo o meu agradecimento por não ter medido esforços para que pudesse entrar e permanecer na pós-graduação, por sempre ter embarcado junto às minhas ideias, apoiado-me em minhas decisões e me tranquilizado nos muitos momentos de desespero. A Alice Botelho, minha irmã, agradeço por todo apoio e incentivo para que eu corresse atrás dos meus objetivos. Em simétrica importância deixo os meus agradecimentos a *voinha*, Creusa Botelho, a quem deve minha eterna gratidão por todo apoio, mas principalmente por ser o meu ponto de fé e por me ter sempre em suas orações.

Aos queridos Keila Carvalho e Thierry Pinho, amigos que tive a sorte de fazer ainda durante a graduação, o meu muito obrigado. O apoio de vocês durante todo o percurso, as conversas, as trocas e as lágrimas compartilhadas me deram coragem para seguir adiante. A nossa amizade que hoje se tornou referência seguirá sempre comigo. A Elaine Sodré, orientadora na graduação e hoje uma conselheira e amiga, obrigado por sempre estar disponível para fazer uma leitura crítica dos meus textos, por trocar indicações bibliográficas e contribuir para as reflexões a respeito das minhas fontes e objetos de pesquisa. Agradeço também a Igor Pereira por todo o apoio e compreensão durante o processo de escrita.

Ao meu orientador o professor Dr. Luís César Castrillon Mendes, que durante todo o período do mestrado esteve atento ao meu trabalho, e disponível para me ajudar nos diversos momentos que precisei, sempre me orientando da melhor forma possível, a quem agradeço também por todas as contribuições e ensinamentos que me foram transmitidos durante esse período.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFGD), Fernando Perli, Eudes Fernando Leite, Protásio Paulo Langer, Linderval Augusto Monteiro e Luís César Castrillon Mendes, em nome de quem agradeço também aos demais professores do programa.

Ao secretário do PPGH-UFGD, Wallace Gomes de Lima, muito obrigado por todas orientações e pelas respostas a minhas muitas dúvidas.

Aos membros da minha banca de qualificação Dr. Fernando Perli e o Dr. Protásio Langer, assim como ao meu orientador, gratidão pela leitura atenta e reflexões proporcionadas.

Às colegas e amigas que a pós-graduação me proporcionou, Carla Monteiro, Julia Falgeti, Paula Lima e Silva Ayabe, assim como ao meu “irmão” de orientação Jessé Schulz, pela companhia durante os cafés, almoços, pelas caronas, conversas e boas risadas, obrigado. Vocês fizeram com que a passagem pela Universidade Federal da Grande Dourados fosse mais leve e agradável. Foi um prazer imenso compartilhar tantos e tão bons momentos com vocês.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida, bolsa essa que foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho apresentado.

“Se o colonialismo nos causou um dano quase irreparável foi o de afirmar que somos todos iguais.”

Ailton Krenak

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

HDB - Hemeroteca Digital Brasileira

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGB - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

DRJ - *Diário do Rio de Janeiro*

RESUMO

Com o objetivo de contribuir para o alargamento do campo da história indígena, este trabalho busca analisar representações a respeito dos indígenas presentes no *Diário do Rio de Janeiro*, importante periódico da Corte, nas balizas temporais de 1850 a 1858. Partindo dos dados apresentados pela Hemeroteca Digital Brasileira, em que constam listados mais de 400 ocorrências a respeito da palavra “índio” no *Diário*, deu-se o trabalho de análise, filtragem e refinamento das mesmas com a finalidade de entender quais representações foram engendradas aos povos indígenas pelas publicações do periódico. Cabe destacar que a análise do periódico se deu na completude do material no recorte temporal apresentado, e não somente nas ocorrências listadas pela Hemeroteca. Por meio da análise e categorização das ocorrências encontradas, torna-se possível fazer uma análise qualitativa a respeito dessas representações, proporcionando um entendimento de como essas ideias e estereótipos a respeito dos povos originários que habitavam o território brasileiro hoje conhecido como Brasil foram engendradas na sociedade. Apresentados enquanto produtos de exposição, figurações circenses, marginais, hostis, bárbaros, violentos, mas também passíveis a catequização e correção social e criminal, pode-se dizer que os autóctones “brasileiros” tiveram sobre seus corpos lançados os mais diversificados tipos de representação. Entender as representações impostas naquele momento para os indígenas brasileiros permite que compreendamos um pouco da sociedade e do jogo político ao qual esses sujeitos estavam submetidos, fosse ele em função da ideia de civilização que pairava no ar, ou do propósito de espoliação do território indígena. O *Diário do Rio de Janeiro* apresenta riquíssimo material que permite lançar luz sobre as representações reproduzidas em suas páginas. Destarte, esse trabalho busca refletir a respeito das narrativas apresentadas pelo jornal e as formas como elas ressoavam naquele período, mas sem descartar os ecos que ainda se propalam pela sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Imprensa; Índios; Indígenas; Representação; *Diário do Rio de Janeiro*.

ABSTRACT

Aiming to contribute with the enlargement of the indigenous history field, the present work seeks to analyze representations of the indigenous peoples found in the *Diário do Rio de Janeiro*, (Rio de Janeiro Daily), an important periodical publication of the Brazilian Court within the 1850 to 1858 time frame. The Brazilian Digital Newspaper Library, when searched by keyword, presents a list of over 300 instances of the word “índio” (indian) appearing in the *Diário*. However, the analysis of the periodical was done within the whole of the time frame mentioned, not only of the occurrences listed. From the material survey conducted by reading all of the newspapers, the analysis, filtering and refining of it, with the goal of understanding which representations were imposed by the periodical publications upon the indigenous people. Through analysis and categorization of occurrences found, it was possible to conduct a quantitative analysis of the representation, and therefore acquire an understanding of how such ideas and stereotypes about native Brazilians were engendered in society. Introduced as exhibition products, circus figures or marginals, as being hostile, barbarian and violent but also susceptible to catechization, social and criminal correction, it may be said that autochthonous Brazilians had various types of representations cast upon their bodies. To understand the representations enforced at that moment on the Brazilian natives allows us to grasp a little about the society and the political game to which those subjects were submitted, were it at the service of the idea of civilization that lingered about, or for the purpose of indigenous land exploitation. The *Diário do Rio de Janeiro* presents very rich material that allows for light to be shed on the representations reproduced in its pages. Thus, the present paper seeks to reflect on the narratives presented by the newspaper and the ways they resonated at the time, not discarding the echoes that still proliferate in contemporary society.

Key words: Press; Indigenous people; Representation; *Diário do Rio de Janeiro*.

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas e Siglas	8
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
<i>AS FORMAS DO SEU TEMPO: Questões políticas, sociais e culturais do Brasil Imperial</i>	19
1.1. <i>Uma política em ebulição: a metamorfose imperial</i>	23
1.2. <i>A cultura em um novo tempo</i>	34
1.3. <i>A construção dos sujeitos e a cidadania</i>	43
CAPÍTULO 2	
<i>PARA ALÉM DO PAPEL: A imprensa e a construção do imaginário social</i>	53
2.1. <i>A cultura periodista em um mar de analfabetos</i>	56
2.2. <i>O Diário do Rio de Janeiro: o primeiro da imprensa brasileira</i>	61
2.3. <i>A imprensa folhetinesca: literatura e romances-folhetins nas páginas dos periódicos</i>	66
CAPÍTULO 3	
<i>SOB AS MARCAS DOS TIPOS: Os índios e os tipos narrados</i>	71
3.1. <i>Marginal, violento e bárbaro: as narrativas criminais sobre os índios</i>	75
3.2. <i>Tomar parte da comunhão e civilizar: catequese como mecanismo civilizatório ...</i>	80
3.3. <i>Morre o índio, nasce o símbolo: a literatura e a construção do índio mitificado ...</i>	84
3.4. <i>Por outros tipos e formas: narrativas destoantes e múltiplas</i>	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
FONTES	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

INTRODUÇÃO

Certamente, nem a mente mais progressista e inclinada às questões indígenas do século XIX imaginaria que duzentos anos à frente, o Brasil teria um Ministério dos Povos Indígenas e que essa pasta seria chefiada por Sônia Guajajara, uma liderança indígena reconhecida nacional e internacionalmente. Também, de certo que os homens das leis do Oitocentos não imaginariam que uma mulher indígena como Célia Xakriabá, poderia ocupar uma cadeira enquanto Deputada Federal, eleita com mais 101.000 votos pelo estado de Minas Gerais, a mesma localidade que a dois séculos atrás foi um dos agentes motivadores para que se declarasse “Guerra Justa” aos índios. Apesar das mudanças hoje percebidas a olhos nus a respeito das questões indígenas, ainda na contemporaneidade há muito de reflexo e reprodução do que fora outrora construído durante a formação do Estado Nacional, e que acabou sendo sedimentado no imaginário coletivo brasileiro.

Em contraste à densidade populacional, étnica e cultural, por muito tempo as narrativas históricas a respeito dos povos indígenas foram negligenciadas e invisibilizadas, promovendo assim o seu apagamento enquanto agentes históricos. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz (1993), por muito tempo, os autóctones brasileiros ficaram relegados apenas ao campo de pesquisa antropológica, sendo posicionados enquanto objetos de estudos. A inserção efetiva dos historiadores nas temáticas indígenas só ocorreu a partir de 1990, década em que, segundo Maria Regina Celestino de Almeida (2012), seria marcado o início de uma série de pesquisas que buscariam dar aos nativos o protagonismo a eles pertinentes na história nacional.

Para Thiago Leandro Vieira Cavalcante (2011), após a década de 1990, houve um crescimento de trabalhos e estudos relacionados a temática indígena no Brasil, o que aponta a importância com que o tema tem sido tratado nas últimas décadas. No entanto, apesar dos avanços feitos dentro e fora dos programas de pós-graduação, núcleos de estudos e laboratórios a respeito do assunto, ainda há muito o que se fazer, haja vista que apenas há três décadas os indígenas, assim como suas organizações e ações, passaram a figurar no certame científico na condição de protagonistas, posição que historicamente lhes foi negada.

Ao colocar em perspectiva as diversas temáticas, os múltiplos objetos, e as fontes históricas, é que se pode ponderar que ainda há muito o que se fazer. As relações políticas, sociais e culturais estão sempre figurando entre as pesquisas que são apresentadas, seja essas com foco de análise no século atual, ou passados. Contudo, questões relacionadas às representações dos indígenas no século XIX — ou agora no XXI — ainda encontram uma certa

lacuna nas pesquisas desenvolvidas. É partindo desse “vazio” que este trabalho se propõe a contribuir para os estudos na área, uma vez que busca entender as representações indígenas, suas construções e seus reflexos na sociedade oitocentista, assim como na atual.

Cabe demarcar que, por muitas das vezes, os povos indígenas serão denominados neste trabalho apenas como “índios”. Para Daniel Munduruku (2018), a usabilidade do termo “índio”, quando feito por não-indígenas impõe um sentido de inferioridade, haja vista toda a carga pejorativa que historicamente foi imbuída a ele. Compreendendo todo o debate dentro e fora dos territórios indígenas e das universidades é que se torna importante fazer esta ponderação, uma vez que a aplicabilidade do termo grafado como “índio” se dará apenas em função de ser uma pesquisa localizada temporalmente no século XIX e ser esse o termo empregado ao período.

Enquanto sujeitos pautados em publicações das instituições de 1800, nos libelos literários, nos relatos dos viajantes e dos padres, ou até mesmo nos periódicos da época, os indígenas sempre foram representados de acordo com os interesses do momento. Ora apontados como selvagens ou mansos, bárbaros ou indulgentes, incivilizados ou passíveis de civilização, ou ainda como canibais ou heróis nacionais, os índios brasileiros sentiram sobre si e sobre suas identidades recaírem variadas representações. Representações essas que, propositadamente ou não, ainda hoje são reproduzidas nos mais variados espaços.

Para Roger Chartier (2002), as representações são apresentadas com a finalidade de atender e legitimar comportamentos de uma determinada sociedade. Logo, as que foram lançadas sobre os indígenas se colocavam com a finalidade de atender um projeto político e de poder daquele momento. A esse respeito, Tomaz Tadeu da Silva complementa que:

[...] a representação não aloja a presença do “real” ou do significado. A representação não é simplesmente um meio transparente de expressão de algum suposto referente. Em vez disso, *a representação é, como qualquer sistema da significação, uma forma de atribuição de sentido*. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder (2012, p. 91, grifo meu).

Corroborando ao apresentado, Carlo Ginzburg coloca que todo o debate a respeito da representação se dá em função de esse ser um termo ambíguo. Para Ginzburg, a representação “faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença” (2001, p. 85). Ao mobilizarmos o conceito para o século XIX, conseguimos, então, entender que as representações forjadas para os índios se davam em função da imposição de uma relação de poder, mas também da tentativa

de fazer com que certas ausências pudessem ser recriminadas. As representações acabavam por cumprir o papel de projetar na sociedade aquele índio que queriam que fosse visualizado.

Os indígenas apresentados nos periódicos acabavam assim por transitar entre o real e o imaginado, haja vista que, após o contato do polo receptor¹ com a representação desses sujeitos, abria-se a possibilidade de se construir um imaginário a respeito dos mesmos. Para Juremir Machado da Silva, o imaginário “[...] opõe-se ao real, na medida em que, pela imaginação, representa esse real, distorcendo-o, idealizando-o, formatando-o simbolicamente [...]” (2012, p. 9). Assim, ao construir uma narrativa a respeito dos índios enviesada pela perspectiva da violência, o polo receptor, ao ter contato com aquele conteúdo, induziria um imaginário a respeito daqueles que foram narrados, uma vez que “[...] o imaginário, contudo, não surge do nada. Não se trata de uma aquisição meramente espontânea. Em outras palavras, pode ser induzido” (Silva, 2012, p. 20).

Passivos, insubordinados, violentos, apresentados enquanto figuras caricatas, criminosos, preguiçosos, avessos aos trabalhos nas plantações e pagãos, essas foram algumas das muitas formas como os autóctones brasileiros foram narrados. Em grande parte, tinham suas histórias e identidades massificadas e unificadas, desprezando as características culturais de cada grupo, que ocupavam as vastas planícies brasileiras. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi um célebre agente para a difusão de tais narrativas. Em um trabalho anterior, em parceria com Elaine Leonara de V. Sodré (2019), já observamos que o Instituto Histórico foi fundamental para a corporificação das muitas adjetivações que foram atribuídas aos índios.

O IHGB foi o espaço onde os indígenas tiveram uma importante figuração. Foi a partir da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*, que as representações acerca dos indígenas passaram a alcançar outros intelectuais que porventura não fossem membros daquele egrégio espaço intelectual. Ao que concerne as publicações da *Revista do Instituto*, Lúcio Tadeu Mota destaca que “[...] a partir de 1839, os trabalhos voltados para as questões indígenas ocupariam expressivo espaço, numa clara demonstração de que a reflexão sobre a ‘questão indígena’ era parte substancial da discussão mais ampla relativa à questão nacional” (2006, p. 124, grifo do autor). Logo, percebe-se que a figura indígena se fez mais que presente no primeiro e talvez mais importante espaço intelectual do Brasil oitocentista.

¹ Ao se utilizar da ideia de polo receptor, toma-se como referência José D’Assunção Barros, quem apresenta que “[...] o ‘polo receptor’ é o qual se refere aos leitores habituais ou ocasionais do periódico, sejam estes os compradores do objeto-jornal ou aqueles que têm acesso às suas notícias e matérias por outros meios” (2023, p. 49).

Apesar das produções apresentadas no IHGB, a ele não pode recair toda a culpa das representações, tendo em vista que os periódicos que circulavam pela Corte brasileira já narravam os indígenas nas mais baixas letras. Os jornais, para além de cumprir o papel de informar, colocavam-se enquanto um expoente das vozes comuns da sociedade. Foi em meio às páginas dos periódicos que os indígenas passaram a figurar as colunas policiais e criminais, sendo narrados em alguns momentos enquanto promotores da desordem, agentes do caos, e, em outros, recebendo julgamento e pena de crimes atribuídos a eles.

O *Diário do Rio de Janeiro (DRJ)* foi um desses espaços em que o índio assumiu as mais diversificadas nuances. Originalmente comercial, o *Diário*, com o passar dos anos, viu suas páginas darem espaço a seções políticas, em que os nativos passaram também a serem apresentados de forma recorrente. Para Matias Martinez Molina (2015), o *Diário do Rio de Janeiro*, assim como o *Jornal do Commercio (RJ)* e o *Diário de Pernambuco*, foi um dos mais importantes periódicos da história nacional, haja vista a grande circulação e o avultado número de leitores que atingia. Logo, temáticas de relevâncias do momento, assim como reprodução de importantes informes político-institucionais figurariam neles.

É inquestionável a importância que o *Diário do Rio de Janeiro* teve para imprensa nacional. Basta olhar o número de exemplares disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) para perceber sua ampla circulação. Gestado enquanto jornal local, com o tempo foi ampliando sua circulação e, assim, promovendo uma maior difusão de suas ideias. Em virtude da relevância, circulação, e pelo seu cunho político, o *Diário* foi selecionado para ser a fonte histórica que subsidiará as análises para este trabalho.

Para Tânia Regina de Luca, a imprensa deve ser entendida como uma “instância subordinada às classes dominantes” (2015, p. 118), o que implica compreender que as narrativas expressas nos periódicos eram, em sua maioria, propostas pela elite da época. Logo, os intelectuais responsáveis pelos jornais respondiam às demandas políticas que lhes eram atribuídas pelas oligarquias proprietárias dos periódicos (Luca, 2015). Assim, ao se utilizar dos impressos como fonte, tem-se a possibilidade de uma análise para além do meramente expresso nas letras, o que para José D’Assunção Barros consiste em “[...] ler nas entrelinhas, perceber os seus silêncios, os seus entreditos e interditos” (2023, p 23).

Mediante consulta feita na HDB, foi possível constatar que o *Diário do Rio de Janeiro*, para além de ter sido um dos periódicos de grande alcance na Corte, foi também um dos que mais gastou tinta para estampar ocorrências sobre os indígenas brasileiros. A partir de busca realizada por meio do termo “índio”, em *software* utilizado pela Hemeroteca, foi possível

localizar mais de 400 menções no periódico. No entanto, ao analisar todo o material dentro do recorte temporal proposto para o trabalho chegou-se a um número superior ao apontado pelo *software* de busca, ressaltando a vasta presença de discussões sobre os indígenas nas páginas do *Diário*. Portanto, após o levantamento e análise de todo o material encontrado, foi possível traçar as formas como os autóctones brasileiros foram representados, tal como entender a provável dinâmica por de trás dessas ações.

A respeito das ocorrências com o termo “índio”, cabe pontuar que o material levantado apresentou informações a respeito de diversificados grupos indígenas, de diversas partes do território brasileiro. Maranhão, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul foram algumas das localidades em que o jornal aparece com narrativas a respeito dos indígenas. Também foi possível encontrar menções de índios Guarani, Kaiowá, Charrua e Xokleng, entre outros grupos. No entanto, ao utilizar as menções sobre os indígenas, buscarei não os diferenciar mediante seu território ou grupo étnico. Entendendo que o mais importante é a noção da representação construída, e não o grupo em específico, buscarei entender todas as menções enquanto um grupo homogêneo.

Ao longo do trabalho, buscarei apresentar as diversas formas com que os indígenas nacionais foram representados no *DRJ*. Também, se discutirá a respeito dos impactos na sociedade, das representações reproduzidas pelo jornal, além de possíveis ecos dessas narrativas e do imaginário que fora construído na sociedade contemporânea. Considerando ainda o jogo político da época e a sociedade em si, buscar-se-á apresentar as possíveis relações entre os discursos presentes no *Diário do Rio de Janeiro* e os discursos políticos do momento.

Cabe ainda pontuar que, para a pesquisa proposta, as balizas temporais remontam ao período de 1850 a 1858, englobando parte do que ficou conhecido pela política da Conciliação². A escolha pelo recorte temporal se deu em função da abundância de ocorrências em que os indígenas aparecem narrados no periódico buscado na Hemeroteca. Para além da recorrência das menções sobre os indígenas nos jornais, foi nesse intervalo temporal que a *Revista do Instituto Histórico* fez a maior série de publicações tematizando os indígenas, o equivalente a 31% das publicações (Mota, 2006), dentro de uma análise dos seus primeiros 50 anos. Também não se pode perder de vista que fora nessa década que a Lei de Terras foi regulamentada, o que,

² Diz respeito à política que o Gabinete da Conciliação (1853-1857), liderado pelo Marquês de Paraná, desempenhou no Império. Para Ronald Vainfas, “a *conciliação* não significava *unir os partidos*, nem tão pouco conferir-lhes *unidade de pensamento*. Tratava-se de um modo diferente de encarar a política” (2002, p. 154, grifos do autor). Assim sendo, a política praticada pelo Gabinete do Marquês de Paraná, de acordo com Paula Ribeiro Ferraz, “representou a coroação de uma cultura política que visava, em última instância, diminuir os conflitos internos da elite, possibilitar a execução de um programa de reformas que necessitava de um amplo apoio político e, por fim, garantir a governabilidade do Estado” (2013, p. 14).

para João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto Ferraz (2006), significou um claro mecanismo de esbulho das terras indígenas.

Ao que diz respeito à apresentação, este trabalho se corporificará a partir de três capítulos, para além desta parte introdutória e daquela que intentará apresentar as considerações finais em relação ao corpo teórico-metodológico e a pesquisa. Na primeira parte intitulada “As formas do seu tempo: Questões políticas, sociais e culturais do Brasil Imperial”, objetiva-se apresentar as questões políticas, culturais e sociais no Brasil oitocentista e as formas como essas sofreram significativa alteração mediante a chegada da Família Real. Por isso, será necessário contextualizar o período e os movimentos aos quais a sociedade, assim como os povos indígenas, sucumbiu. Para Almeida (2012), em meio às mudanças ocasionadas pela chegada da Família Real, a pauta indígena não passou incólume, e é nesse sentido que tentou-se abordar também as formas como a corporificação do Império no solo brasileiro intensificou certas condutas aplicadas aos indígenas nacionais.

Já no segundo capítulo, que traz o título “Para além do papel: A imprensa e a construção do imaginário social”, será apresentado como a imprensa se organizou nacionalmente, o que, de acordo com Molina (2015), só aconteceu após a transferência da Corte. Apesar da imprensa começar a se corporificar com a chegada da Família Real, ela só atingiu o auge de sua estruturação a partir das Regências, haja vista que para Marco Morel (2003) fora nesse período em que os periódicos alcançaram importante protagonismo. Assim, torna-se importante analisar a imprensa enquanto um rico instrumento para difusão de informações em um território majoritariamente analfabeto. Também, entrarão no plano discursivo o periódico que fundamenta as análises representativas deste trabalho, o *Diário do Rio de Janeiro*. Assim, serão apresentadas as suas estruturas, tal como a sua importância no cenário do Rio de Janeiro enquanto agente motivador para a construção do imaginário social local e nacional.

Por fim, denominado como “Sob as marcas dos *tipos*: os índios e os tipos narrados”, o terceiro capítulo consiste na análise das mais das 400 ocorrências encontradas no *Diário do Rio de Janeiro*, a partir do levantamento feito nas balizas temporais apresentadas. As narrativas a respeito dos índios no periódico se apresentam nas mais variadas formas e tipos, desde relatos criminais, até discussões legislativas sobre os meios e recursos para a civilização e inserção dos indígenas na sociedade imperial o que de certo modo também representaria o seu extermínio étnico e cultural, uma vez que deveriam abrir mão de seus elementos identitários tais como língua, e cultura. Destarte, entender a respeito dessas representações é um caminho possível para que se possa refletir sobre o imaginário que fora induzido a esses sujeitos, representação e

imaginário que ainda hoje encontram espaço para reverberação na sociedade de forma preconceituosa travestida de opinião.

CAPÍTULO 1

AS FORMAS DO SEU TEMPO: Questões políticas, sociais e culturais do Brasil Imperial

Forças e hegemonias colonizadoras viram no século XIX mudanças profundas acontecerem em suas estruturas. Foi o Oitocentos então, palco de uma série de ações, assim como de sujeitos, que impuseram uma nova dinâmica ao período. Portugal, enquanto exemplo de uma dessas forças, viu toda a sua estrutura de poder ser comprometida em função das invasões napoleônicas que rondavam o seu território. Nesse sentido, fez necessário recalcular suas rotas com a finalidade de manter o Império Português de pé. Assim se deu a transmutação de todo o aparato político e institucional português, ao que resultou em um lançar luz sobre as terras brasileiras que se tornariam a nova sede da Monarquia e posteriormente um Império Independente.

Por meio da fuga da Família Real das terras lusitanas e do seu desembarque em terras brasileiras em 1808, a então América Portuguesa viu sucumbir o seu status de Colônia para que, assim, pudesse emergir nos trópicos continentais um Império. Já em 1822, ocorreu o rompimento político entre Brasil e Portugal, surgindo um Império “independente” e brasileiro, desgarrado do cordão umbilical que até então estabelecia o elo entre os dois territórios. Assim, a instituição de uma Monarquia indicou uma nova dinâmica política, intelectual, econômica e social em um território até então narrado como achavascado, inóspito e selvagem. Logo, o Oitocentos foi cenário de efervescências e ebulições que moldaram o regime que a pouco fora concebido.

Apesar de toda a movimentação do século XIX, esse período, não pode ser entendido como o ponto de partida para o surgimento do Império, mas como resultado de uma série de ações que foram iniciadas desde a chegada dos europeus no território que viria a ser denominado “Brasil”. Ao se pensar que, nos rincões dos documentos cartográficos produzidos a época, esboçava-se um novo país, para entendê-lo, faz-se necessário pontuar que questões que surgiriam no quinhentos, ainda ecoariam séculos a frente. Elementos como os sujeitos, a mão de obra, a exploração produtiva do território, bem como a elaboração de um projeto de civilização, fora ao longo da história sendo elaborado e rediscutido, haja vista que, ao final do Império e início da República, foram temáticas que sempre voltavam a baila das discussões políticas, como aponta Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015).

Do desembarque de dom João até a consolidação do que viria ser de fato o Estado imperial brasileiro, muita coisa fora colocada em disputa. O território foi um dos campos que entrou no certame da época. Disputado desde 1508 pelos colonizadores que desembarcaram no Brasil com a finalidade de explorar as riquezas naturais, mas também pelos indígenas que buscavam garantir a terra, a chegada da Família Real Portuguesa ao solo que viria a ser brasileiro intensificou ainda mais essa questão. De acordo com Luiz Felipe Alencastro (2019), com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, houve um adensamento populacional de aproximadamente 15 mil pessoas que migraram de Portugal junto de dom João. Ainda se deve considerar que, para além das pessoas, todo o aparato político e administrativo que operava do outro lado do Atlântico desembarcou no Rio, para que assim a Corte pudesse operar em plenos poderes.

A partir do desembarque da Família Real em solo brasileiro, muita coisa aconteceu nos dois lados do Atlântico. No entanto, foi a partir do tensionamento político que se apresentava em Portugal, pós-1820, que dom João VI retorna aos limites geográficos portugueses na Europa. Tal movimentação se deu com a finalidade de reinstituir assim o seu território e buscar reestabelecer sua hegemonia. Apesar do domínio político português se apresentar fragmentado frente ao que até então eram suas capitanias, para José Murilo de Carvalho (2012) e Alencastro (2019), o deslocamento da Corte fez com que o regime monárquico forjasse no Brasil, tal como no Rio de Janeiro, um comportamento independentista que seria constante no século XIX e XX.

Com o retorno de dom João, muito se debateu a respeito da legitimidade do território brasileiro frente a Portugal, haja vista que aquele fora abandonado pelo seu governante para que o seu filho na condição de regente assumisse. Nesse contexto, atrelado aos embargos e às demandas constantemente apresentados, dom Pedro, em 1822, proclama a independência do Brasil enquanto um Império independente e soberano.

A política que se estabelecera no território brasileiro a partir da independência seria tomada por outros rumos. A concepção e a consolidação de um Estado³, assim como sua identidade, seriam alguns dos motes do momento. Diferentes projetos de nação passaram então a ser pensados com finalidade de que em algum momento um deles pudesse ser implementado, e fora em meio a todos esses debates que as disputas políticas se acirraram. Apesar do Estado ter um papel fundamental para o entendimento de unidade de território e de ordem política, o

³ Ao se pensar a construção do Estado deve-se ter em mente que esse só foi de fato instituído a partir da Constituição outorgada em 1824, documento esse que estabeleceria os limites de poder e a sua forma de organizar o Brasil independente. João Paulo Garrido Pimenta (2022), ainda destaca que a concepção do Estado não se deu de maneira abrupta e imediatista, mas por meio de processos que se desenrolaram ao longo de décadas para que assim se constituísse plenamente.

pós-independência se deu em um período em que questões locais eram muito mais latentes e significativas do que as de maior amplitude nacional, dificultando assim o estabelecimento de liga entre províncias e Estado. A esse sentido, Thiago Krause e Rodrigo Goyena Soares apontam que “[...] a nação brasileira seria uma invenção artificial, mas necessária para o projeto de construção do Estado Imperial.” (2022, p. 41).

Ao se pensar as maneiras de forjar uma nação, os sujeitos que a ela faziam parte tornavam-se objeto de reflexão, tal como a identidade que essa assumiria. Os portugueses vindos da Europa, os povos originários e os escravizados negros poderiam se visualizar na identidade nacional que se buscava construir? De acordo com Krause e Soares (2022), ao se pensar uma identidade, a demarcação do outro era ponto fundamental, a esse outro podia ser atribuído não somente a ideia de similaridade, mas também a de não pertencimento, o que aconteceu com a população preta e indígena.

Com o vácuo de um representante da família Bragança à frente do Império, e tendo a Regência assumido a tarefa de governar o extenso território brasileiro, Schwarcz e Starling apontam que “[...] a questão sucessória incendiou as demais províncias, que agora, sem um rei no poder, passaram a contestar a legitimidade dos novos governantes, os quais estariam excessivamente voltados para lógica da corte carioca.” (2015, p. 243). Assim, a Regência jogaria luz a um problema até então pouco habilitado, a divergência das dinâmicas da Corte para as das províncias, sobretudo aquelas mais interioranas.

O Período Regencial em tese seguiu os moldes do que até então era praticado no quesito política. Em um regime político esgarçado e que seguia os mesmos padrões do Primeiro Reinado, Krause e Soares apontam que “escravizados, camponeses e indígenas estavam quase integralmente excluídos das instâncias políticas formais” (2022, p. 102). Desse modo, fora nesse espaço de acentuada exclusão que as classes subalternas aproveitaram para insuflarem rebeliões populares.

Questões latentes ao Primeiro Reinado ganharam força com dom Pedro II, a exemplo das relacionadas à exploração dos negros escravizados, que naquele momento já encontrava força externa para impactar a estrutura de governo. Contudo, esse ponto só ganhou relativa relevância a partir da segunda década do Segundo Reinado, quando se institui a Lei Eusébio de Queiroz em 1850. Apesar de propor o fim do tráfico de negros africanos com a finalidade de serem escravizados no Brasil, de acordo com Alencastro (2019), a prática não deixou de ser executada de imediato e, com o passar do tempo, alterou sua lógica uma vez que o tráfico interno se tornou mais comum.

Para além dos debates que foram restituídos na época, um marco para o período foi o caráter de ilustração e intelectualidade que o Império assumiu. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), assim como o Imperial Colégio Pedro II, apesar de terem suas fundações efetivadas nos últimos anos da Regência, ganhariam destaque nacional somente com o jovem imperador. Para Krause e Soares (2022), o IHGB e o Colégio Pedro II assumiram, então, enquanto instituições culturais, o papel de coligar e difundir um projeto de nação, projeto esse que, para Manoel Luís Salgado Guimarães (1988), fora em grande medida idealizado pelo próprio Instituto Histórico e os seus intelectuais, para que assim se forjasse um Estado-Nação forte e consolidado.

Sob as formas do seu tempo, o Império do Brasil se viu envolto de uma série de questões que modificaram as estruturas existentes em virtude dos jogos políticos em ação. O fortalecimento das instituições oficiais, as disputas para a concepção de uma identidade nacional, a abdicação de dom Pedro, as regências e suas revoltas, a escravidão negra, o golpe da maioria, a Guerra da Tríplice Aliança, as guerras aos indígenas e os debates sitiados ao Senado e à Câmara foram alguns dos elementos que fizeram com que o Oitocentos se caracterizasse como um dos períodos mais importantes da História Nacional. Assim, questões políticas, econômicas, culturais e sociais sempre estiveram intimamente entrelaçadas, mesmo que não fossem evidenciadas a olhos nus.

Este capítulo se apresenta partindo da necessidade de aprofundar os entendimentos a respeito das dinâmicas que agitaram as estruturas políticas, culturais e sociais do Império, assim como as suas metamorfoses. Frente à transmigração da Corte para a cidade do Rio de Janeiro, assim como todo o seu aparato político-administrativo, o campo político se apresentaria como um espaço estático e ordeiro, garantindo governabilidade a Pedro II? Seria a Corte a responsável por impor um novo tempo a cultura da Monarquia? E, por fim, quais foram os sujeitos que se apresentavam em uma sociedade de corte em constante movimentação?

É partindo das provocações apresentadas que este capítulo objetiva tematizar a respeito das mudanças que ocorreram no território brasileiro a partir da chegada da Família Real. No entanto, entram em foco as questões relacionadas a política imperial, a condição da cultura e suas mudanças e as questões que dizem respeito à construção social dos sujeitos. Ao abordar as mudanças políticas serão consideradas questões no campo administrativo e legislativos, assim como as suas interfaces frente aos povos indígenas. Já a cultura será apresentada considerando o *status* que a cultural local tinha em contraposição com a praticada na Europa, mas também levando em conta a interação com os povos indígenas, e como eles foram utilizados por essa

“nova” lógica cultural. Por fim, mas não menos importante, será discutido a respeito da construção dos sujeitos em uma sociedade estratificada e regida pelas diferenças sociais, com a finalidade de apontar o local a que o índio brasileiro estava relegado.

1.1. Uma política em ebulição: a metamorfose imperial

Apesar de parecer um assunto extremamente atual, as disputas políticas não são exclusivas ao século XXI. Já na instituição do Império⁴ e até mesmo antes dele, esse foi um campo em que grandes embates se apresentaram. De maneira direta ou indireta, a questão política sempre esteve presente nos mais diversos debates e espaços, fossem eles intelectuais, culturais ou sociais. Assim, o campo político sempre se interseccionou a outros desde o momento em que passou a ser mais corporificado e fomentado no território brasileiro.

Anterior à chegada da Família Real, a configuração política nas terras brasileiras se apresentou de diversas formas, mas foi com o Marquês de Pombal que os indígenas se tornaram agentes importantes para o mecanismo político. Para Vânia Maria Losada Moreira (2016), foi durante o Regime Pombalino que os índios se tornaram uma importante categoria jurídica. Ao que tange a questão indígena durante o Antigo Regime, Moreira aponta que “até as reformas pombalinas da década de 1750, a legislação acerca dos índios oscilou bastante” (2016, p. 241). Assim, foi só após o início da década de 50 do século XVIII, que tal perspectiva começou a mudar, uma vez que a questão indígena passou a ser agregada pelo consulado pombalino com fins de favorecer a liberdade dos índios e as suas relações sociais.

Em meio a toda essa configuração, para Mauro Cezar Coelho (2005), a intenção que se tinha para o momento era de seduzir os nativos e integrá-los enquanto súditos e vassalos da Coroa portuguesa, para assim torná-los úteis à sociedade aos modos de vista colonial. No entanto, para Vânia Moreira, a movimentação feita no período acabou resultando na “equiparação jurídica e política entre os índios e portugueses, garantindo aos indígenas os direitos fundamentais de liberdade, propriedade e autogoverno” (2023, p. 239). Assim, o

⁴ Compreendendo a existência do debate a respeito da configuração política-administrativa do Brasil a partir da chegada da Família Real, se faz necessário pontuar que, para denominar o território brasileiro enquanto Império, usa-se da ideia apresentada por Eduardo Romero de Oliveira, que entende a existência de um “império luso-brasílico, como um grande reino português com sede no Brasil. Trata-se da concepção de um estado fundamentado na manutenção do princípio de unidade das províncias e dos reinos em torno da monarquia e da dinastia regente [...] mas com autonomia do Reino do Brasil e direitos iguais deste aos de Portugal” (2005, p. 50). No entanto, deve-se apresentar também que após 1824 a concepção de Império está posta, haja vista que a Constituição explicita tal marcação, como pode-se observar em seu Art. 1º “O Império do Brasil é a associação política de todos os Cidadãos Brasileiros. Eles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se oponha a sua Independência” (Brasil, [2012] grifo meu).

movimento político feito durante o Regime Pombalino, que resultou nas Reformas Pombalinas de 1755, 1757 e 1758, em tese contribuiu para que os indígenas alcançassem *status* jurídico, e encontrassem certa seguridade política, tal como a sua liberdade plena e a possibilidade de ocupar cargos de governança em suas vilas e aldeias. Apesar da tranquilidade aparente nas leis apresentadas pelo Marques de Pombal, com a chegada da Família Real as estruturas relacionadas aos povos indígenas sofreriam significativa mudança.

A mudança com um velho modelo de se fazer e aplicar política se deu com a chegada da Família Real e com o desenrolar de sua vivência no território brasileiro. Para José Murilo de Carvalho (2022), com a instalação de uma nova estrutura de poder localmente, a prática política no Brasil passaria por adaptações com a finalidade de atender melhor o novo arranjo que se apresentara. Logo, aquela política feita à distância⁵ acabou sendo substituída por aquela de corpo presente, mas Carvalho (2012) aponta que essa só se consolidaria e ganharia destaque a partir da Independência e dos desdobramentos que viriam com as Regências.

Sem sombra de dúvidas, o deslocamento da capital do Império Português fez com que a política até então praticada começasse a ser modificada. Para Juliana Gesuelli Meirelles, “o Rio de Janeiro emergia como nova capital do Império Português, impulsionando, dessa forma, transformações políticas de grande impacto nos dois lados do Atlântico” (2015, p. 8). Pode-se então ponderar que toda a movimentação de fuga da Família Real para o território brasileiro acabou por delinear uma nova ralação luso-brasileira na ordem política da época.

Em um primeiro momento, as questões políticas nas quais o Brasil se viu envolto foram mais relacionadas aos projetos urbanos e culturais a serem implementados na nova sede do Império. Meirelles (2015) destaca que muitas foram as ações para que se instaurasse no Rio de Janeiro uma nova aura que pudesse dar à Corte toda pompa por ela desejada. Aspectos relacionados a um novo entendimento de cultura, assim como a elementos da educação também entraram no jogo político, e a esse sentido Meirelles pontua que “a preocupação com o enriquecimento cultural se tornava presente no cotidiano dessa sociedade, agora imersa nas mudanças culturais ocorridas na Corte” (2015, p. 20).

Com o início da consolidação de toda a estrutura de Corte no Rio, muitos aspectos sobre a sociedade foram ventilados com o propósito de que em algum momento fossem efetivados. O estabelecimento daqueles que seriam os cidadãos no Império foi muito debatido, haja vista a

⁵ A esse ponto deve-se ter em mente que, até a chegada da Família Real no Brasil, as decisões políticas sendo tomadas localmente ou não, sempre acabavam tendo o aval do governante que estava do outro lado do Atlântico, por isso a ideia de política à distância, haja vista que o crivo para qualquer tomada de decisão passava pelo governante máximo que tinha jurisdição pelo território.

negativa de atribuir tal categoria aos negros africanos, que eram escravizados e numerosos, em virtude do tráfico humano, assim como aos indígenas, uma vez que, para Vânia Maria Losada Moreira (2016), esses se opunham às políticas integracionistas adotadas pelo governo. Logo, mais uma disputa se estabelecia na sociedade, sendo essa a de quem poderia ou não ser considerado cidadão e assim usufruir das “benesses” sociais do período.

Em meio às questões postas até o momento, cabe ressaltar a política indigenista executada por dom João. A guerra aos indígenas, principalmente aos botocudos, fora declarada pelo regente por meio de Cartas Régias, entendendo os perigos apresentados pelos índios “bravos”⁶ para o desenvolvimento e expansão do Império (Oliveira; Freire, 2006). Para Maria Regina Celestino de Almeida (2020), a presença da Família Real em terras brasileiras salientava a demarcação dos autóctones enquanto inimigos, pois eles se opunham às práticas imperiais, resguardando assim a possibilidade de supressão desses povos, tal como a de espoliação de suas terras.

Apesar dos arranjos políticos até então firmados, sobretudo aqueles com a finalidade de promover um refinamento à sede do Império, fora a elevação do Brasil ao *status* de Reino que fez com que se iniciasse uma ebulição política, tanto localmente quanto em Portugal. Juliana Meirelles apresenta que para os lusitanos o descontentamento fora grande, haja vista que o “novo status político do Brasil que, conseqüentemente remodelava sua importância e centralidade do Império Português, colocava os brasileiros em pé de *igualdade* com os portugueses” (2015, p. 45, grifo da autora).

Tendo como projeto político a consolidação do Brasil enquanto sede do Império luso-brasileiro no Hemisfério Austral, a Revolução do Porto acabou se apresentando enquanto um empecilho frente a essa movimentação. Tal afirmação se dá uma vez que algumas das reivindicações se pautavam no retorno de dom João VI ao território português, assim como a redução do Brasil a condição de uma simples Colônia (Schwarcz; Starling, 2015). De certo, a movimentação dos liberais portugueses de 1820 acabou promovendo uma reconfiguração na lógica política que culminaria no processo de Independência do Brasil, mas também na instituição do jogo político.

Foi em meio a esses reveses políticos que no Rio de Janeiro começou a se organizar aquele grupo que seria denominado de Liberais. Corporificado por “homens que buscavam o

⁶ A essa designação, entende-se como bravos aqueles indígenas que se opunham aos processos de aldeamento, assim como o de supressão de sua cultura, língua e religiosidade em favor das praticadas pelos portugueses, e assim se colocando enquanto resistência a esses processos, como apontam Elisa Frühauf Garcia (2009), Fernanda Sposito (2012) e Maria Regina Celestino de Almeida (2020).

enriquecimento e a ascensão na esfera pública”⁷ (Meirelles, 2015, p. 62), os Liberais se tornaram agentes de importantes manifestações durante os anos finais do período Joanino. Para Emília Viotti da Costa, os Liberais tinham em seus ideais “armas ideológicas com que pretendiam alcançar metas políticas e econômicas específicas”, apresentando-se assim como “uma arma na luta das elites coloniais contra Portugal” (1999, p. 134).

Os Liberais brasileiros, minimamente organizados em um grupo político⁸ entendendo o momento a que o Império estava imbuído e os ecos que ressoavam em relação à Revolução Liberal do Porto, colocaram-se na condição de agentes de tensão de importantes movimentações nos espaços públicos durante o período Joanino. A perspectiva de retorno da Família Real a Portugal, a crise monárquica e o medo de que o imperador abandonasse o povo brasileiro fizeram com que inicialmente dom João VI atribuísse a d. Pedro a tarefa de regressar à antiga sede do Império. Tal movimentação consistiria em uma tentativa de apaziguar o outro lado do Atlântico com a figura de dom Pedro, enquanto do lado de cá caberia ao imperador a tarefa de apagar os focos de incêndio iniciados pela ebulição política liberal (Costa, 1999; Meirelles, 2015; Schwarcz; Starling, 2015).

Frente ao conflito que ocorrera na Praça do Comércio entre sujeitos Liberais e militares, que resultou em uma grande repressão aos civis (Costa, 1999; Schwarcz; Starling, 2015), ao tabuleiro do jogo político só caberia a movimentação de uma peça. Com destino a Portugal, quem acabara embarcando fora dom João, deixando em solo brasileiro dom Pedro enquanto um símbolo e agente da monarquia no Brasil. A permanência de um herdeiro ao trono fez-se abrir um novo tempo no jogo político localmente. Para Schwarcz e Starling, Pedro “permaneceria no Brasil, herdando esperanças e projetos políticos” (2015, p. 207), outrora iniciados por seu pai.

O interlúdio da saída do “*el-Rey*” até a sagração do processo de ruptura política entre Brasil e Portugal teve forte participação daquele que em solo brasileiro seria o responsável por personificar a monarquia portuguesa. Sob a batuta do novo governante, mesmo que em condição de regente, o Brasil e seu povo viu em d. Pedro a figura que colocaria fim ao despotismo do Antigo Regime em favor das liberdades (Schwarcz; Starling, 2015). Para Lilia

⁷ Emília Viotti da Costa vai além e pondera ainda que os principais entusiastas do grupo Liberal eram aqueles “cujos interesses se relacionavam com a economia de exportação e importação” (1999, p. 133) o que permite o entendimento de que eram sujeitos que em boa medida se apresentavam aversos as práticas comerciais impostas pelo Império.

⁸ Apesar de Costa (1999) adotar o termo partido político para designar o agrupamento ideológico Liberal que vinha acontecendo no século XIX, aqui será empregado o termo grupo político, haja vista que a estrutura de partido para esse seguimento só se apresentaria de maneira sistematizada a partir da Regência, como aponta Basile (2009). Para Schwarcz e Starling até mesmo a ideia de Partido Português e Partido Brasileiro seria contestável para época, uma vez que eles, assim como os Liberais se apresentavam mais como “correntes de opinião, grupos que guardavam os mesmos interesses” (2015, p. 204).

Schwarcz e Heloísa Starling, foram as elites políticas que se dividiam “entre conservadores vinculados a Bonifácio e os mais radicais que giravam em torno de Joaquim Gonçalves Ledo” (2015, p. 210) que seriam responsáveis por mobilizar a sociedade assim como ao imperador, com a finalidade de que se barrasse qualquer tentativa de recolonização que fosse imposta ao povo brasileiro.

Em meio a arena política em que Portugal buscava regenerar o Brasil ao seu antigo *status* de Colônia, assim como as acaloradas movimentações internas, para João Paulo Pimenta (2009), a separação era eminente. O divórcio litigioso⁹ a cada novo momento ganhava novas motivações, haja vista as constantes missivas que chegavam, assim como atos que em certo modo desestabilizavam o “Império” do lado de cá do Atlântico. Contudo, foi em meio a essa convulsão política que os conservadores e liberais deixaram em parte suas divergências de lado para atuarem enquanto agentes de uma coalizão pela ruptura política luso-brasileira.

Os que pensaram que, com o advento do *status* de Império Independente, o Brasil, em toda a sua porção territorial, teria paz, se engaram. A cisão entre Brasil e Portugal com o intuito de amenizar as tensões entre os dois territórios, assim como, o de suplantar na população brasileira a seguridade de sua autonomia não foi suficiente para fazer com que se instaurasse um ambiente plenamente ordeiro (Schwarcz; Starling, 2015). Apesar da intenção do Império de se colocar enquanto símbolo de união territorial, garantindo estabilidade ao mesmo (Schwarcz; Starling, 2015; Pimenta, 2022), os conflitos eram iminentes haja vista a extensão territorial e a todo o arcabouço político que estava em jogo. Logo, todo o projeto de civilidade idealizado, assim como a estrutura monárquica, se veria envolto em questões decisivas para o que ficaria conhecido como o Primeiro Reinado.

O ambiente, que nunca fora pacificado, encontraria no governo de dom Pedro I mais combustível para que as facções políticas se digladiassem em busca de poder. Fora então, em meio à necessidade de se esboçar uma Constituição específica para o Império Brasileiro, que o caldeirão político entraria em uma constante efervescência, e esses grupos buscariam fazer com que seus projetos fossem os escolhidos para o Brasil que se buscava construir. Para Gladys Sabina Ribeiro (2022), fora nesse espaço de disputa que grupos liberais e seus ideais encontrariam espaço para uma maior difusão, mas outras facções se apresentariam enquanto opositoras.

⁹ Expressão adotada por Lília Schwarcz e Heloísa Starling no capítulo 8 “Quem foi para Portugal perdeu o lugar: vai pai, fica filho”, da obra “Brasil: uma biografia” (2015) para se referir ao processo de separação entre Brasil e Portugal.

Em meio a todos os embates políticos envolvendo “partido brasileiro”, “partido português” e “bonifácios”, grupos¹⁰ que disputavam pelo projeto a ser aplicado na Constituição, a imprensa se tornaria um ringue para que disputas cotidianas acontecessem fora do espaço parlamentar. Para Ribeiro (2022) e Matías Molina (2015), os periódicos foram espaços de difusão e circulação das diferentes ideias a respeito do Império que se imaginava construir. Assim, a política acabou extrapolando o espaço privado da Assembleia Constituinte e atingindo o campo público, muito em função do que Maria Beatriz Nizza da Silva denominou de “divulgação oral de escritos” (1988, p. 12). A oralidade configurada por leituras públicas das publicações políticas dos jornais, passou então a ser mais um elemento de informação a sociedade. Logo, a imprensa se tornou um espaço em que os projetos políticos buscavam se sobrepor com a perspectiva de também influenciar nas tomadas de decisões.

Muitos foram os campos e assuntos apresentados para serem inserido à Constituição. Desde o velho debate a respeito de quem deveria ser considerado cidadão e até a assuntos que envolvessem os povos indígenas foram ventilados, para que de alguma forma fossem abordados (Krause; Soares, 2022). No entanto, muitos desses não tiveram a sorte de encontrarem campo fértil para o debate, vide a temática indígena que fora reverberada por figuras como José Bonifácio de Andrada. Bonifácio fora uma das vozes dissonantes que defendiam a inserção dos autóctones na sociedade com a finalidade de fazer com que esses pudessem trabalhar, viver e se comportar a partir do padrão social europeu como discutido por Fernanda Sposito (2012). Contudo, quando sancionado o documento que seria responsável por legitimar os sujeitos, assim como os projetos a que esses deveriam ser submetidos, de acordo com Krause e Soares a Constituinte “não atentou para a catequese e ‘civilização’ de indígenas” (2022, p. 47).

Insuflada pelos projetos apresentados pelos “partidos” português e brasileiro, e pela facção de Bonifácio, a Constituição esboçada começava se apresentar como um perigo para a estrutura monárquica que dom Pedro I representava (Schwarcz; Starling, 2015). Fora nesse sentido que, como apresentam Krause e Soares, “o imperador interrompeu violentamente os debates e outorgou uma Carta Magna mais centralista, menos reformista e que preservava o poder monárquico” (2022, p. 28), impondo então o que seria o conjunto legislativo que melhor lhe agradaria.

¹⁰ Schwarcz e Starling (2015) denominam os grupos políticos Liberais enquanto “partido brasileiro”, já aqueles que advogavam por poderes absolutos a Pedro I atribui a nomenclatura de “partido português” muito em função do grande número de lusitanos que o compunha, os “bonifácios” seriam aqueles que pertenciam ao grupo capitaneado por José Bonifácio, cuja defesa se dava em favor de uma monarquia constitucional e centralizada.

Ao que pese, de acordo com Oliveira e Freire, “o avanço do Estado colonial português e, depois de 1822, a consolidação progressiva do Estado brasileiro sobre os territórios indígenas estimularam a reação de índios aldeados que sofriam maus tratos de colonos e missionários” (2006, p. 84). Tal tratamento era reflexo da ausência de uma legislação que pudesse estabelecer uma seguridade aos povos originários, haja vista que a Constituição outorgada se furtava em dar uma maior abrangência a esses sujeitos. Assim, em meio a essa questão, grupos indígenas intensificavam a sua atuação em se oporem ao que até então fora arregimentado pelo Império.

A cada novo movimento feito no tabuleiro político as questões internas esquentavam mais, no entanto, as ações externas também passaram a exercer influência no Império, mediante a sua circulação. No tocante às influências externas, pode-se apontar as questões relacionadas a difusão de ideias a respeito do tratamento atribuído a líderes políticos entendidos enquanto déspotas. Nesse sentido Marco Morel destaca que a figura de “d. Pedro I foi também associada de maneira negativa a Bolívar e Fernando VII, no contexto que resultaria em seu afastamento definitivo do Brasil” (2003, p. 17). Outorgar a Carta Magna sem o devido debate entre os constituintes fez com que a imagem de dom Pedro I acabasse ficando desgastada frente à sociedade, desencadeando o entendimento de que a ele só caberia ser associado a um tirano.

Em meio a todas as questões que assolavam o Império, fosse o desgaste da imagem do imperador, a condição federalista que a Confederação do Equador promovera em algumas províncias do norte, ou até mesmo as questões sucessórias relacionadas a Portugal, para coroar todo o período, em 1831, no Rio de Janeiro, eclodiram uma série de conflitos que, para Morel (2003), impulsionariam ainda mais a queda do governante do Império. Fora em meio a esse contexto que grupos marginalizados, tais como indígenas e negros, se aproveitaram para participar dos movimentos, tendo como perspectiva pautarem questões ligadas às suas próprias lutas (Krause; Soares, 2022).

Sucumbido pelo isolamento ocasionado por suas próprias decisões políticas e, de acordo com Krause e Soares, pela circulação de periódicos de cunho liberal que apresentavam “rumores sobre uma imaginada recolonização portuguesa e a influência de um ‘gabinete secreto’ sobre d. Pedro I” (2022, p. 82), a saída seria a abdicação. A renúncia ao poder acabou sendo amplamente comemorada, mas fora também uma manobra que, de acordo Morel, dom Pedro I fez em “nome do príncipe herdeiro, prevendo em seu lugar uma Regência que deveria ser [...] sábia e moderada em defesa da ordem, da monarquia e da dinastia” (2003, p. 19). Assim, se encerrava um ciclo político e abria-se outro, onde a política se daria a partir de um mesmo *modus operandi*, mas com atuação de protagonistas diferentes.

Laboratório da Nação, como denominado por Marcello Basile (2009) e Thiago Krause e Rodrigo Soares (2022), ou Revolução, como postulado por Marco Morel (2003), foram alguns dos nomes dados ao período Regencial em virtude da sua importância para a política do Império. Marcado pela ausência da figura monárquica à frente do Brasil, a Regência foi conduzida pela elite que se revezou no poder. Em meio a esse contexto, estruturas como a imprensa desempenharam importante papel, acentuando os debates iniciados ainda no Primeiro Reinado. Questões como a estrutura de governo aplicada, assim como a condição atribuída aos sujeitos, mão de obra, reformas políticas e institucionais, voltariam a serem debatidas.

O Período Regencial deflagraria em solo brasileiro o que Basile definiu como “violenta disputa pelo poder” (2009, p. 60), em que as facções políticas buscariam de forma contundente legitimar seus discursos e projetos. Então, fora nesse campo de disputa que passaria a ocorrer o que Krause e Soares apresentam como “explosão da palavra no espaço público”, uma vez que espaços como o “legislativo, jornais, associações, ruas e até senzalas foram palco de discussão de ideias e projetos que talvez fossem impensáveis [...] poucos anos antes” (2022, p. 87).

Em meio a essa popularização do debate político, a imprensa e seus produtos foram ganhando capilaridade e se tornando mecanismos de difusão dos muitos projetos e posicionamentos existentes. Para Matias Molina (2015), a partir de 1830 a imprensa periodista atingiu um desenvolvimento nunca antes visto, que, para Basile, “vinculava-se intimamente às disputas políticas, à emergência de diferentes projetos políticos e à mobilização da opinião pública” (2009, p. 65). Por isso, pode-se pontuar que a imprensa assumiu um papel até então inexistente, o de formadora de opinião pública e o de ringue para os embates entre os projetos idealizados.

Sobre a ampliação da circulação dos periódicos cabe apontar que, apesar da capilaridade e maior difusão dos jornais para o período, fora durante a Regência que surgiram leis com a finalidade de cercear alguns dos debates neles apresentados. Krause e Soares colocam que “a lei de abuso de imprensa de 1830 proibia críticas ao sistema monárquico e à pessoa do imperador” (2022, p. 91), e a censura se intensificaria a partir da lei de 18 de março de 1837 que acabava impondo mais restrições à liberdade de imprensa. Contudo, apesar das tentativas de censura impostas, Basile pontua que os “jornais e panfletos foram os grandes responsáveis pela produção e difusão da cultura política, ultrapassando até a barreira do analfabetismo, uma vez que os impressos eram habitualmente lidos e comentados em voz alta em público” (2009, p. 65).

Para além das disputas encampadas nos libelos dos mais diferentes grupos políticos, no campo físico a instabilidade ficara cada vez mais explícita. Aos quatro cantos do Império, conflitos políticos e intelectuais, assim como revoltas, eram noticiados. De acordo com Basile, a política e todo o espaço de disputa extrapolavam cada vez mais “o tradicional espaço dos círculos palacianos e das instituições representativas” (2009, p. 62) e alcançava as camadas mais marginalizadas e emergentes da sociedade.

Apesar da “guerra das penas”¹¹, a Regência também se configurou por guerras no campo físico, fossem essas de cunho político, ou territorial-exploratório. No que diz respeito aos conflitos de cunho territorial-exploratório, cabe apontar que os indígenas foram alguns dos mais impactados, uma vez que se viram submetidos direta ou indiretamente a esses conflitos (Morel, 2003; Oliveira; Freire, 2006). Com o fim da legislação que estabeleceria guerra justa aos índios, toda a exploração e violência a que eles fossem submetidos não recairia sob o governo, uma vez que Morel pondera que “o Estado brasileiro se eximia da responsabilidade de guerrear contra os índios e também proibia a condição servil destes” (2003, p. 40), contudo, não buscava formas de coibir tais práticas. Logo, os indígenas brasileiros acabaram sofrendo com o peso das balas e dos chicotes para que tivessem o seu território espoliado e os seus corpos explorados.

Ao se pensar a questão indígena para o período, deve-se visualizar também a atuação desses sujeitos nos movimentos contestatórios. Krause e Soares destacam que “a instabilidade que marcou a Regência permitiu que vários grupos enxergassem oportunidades de intervir nas disputas políticas, ainda que nem sempre seja fácil discernir seus objetivos específicos”, e nesse contexto “grupos indígenas enxergaram a aliança com as forças da ordem como mais vantajosas para seus objetivos, talvez porque quando os movimentos contestatórios cresciam a ponto de ameaçar a ordem social a repressão era implacável” (2022, p.118-119).

Dentre as muitas revoltas que eclodiram por todo o território brasileiro, ocasionando assim um espectro de grande instabilidade (Schwarcz; Starling, 2015), duas tiveram grande atuação dos grupos indígenas. A cabanada¹² e a cabanagem¹³ foram movimentos pelos quais os grupos indígenas se envolveram de forma direta. Assim, pode-se dizer que de alguma forma acabaram assumindo um protagonismo nos movimentos, mesmo que por muito tempo a historiografia os tenha invisibilizados (Morel, 2003).

¹¹ Expressão adotada por Lúcia Bastos Pereira das Neves (1999), para se referir aos constantes embates políticos que aconteciam nos periódicos durante e após a independência do Brasil.

¹² Revolta que aconteceu entre 1832 e 1835, nas localidades de Pernambuco e Alagoas, que tinha como uma das suas principais bandeiras a regeneração de dom Pedro I a condição de governante do Brasil, como aponta Morel (2003).

¹³ Revolta localizada no Pará entre os anos de 1835 a 1836, apresentava como uma de suas reivindicações a descentralização do governo imperial e a defesa de grupos menos privilegiados, como aponta Morel (2003).

Para Morel, “nenhum momento da história do Brasil concentrou tanta violência num tempo tão curto e em extensões de terra tão largas” (2003, p. 65), logo só a figura de um monarca seria capaz de regenerar a sociedade. Então, abriu-se espaço para que se iniciasse o movimento que foi denominado de Regeneração e que ficou marcado pelo Golpe da Maioridade, uma manobra política, em que dom Pedro II, ainda criança, ascende ao trono do Império brasileiro. Para Schwarcz e Starling, tal movimentação se deu uma vez que para a época entendia-se que “só o monarca poderia garantir um poder centralizado e de representação nacional” (2015, p. 267).

O Segundo Reinado se destacaria por algumas melhorias que aconteceriam, sobretudo, no espaço da Corte. Schwarcz e Starling destacam que, em se considerar os períodos passados, foi com o reinado de dom Pedro II que “a Corte obteve, ainda outras melhorias: arborização (a partir de 1820), calçamento com paralelepípedos (1853), iluminação a gás (1854), bondes puxados a burros (1868), rede de esgoto (1862) e abastecimento domiciliar de água (1874)” (2015, p. 277). Contudo, para além das melhorias urbanas apresentadas, a figura do imperador ia além, personificando-se enquanto o bastião da pacificação. Para Lilia Schwarcz, após as tensões regenciais, o Brasil “era entendido como um oásis em meio à confusa situação latino-americana, e um monarca de linhagem e estilo europeus parecia garantir a paz e, por extensão, a civilização” (1998, p. 125-126).

Talvez, com exceção da questão negra que assombrava o Império desde a sua concepção, um fato de singular relevância para o período seria a alta rotação de ministros no gabinete ministerial. Para Sérgio Eduardo Ferraz, “a rotação dos ministérios entre 1840 e 1889 foi o resultado no mais das vezes da interação entre Executivo e o Legislativo” (2017, p. 64). No entanto, cabe destacar que a dinâmica política se dava com a centralidade do Poder Moderador, a que a Pedro II caberia balizar as ações relacionadas ao Brasil.

Durante todo o Segundo Reinado houve um total de 37 trocas ministeriais¹⁴ que impactaria diretamente nas tratativas de ação do Estado, haja vista a alternância partidária poderia interferir na dinâmica política (Carvalho, 2022; Ferraz, 2017). Para Ferraz, foi apenas na década de 50 que o Império alcançou “relativa estabilidade, estruturando-se, no território da antiga América Portuguesa, uma ordem política relativamente eficaz” (2017, p. 66). Seria então,

¹⁴ A essas trocas Ferraz (2017), atribui 9 divisões/categorias: 1- Palacianos, “Regressistas” e Liberais (1840-1848); 2- A volta dos “Saquaremas” (1848-1853); 3- A “Conciliação” (1853-1857); 4- A Pós-Conciliação (1857-1861); 5- De Caxias à “Liga Progressista” (1861-1868); 6- Gabinete Itaboraí e seus Limites (1868-1870); 7- Os conservadores do Império – Pimenta Bueno, Rio Branco e Caxias (1870-1878); 8- O “Segundo Quinquênio Liberal” (1878-1885); 9- Os últimos gabinetes – Cotegeipe, João Alfredo e Ouro Preto.

a partir do gabinete da Conciliação (1853-1857) que as práticas políticas se dariam de formas mais fervorosas.

A Conciliação marcou o reinado de dom Pedro II e abriu espaço para novos paradigmas políticos. O gabinete Paraná, como também ficara conhecido, promoveu o rompimento das hegemonias políticas sob as estruturas política-administrativas do Império (Ferraz, 2017; Carvalho, 2022). Para Krause e Soares (2022), foi ainda nesse momento que importantes reformas começaram a ser desenvolvidas, tal como a Reforma Eleitoral de 1855.

Em meio às disputas políticas, projetos de Estado e trocas de gabinetes, ao que concerne a questão indígena, cabe uma ponderação. A Lei de Terras, datada de 1850, e regulamentada em 1854, foi um importante marco para a questão indígena à época (Almeida, 2020). Para João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto Ferraz (2006), esse conjunto de leis que buscava regulamentar as posses de terras no Império, na prática consistia em um grave ataque aos povos nativos e à sua territorialidade.

Para Oliveira e Ferraz, a lei se dava enquanto um mecanismo de clara “espoliação das terras dos índios” (2006, p. 74). Os autores vão além ao afirmarem que “a lei de terras reduzia o direito indígena aos territórios dos aldeamentos” (2006, p. 75), uma vez que aquelas terras entendidas como devolutas só poderiam ser cedidas aos autóctones se fossem com a exclusiva finalidade de os aldear, promovendo assim com que se rompesse com a suas características de selvageria¹⁵. Assim, tal prática possibilitaria que a terra tivesse o usufruto aos indígenas, impedindo a sua alienação em desfavor desses grupos como apresenta Almeida (2020).

Em meio às conjunturas do Oitocentos, aos jogos políticos e suas dinâmicas, pode-se pontuar que o Brasil sempre passou por constante metamorfose, apresentando modificações ao bel-prazer do momento. De certo, os momentos nem sempre foram de parcimônia e amenidades, em muitos casos os embates foram grandes e até mesmo duradouros, e assim moldaram a vida pública e política no Império. Contudo, questões específicas sempre estiveram na baila dos debates, vide a questão dos indígenas brasileiros, ou até mesmo os arranjos de poder e da elite. Logo, a política imperial sempre se condicionou a uma constante ebulição que lançou as bases, propositalmente ou não, para uma conjuntura política até mesmo atual.

¹⁵ A respeito dessa designação, Almeida (2010), Sposito (2012) apontam que a característica de selvageria em muitos momentos fora atribuída aos indígenas em função de sua postura guerreira, mas também em razão de, em muitos momentos, se oporem à cristianização, tal como à obediência ao rei e à prática da língua portuguesa.

1.2. *A cultura em um “novo” tempo*

Como já apresentado, muitas foram as ações que sucederam diversas práticas no Império. Mudanças em paradigmas até então cristalizados aconteceram no desenrolar dos anos, promovendo o surgimento de novos entendimentos e elementos ao território nacional. A cultura foi um desses campos que sucumbiram a alterações frente ao novo contexto de mudança que o Brasil vivenciaria.

Um período em que a cultura se espelhava às práticas da Europa faz com que surjam questionamentos como: seria a Colônia um território inculto?; quais elementos culturais a Colônia poderia apresentar?; a chegada da Família Real seria o marco de um ‘novo tempo’ para cultura à época? Tantos outros questionamentos poderiam ser apresentados. No entanto, a proposta aqui consistirá em discorrer a respeito da virada de chave que ocorreu mediante a chegada da Corte ao território brasileiro. Assim, entrarão no plano discursivo práticas que buscavam projetar e equiparar o Império do Brasil com as sociedades europeias.

Antes de aprofundar o debate a respeito das mudanças culturais que se deflagraram no século XIX, cabe abrir espaço para um breve debate a respeito do conceito que norteia o presente subcapítulo. É entendendo a necessidade do conceito de cultura, assim como a abstração que o circunda, que se faz necessário pontuar que ela foi e ainda hoje é uma estrutura debatida por inúmeros intelectuais, sejam esses brasileiros ou não, muitas das vezes agregando esse conceito a outros que o interseccionam, ou até mesmo o atrelado a povos, grupos ou práticas particulares a determinados recortes espaciais.

É certo que o antropólogo Claude Lévi-Strauss seja um dos clássicos para se falar de cultura, haja vista seu trabalho *Raça e História* de 1952, em que se debruçou a entender as relações culturais dos sujeitos, assim como as suas construções. Contudo, autores como Zygmunt Bauman, Leslie White e Beth Dillingham, Manuela Carneiro da Cunha, Stuart Hall, entre outros, também se propuseram a entender e explicar o conceito de cultura nos seus mais variados segmentos e áreas. No entanto, uma coisa deve ser evidenciada: o conceitual por de trás da cultura é polissêmico, o que, para Leslie White e Beth Dillingham (2009), faz com que o conceito orbite entre a ideia e a abstração, possibilitando que ele seja atrelado a diversos campos de estudos e sujeitos.

É partindo da complexidade do termo que variadas são as definições que se apresentam, haja vista as constantes revisões a que o conceito tem sido submetido. Para Stuart Hall, cultura pode ser entendida como “[...] algo que engloba “o que de melhor foi pensado e dito” numa

sociedade”, permitindo assim que possa ser aplicado para se referir à(s) “[...] música popular, publicações, arte, design e literatura, ou atividades de lazer e entretenimento” (2016, p. 19, grifos meus). Logo, ao deslocar o entendimento desse conceito para o século XIX, podemos perceber a abertura de uma fissura cultural entre o Brasil até então Colônia, para o Brasil Império que buscava intensificar na Europa o seu reflexo.

Foi imbuído por esse pensamento de “*melhor pensado e dito*” como apresentado por Hall (2016, p. 19), que todos os traços culturais presentes no território brasileiro anteriores à chegada da Família Real, traços sobretudo da cultura dos povos indígenas que povoavam o Brasil, foram desqualificados e negados. Para aqueles que pisavam em um solo entendido como inculto e inóspito, tudo o que foi produzido e pensado diferente do que se tinha a época na Europa deveria ser suprimido (Schwarcz, 1993). Frente a essa negação da existência de elementos culturais alheios aos europeus, abriu-se espaço para que se iniciasse um “*novo*” tempo para cultura.

Com o desembarque da Corte no Rio de Janeiro, todo um aparato cultural “importado” de Portugal começou a buscar terreno no território que seria o mais importante do Império. Para Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), a Imprensa Régia e a Biblioteca Imperial foram alguns desses instrumentos que chegaram e já foram reivindicando seus espaços. Contudo, com o desenrolar do século, tantos outros locais foram lançados e buscaram se firmar, promovendo assim uma série de inspirações culturais que se projetariam no Império.

Anterior à chegada da Família Real, a imprensa era inexistente e praticamente impensada no território da Colônia. Matías Martinez Molina (2015) aponta que em 1706, na capitania de Pernambuco, em uma tentativa de se instalar um prelo em território colonial, a Coroa ordenou que a tipografia antes mesmo de iniciar os seus trabalhos tivesse a seu maquinário apreendido e enviado de volta a Portugal, impondo assim o que hoje podemos denominar de censura. Tal movimentação se dava em função de que manter a Colônia alheia às informações dos acontecimentos externos, assim como na ignorância intelectual, o que favoreceria o domínio do Império (Schwarcz; Starling, 2015). Não obstante, apesar de todas as proibições, a circulação de alguns impressos ainda acontecia mesmo que de maneira efêmera e clandestina, como ponderado por Molina (2016).

Somente com a chegada da Família Real foi que se tornou possível a atividade de tipografias no Brasil. Primeiro, a Imprensa Régia se colocava enquanto apenas uma instituição oficial do Império, sendo responsável por fazer as publicações oficiais e literárias (Carvalho, 2012; Schwarcz; Starling, 2015). No entanto, ela depois acabou assumindo também o papel de

censor das possíveis matérias que seriam publicadas pelas diversas tipografias que começaram a funcionar no território brasileiro. Para Nelson Werneck Sodré (1983), fora por meio da Impressão Régia que ocorreu a publicação do primeiro periódico feito em solo brasileiro. A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi então o primeiro de muitos jornais que circulariam e ganhariam destaque em um espaço em que pouco se tinha a cultura de consumir esse artigo de entretenimento e informação.

Junto à tipografia oficial do Império, outro elemento que ganhou destaque foi a Biblioteca Imperial. Em um espaço de pura erudição e de arrojada predominância cultural, a biblioteca contava com um rico acervo que viera direto de Portugal, nos porões dos navios que transportaram a Corte. Na América Portuguesa, os livros, que outrora tiveram a sua circulação proibida, passaram a ser entendidos como artigos fundamentais para a elevação cultural do Império Tropical (Schwarcz, 1993).

Apesar de toda a movimentação ao entorno dos impressos e elementos das letras, cabe pontuar que isso pouco seria usufruído de maneira direta pela população local. Lúcia Maria de Bastos Neves (1995) e Carvalho (2012) colocam que a taxa de analfabetismo durante o Império consistia a aproximadamente 85% do total dos sujeitos, isso considerando brancos, pretos e indígenas. Logo, pode-se indagar qual a real função dos periódicos e do avultado número de livros que se amontavam na Biblioteca Imperial, uma vez que poucos poderiam usufruir de fato do que ali se expressava. Para Alfredo Bosi (2012), todo esse agrupamento de livros e impressos tinham a finalidade de atender sobretudo uma pequena parcela da elite local e de projetar para o exterior que no Brasil havia ampla circulação de jornais e literatura, assim como em outras localidades europeias.

Fora em virtude do alto número de sujeitos inabilitados à leitura que os cafés e convivências em praças públicas favoreceram as dinâmicas culturais impostas. Leituras públicas, assim como debates entre senhores em cafeterias da época, acabavam se tornando comuns para o período. Para Neves, tal prática pode ser percebida uma vez que “numa sociedade regida pela oralidade, os analfabetos tomavam conhecimento das novidades ouvindo as leituras e participando das conversas e discussões sobre os acontecimentos políticos que ocorriam” (1995, p. 132). Assim, para Marcello Basile (2009), mesmo com o acesso à educação reduzida a uma pequena parcela da sociedade, fora a oralidade um dos subterfúgios para que muitos se mantivessem informados sobretudo sobre política, configurando-se uma prática de leitura indireta, que possibilitaria com que se abrisse um leque de acesso de informação a cultura a um público mais amplo.

Outros elementos da cultura europeia foram aos poucos sendo incorporados ao espaço social brasileiro a exemplo das pomposas roupas e até das práticas dos suntuosos bailes. Ao que diz respeito à mudança estética do vestuário da época, pode-se apontar que a moda francesa exerceu grande influência sobre os corpos femininos. Beatriz Albarez de Assunção e Isabel Cristina Italiano (2018) destacam que influência das modas pós-revolução francesa nas mulheres abastadas que povoavam o espaço de Corte. Assim, o estilo de vestuário seria influenciado pelas vogas estrangeiras até meados do século XIX, quando passariam a surgir os primeiros modistas nacionais (Assunção; Italiano, 2018).

Já os bailes foram inseridos na sociedade ao longo do século, tornando-se praticamente uma tradição. À medida que a vida pública no Império ia sendo moldada e assumindo uma nova conformação com maiores estruturas e então, ficando mais movimentada, os bailes como destaca Victor Andrade de Melo “tornaram-se mais comuns, e dinamizados por mestres que chegavam do velho continente” (2014, p. 755). No entanto, a dinâmica social a respeito dos bailes foi a cada ano sendo lapidada, de forma que como aponta Lilia Schwarcz, fora “durante os anos de 1840 e 1860, que se cria uma febre de bailes, concertos, reuniões e festas” (1998, p. 111), de maneira a contrapor a Corte às demais províncias, acentuando o seu avanço cultural.

Em meio a essa busca por uma afirmação cultural, também se apresentava a necessidade do estabelecimento de um projeto de construção nacional a que Luís César Castrillon Mendes chama de “incipiente Estado monárquico constitucional brasileiro”, (2022, p. 42). Foi assim que em 1837 se deu a fundação do Imperial Colégio de Pedro II. O Imperial Colégio se apresentaria enquanto uma possibilidade para a formação de bacharéis em letras em território nacional, evitando o egresso dos filhos da elite brasileira para a Europa com a finalidade promoverem essa formação.

Para Mendes, “[...] criar um estabelecimento de ensino modelar poderia facilitar a implementação de um projeto de integração nacional e forjar uma identidade comum que pudesse amalgamar, por meio da formação das futuras gerações, as especificidades regionais” (2022, p. 43). No entanto, Arlette Gasparello vai além ao ponderar que “o ensino secundário colegial pode ser visto como a materialização de uma política de formação das elites nacionais, como um grupo que deveria sobressair-se e manter-se distinto do conglomerado heterogêneo formado pelos habitantes do Brasil independente” (2004, p. 33). Assim, o Colégio Pedro II desempenhava um duplo papel: por um lado, abrigar e educar uma elite nacional que almejava ascender socialmente; por outro, destacar essa elite em relação a outras camadas da sociedade,

ao mesmo tempo em que promovia a formação de uma identidade nacional e fomentava um sentimento de pertencimento local.

O Imperial Colégio Pedro II não passou incólume ao que diz respeito aos debates sobre os indígenas. Mesmo que de forma branda, a temática foi abordada quando se foi pensado a respeito de quais manuais didáticos deveriam ser adotados pela instituição. A esse plano, podemos apontar o embate que se deu entre as produções de Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, que consistia em uma tradução do *Resumé de l'histoire du Brésil*¹⁶, e do pernambucano General José Ignácio de Abreu e Lima, com o *Compêndio de História do Brasil*¹⁷ (Gasparello, 2003).

Contudo, foi no *Compêndio* de Abreu e Lima que os indígenas nacionais ganharam uma maior abordagem, obra que enfrentou grande embargo por parte do Instituto Histórico e que resultou em uma guerra gélida com Francisco Adolfo de Varnhagen. Ao se referir sobre Abreu e Lima e sua obra, Gasparello destaca que “[...] a nação que emerge de seu compêndio não é pacífica, os heróis erram e cometem crimes e lutam por seus interesses. O índio é o *brasileiro* que luta contra os invasores e opressores; os colonos ambiciosos e cruéis na caça ao índio; o negro torna-se *fugitivo* e *audaz* [...]” (2003, p. 43, grifos da autora).

O que parece de fato ter contribuído para a condenação da obra do General, foi a oposição à construção de uma história nacional que buscou jogar luz sobre sujeitos que o Visconde de Porto Seguro e o IHGB buscavam invisibilizar, os índios e os negros, sujeito aos quais Abreu e Lima atribuía determinado valor perante a história do Brasil. Cabe ainda ponderar que, durante todo o embate entre o Visconde e José Ignácio de Abreu e Lima, este aplicou a denominação de “brasileiros” para se referir aos indígenas indistintamente, uma vez que apontou que “[...] uso desta palavra para significar naturais do país logo depois da descoberta, quando todos os brancos não tinham outra denominação senão a de portugueses, e a raça mesclada a de mamelucos, mestiços [...]” (1844, p. 51). Assim, vemos a singela importância a que Abreu e Lima deu aos indígenas em suas publicações que buscavam apresentar a história da nação que se conformava.

Ademais de todo o arcabouço cultural que se intentava construir, foi apenas após o processo de Independência que tal campo começaria se corporificar de fato. Com finalidade de fortalecer elementos culturais, e estabelecer a eles o elo com a ideia de Nação, Estado e

¹⁶ *Resumé de l'histoire du Brésil*, foi uma obra originalmente publicada por Ferdinand Denis (1798-1890), sendo ele um francês que percorreu terras brasileiras no início do século, que resultou em pesquisas que contribuíram para escrita do trabalho (Gasparello, 2003)

¹⁷ O *Compêndio de História do Brasil*, foi uma obra originalmente escrita pelo General Abreu e Lima (1794-1869), que teve sua publicação em 1843 pela tipografia dos Irmãos Laemmert (Gasparello, 2003).

Identidade, é que em 1838, inspirado no *Institut Historique de Paris* (IHP), cria-se no Brasil o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Para Manoel Luís Salgado Guimarães, ao remontar a fundação do IHGB “[...] permite entender a criação de uma instituição nos moldes de uma academia, como aquelas próprias do iluminismo, tendo, contudo, como projeto a traçar a gênese da nacionalidade brasileira [...]” (1988, p. 7).

Ainda a respeito do Instituto Histórico, cabe ressaltar a sua função enquanto uma instituição científica¹⁸ do período, em coligir uma história que fosse capaz de promover o sentimento de pertencimento a todo o Império. Para isso, além de se elencar elementos pertencentes ao território, se fez necessário recorrer a questões culturais para que assim se estabelecesse uma ligação entre a projeção e a possível realidade. No entanto, o IHGB não representava apenas uma instituição vinculada aos arranjos culturais internos do território, (Schwarcz, 1993), mas também como um espaço de produção intelectual aos moldes do que era feito na Europa, responsabilizando-se por viabilizar uma história que convergisse os interesses do Império, com projeções ao velho continente.

O IHGB, enquanto um egrégio espaço de produção cultural, assumiu para si o papel de buscar construir e consolidar uma história brasileira capaz de fazer com que se forjasse no imaginário social uma identidade nacional, como apontado por Silvia Figueirôa (1993). A esse sentido, Guimarães destaca que “escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico” (1988, p. 10). Assim, de acordo com Januário da Cunha Barbosa, secretário-geral da instituição, caberia ao Instituto e aos seus membros “reunir e organizar os elementos para a história e geografia do Brasil, espalhados por suas províncias, e por isso mesmo difíceis de colher por qualquer patriota que tentasse escrever exatamente tão desejada história” (1839, p. 9).

Para além do Instituto em si, em 1839 fundava-se a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) que assumiria o papel de publicizar as mais diversas pesquisas realizadas por seus sócios e correspondentes, mas também o de divulgar a história do Brasil. Lúcio Tadeu Mota define a Revista como “[...] um importante veículo de difusão dos debates, ideias e propostas com relação ao destino das populações indígenas que ocupavam o território nacional em construção” (2006, p. 118). Logo, as publicações da RIHGB refletiam ao que no

¹⁸ O entendimento do Instituto Histórico enquanto uma instituição científica se pauta nas abordagens apresentadas por Figueirôa (1993), Turim (2009) e Kodama (2010), em que se argumenta que para o Brasil do século XIX o IHGB atuou como um agente científico ao promover pesquisas, expedições de perquirição, assim como de publicizar esses estudos por meio de suas publicações na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

momento era trabalhado por seus sócios, sendo a temática indígena uma das mais tratadas¹⁹ pelo Instituto, uma vez que, para Guimarães, os “[...] trabalhos e fontes relativos à questão indígena ocupam indiscutivelmente o maior espaço da *Revista*, abordando os diferentes grupos, seus usos, costumes, sua língua, assim como das diferentes experiências de catequese empreendidas e o aproveitamento do índio como força de trabalho [...]” (1988, p. 20, grifo do autor).

Para Kaori Kodama (2010), a incorporação da temática indígena junto aos trabalhos do Instituto Histórico possibilitou uma mudança de percepção a respeito daqueles povos. Contudo, foi também com base nesses trabalhos que, como apresenta Kodama, os autóctones passariam a ser considerados “inimigos internos”, mas com o entendimento de uma “tônica contra o uso da força, bem como a importância da ‘catequese’, ainda que mediada pelo Estado” (2010, p. 262). Dessa forma, o indígena aparecia nos debates do IHGB e nas publicações de sua *Revista* por meio das narrativas civilizatórias e de catequese, etnografias, relações interculturais e de estudos linguístico (Mota, 2006).

Ao que diz respeito a atuação do IHGB, cabe um aparte, uma vez que o Instituto, conjuntamente com alguns naturalistas, desenvolveu importantes gramáticas a respeito das línguas indígenas. A esse tópico cabe destacar que fora o Imperador um dos grandes entusiastas para tal prática (Schwarcz, 1998). Logo, tal material entraria para o *hall* de elementos produzidos pelo Império que buscava estabelecer um estreitamento entre a relação de determinado setor da intelectualidade com a população, haja vista que, como aponta Schwarcz, seria por meio dessas gramáticas que “se escolhiam termos indígenas que poderiam ser entremeados às estrofes dos novos poemas” (1998, p. 131), ao se tratar das produções românticas.

Em meio ao IHGB e aos fervores culturais da época, o romantismo brasileiro começaria a ser gestado e alçaria o indígena enquanto uma das suas figuras mais marcantes. Para Schwarcz “sabia-se muito pouco a respeito dos indígenas, mas na literatura ferviam os romances épicos que traziam chefes e indígenas heroicos, amores silvestres com a floresta virgem como paisagem” (1998, p. 131). Assim, surgia o movimento romântico-indianista que se transformaria em um projeto oficial do Império (Schwarcz, 1998; Kodama, 2010).

¹⁹ A respeito da temática indígena e sua preponderância nos debates iniciais do IHGB, cabe consultar o trabalho de Lucio Tadeu Mota (2006), intitulado “A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889)”, em que o pesquisador apresenta um exímio trabalho a respeito da recorrência dos debates sobre os autóctones nos primeiros 50 anos de publicação da *Revista*.

Seria assim, a partir da antessala do IHGB, que um projeto de uma “política literária”²⁰ colocaria a figura indígena no seu foco de análise a ação. Para Maria Regina Celestino de Almeida (2012), os indígenas, até então subalternizados e invisibilizados para a história, acabariam sendo sacados a protagonistas em diversas produções indianistas da literatura brasileira. Logo, os índios seriam narrados enquanto heróis, de destemida pureza e bravura, forjando assim o que Pedro Puntoni denominou de “mito nacional” (1996, p. 124).

Muito além de um mito fundador, as narrativas tematizadas pelos indígenas contribuíam para de acordo Bosi “[...] modelar uma imagem idealizada do índio e da natureza brasileira [...]” (2012, p. 228). Assim, a proposta do romantismo acabava por convergir com a do Instituto Histórico, uma vez que, para Túlio Botelho M. de Castro e Elaine Leonara V. Sodré (2019), o IHGB buscava normatizar e projetar à sociedade do Oitocentos um indígena completamente estigmatizado.

Espaços de cientificidade, assim como de conhecimento, nem sempre foram prioridade no Brasil. Em oposição a alguns territórios Hispano-americanos, que já nos séculos XVI e XVII tinham em suas localidades universidades financiadas quase sempre pelo próprio Império Espanhol ou pela Igreja Católica, no Brasil essa atividade só se deu em 1808, quando dom João criou a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia. Posteriormente, foi a vez de se fundar a Faculdade de Medicina na Bahia, essa já com uma nova organização, sendo pensada a partir das estruturas praticadas pela Academia Francesa, mas passando por adaptações para que a realidade brasileira fosse considerada (Schwarcz, 1993). Diante de uma sociedade constantemente assolada por epidemias²¹, e um Império afundado em guerras, a prática médica tornou-se fundamental para promover minimamente a dignidade àqueles que dela pudessem usufruir.

Assim como foram idealizados espaços para ensino das práticas médicas, no ano de 1826 foi aprovada a formação das primeiras Faculdades de Direito no país. Para Schwarcz, se pensar em espaços de educação superior no território nacional, tinham por finalidade “[...] substituir a hegemonia estrangeira – fosse ela francesa ou portuguesa – pela criação de estabelecimentos de ensino de porte, como as escolas de direito, que se responsabilizariam pelo desenvolvimento de um pensamento próprio e dariam à nação uma nova Constituição” (1993,

²⁰ Expressão adotada por Lília Schwarcz (1998) para denominar o projeto indianista que iniciaria com a publicação “A Confederação dos Tamoios” (1856) de Domingos José Gonçalves de Magalhães.

²¹ A respeito das epidemias, cabe consultar o artigo intitulado “A província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia”, escrito por Tânia Salgado Pimenta, Keith Barbosa e Kaori Kodama, em que apresentam o “Quadro 1 - Epidemias da Província do Rio de Janeiro (1828-1889)” (2015, p. 166-180), onde se demonstra a variedade de epidemias e endemias que assolaram a Corte Fluminense e adjacências da província, tais como a varíola, febres, sarampo, escarlatina, bronquite, febre tifoide, coqueluche, diarreia, febre amarela, entre tantas outras.

p. 186). Por essa lógica, São Paulo e Olinda²² foram eleitas como espaços para que se gestasse as primeiras faculdades nacionais e assim possibilitasse o fortalecimento do imaginário de um Império erudito intelectual e culturalmente.

Ao que concerne às primeiras faculdades, sejam de medicina ou direito, cabe destacar que essas foram resultado de uma série de movimentações que tinham por propósito buscar formar localmente profissionais qualificados para trabalharem no Império. Não somente visando uma mão-de-obra qualificada, tal ação consistia ainda na tentativa de fazer com que se entendesse a potencialidade do Brasil, enquanto agente de um projeto científico, cultural e letrado.

As faculdades de medicina, assim como as de direito, foram responsáveis para que as teorias raciais fossem massificadas pelo território nacional. Isso se dava em função da criação de uma antropologia criminal que majoritariamente penalizava os negros e indígenas, tal como pelas teorias a respeito dos perigos da mestiçagem. Assim, ciência e cultura andariam atreladas vislumbrando novos projetos, mesmo que esses fossem pautados naqueles já existentes e praticados na Europa, ou em elementos que segregaria ainda mais o povo brasileiro.

Por fim, destaca-se outra movimentação cultural iniciada com a chegada da Família Real ao Brasil, mas que só se tornaria plenamente visível a partir da Independência: a busca por estabelecer relações culturais com a Europa e incorporar novos elementos vindos de lá. Tal movimentação se daria em função da conversão dos *cabinets de curiosité* em espaços museais. A esse sentido, a criação do Museu Nacional em 1808 e do Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu Paulista, respectivamente em 1866 e 1894, seria mais uma vez reflexo de elementos culturais europeus, vide a influência do Museu do Louvre datado de 1773 e do Museu do Prado, idealizado em 1783 e inaugurado em 1819, a esse elemento que seria idealizado no século XIX no Brasil (Schwarcz, 1993). Então, a “Era dos Museus”²³ se tornaria grande influenciadora para a elaboração do projeto daqueles que seriam um dos maiores expoentes culturais do Império.

Pensar os museus criados no Oitocentos em suas diferentes temporalidades é pensar também o projeto a que esses espaços estavam vinculados e a quem eles deviam servir e para quê. É inegável a função social a que os museus poderiam assumir para uma nação ainda em formação, mas é fundamental entender que, para além do público que o usaria, ele se fez

²² Inicialmente a Faculdade de Direito foi inaugurada em Olinda, contudo, como aponta Schwarcz (1993) essa localidade fora transitória, uma vez que em 1854 a Faculdade fora transferida para Recife, o que por muitos foi motivo de celebração uma vez que reclamavam do isolamento de Olinda.

²³ A esse aspecto, usa-se a denominação “Era dos Museus” aos moldes do que fora feito por Schwarcz (1993) para demarcar o movimento que deu início à política de criação de museus enquanto centro de curiosidades e preservação de memória.

importante muito em função daqueles que o utilizavam em razão das suas estruturas. Logo, acabou sendo alçado à categoria de laboratório para inúmeras pesquisas, principalmente para os naturalistas estrangeiros que cruzavam pelo território brasileiro. Dessa forma, os espaços museais contribuíam para o fortalecimento de campos de pesquisas, fossem a antropológica com suas sessões de etnologia, ou da botânica e zoologia, mas também com a construção de uma consciência cultural através de suas exposições, mesmo que os elementos que as forjassem fossem em sua maioria alheios à realidade brasileira.

Ao que interessa sobre os museus, cabe ressaltar a presença dos indígenas na concepção desses espaços que começavam a se constituir no Brasil. Lilia Schwarcz (1993) destaca o caráter antropológico que esses espaços assumiam, e assim acabavam buscando nos povos indígenas campo para seus trabalhos. Logo, caberia aos autóctones apenas o espaço de exposição, fossem de seus artefatos culturais, arqueológicos ou até mesmo dos seus corpos por meio dos zoológicos humanos ou exposições de crânios e demais ossos. Para Schwarcz (1993), os museus inicialmente assumiram para si a função de exotificação dos diversos grupos indígenas, tal como de suas culturas, tentando apresentar uma disformia desses sujeitos e das suas relações antropológicas. Assim se davam os usos desses sujeitos aos auspícios culturais que brotavam no Brasil.

Destarte, é partindo do entendimento de Renato Ortiz, quem coloca que “a cultura é a consciência coletiva que vincula os indivíduos uns aos outros” (2013, p. 612), é que conseguimos compreender toda a movimentação em função de se buscar impor um novo regime cultural no Império. Logo, ao promover o rompimento dos elementos das culturas indígenas, os portugueses buscavam desmobilizar os sujeitos que dela comungavam, mesmo que esses não fossem muitos. Já ao lançarem as bases para um “*novo*” arquétipo cultural, os lusitanos iam além de uma mera mobilização de sujeito, e da construção de uma consciência coletiva, mas também projetavam assim o Império como um farol das ideias e ideais europeus nos trópicos.

1.3. A construção dos sujeitos e a cidadania

Para o século XXI, a cidadania é um conceito sedimento político e culturalmente. Não se discute o papel dos sujeitos, assim como seus credos, orientações sexuais, etnias ou culturas, e a sua concepção enquanto cidadão brasileiro. No entanto, para o século XIX em território brasileiro, a acepção do cidadão e da cidadania foi palco e objeto de disputa nos mais variados setores, sendo inquirida e contestada mesmo após a Constituição de 1824.

No tempo presente, a Constituição Cidadã de 1988, em seu Artigo 1º expressa que “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] II - a cidadania [...]” (Brasil, [2016]). Logo, os sujeitos que constituem a nação configuram-se enquanto fundamentais para o Estado Nacional. Assim, o Estado Nacional, com a sua conformação de identidade e dos cidadãos, é um elemento importante para o hoje, mas também o foi para a sociedade do Oitocentos, haja vista que para José Murilo de Carvalho (1996) a cidadania se consolidou a partir da sinergia do Estado, da identidade nacional e do material humano entendido como cidadãos ao momento.

Apesar do sentimento inato aos sujeitos a respeito do que de fato é a cidadania e a configuração do cidadão, não se pode negar que esses são conceitos abstratos para muitas pessoas, sejam essas da nossa contemporaneidade, quanto para aqueles dos tempos passados. Então, torna-se elementar entender o que de fato é a cidadania, tal como, como ela se configurou no território brasileiro do século XIX. Contudo, proponho que, para além de meramente entender o seu significado conceitual e a sua estruturação no campo político nacional, possamos buscar visualizar como essa cidadania foi aplicada no Império brasileiro e entender quem pôde usufruir de tal denominação.

Para Gabriela Nunes Ferreira e Maria Fernanda Fernandes “[...] os termos cidadão e cidadania geralmente remetem ao indivíduo pertencente a uma comunidade e portador de um conjunto de direitos e deveres [...]” (2013, p. 145). Deste modo, a cidadania e a constituição do cidadão só podem acontecer mediante a constituição de um Estado e de todo o arcabouço legal que o acompanha, a exemplo do conjunto de leis responsáveis pelo respaldo jurídico e político. Apesar de todo o arcabouço que circunda o conceito de cidadania, Maria Izabel Sanches Costa e Aurea Maria Zöllner Ianni apontam que “[...] a cidadania é um conceito, um exercício e um *status* construído socialmente e que assume inúmeras formas [...]” (2018, p. 43), o que faz com que, ao tentarmos entendê-lo, tenhamos que levar em consideração o contexto político-social do período em que o mesmo está sendo analisado.

Para Thomas Marshall (1967), somente mediante a atribuição dos direitos políticos, civis e sociais e a sua possibilidade de exercê-los dentro do Estado é que os sujeitos passaram a serem entendidos enquanto cidadãos. Contudo, por essa perspectiva de Marshall, a atribuição da concepção de cidadão no Oitocentos se daria de forma heterógena e fragmentada, uma vez que os direitos políticos, civis, sociais foram sendo atribuídos aos sujeitos de formas parceladas

ao longo do século. No entanto, mesmo quando esses direitos foram estabelecidos, eles ainda excluía parte da população, ora indígenas, negros escravizados, analfabetos ou mulheres.

Ao se falar dos cidadãos, pressupõe-se que a cidadania seja um elemento atrelado a ela, e de certo é, uma vez que são eles, os cidadãos, que podem exercer a cidadania por meio do conjunto de leis e direitos a eles assegurados. Para Gladys Sabina Ribeiro, o termo cidadão serviu para definir “[...] um novo papel político e social e substituindo o que se designava como ‘tropa e povo’ ou quaisquer outras alusões às divisões sociais de classe características do Antigo Regime [...]” (2007, p. 33). Assim, Ribeiro pontua ainda que “o cidadão do mundo transformava-se em um conceito mais complexo que incluía a relação entre o indivíduo e a sociedade e entre o indivíduo e o rei” (2007, p. 33), possibilitando uma participação mais ativa na sociedade com a finalidade de cobrar por seus direitos.

Mirando o século XIX, percebe-se que a construção da cidadania esteve intimamente embricada com a formação do Estado Nacional, assim como a luta por direitos que na atualidade entendemos como básicos aos sujeitos, como os civis, sociais e políticos. Para José Murilo de Carvalho a luta pela cidadania era uma:

[...] luta política nacional, e o cidadão que dela surgiria era também nacional. Isto quer dizer que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação. As pessoas se tornavam cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado” (2002, p. 12).

Corroborando ao exposto, para Costa e Ianni “[...] a cidadania tem uma referência espacial, construída da relação dos indivíduos com um dado território [...]” (2018, p. 47). Dessa forma, a cidadania seria uma noção construída coletivamente, a partir das relações sociais e individuais dos sujeitos. Assim sendo, para Ribeiro, a cidadania seria “concebida a partir da aprendizagem feita na esfera pública, quando os homens passaram a pertencer a um corpo político e à sociedade civil” (2007, p. 20).

Em um Império estratificado socialmente, a multiplicidade de sujeitos nas suas mais variadas conformações implicava em uma demarcação social, política e cultural. Para José Murilo de Carvalho, “à época da independência não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira” (2023, p. 26). Já para Ribeiro (2007), a Independência e a Constituição de 1824 foram as responsáveis por delinearem a cidadania no Brasil, a primeira enquanto um marco político, e a segunda como a corporificação do *status* legal com a normativa máxima do Império. Contudo, para Luciene Dal Ri, a temática da cidadania para o período desdobrava-se

na “[...] nacionalidade, naturalização e integração do estrangeiro e do liberto na construção da Nação” (2010, p. 9).

Ao aspecto apresentado por Dal Ri, cabe pontuar que a Constituição de 1824, outorgada por dom Pedro I, expressava em seu Artigo 1º que “o *Império* do Brasil é a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. Eles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se oponha à sua Independência” (Brasil, 1824). Assim, era por meio da relação entre a nacionalidade e cidadania que para Dal Ri (2010) a Nação brasileira conseguiria chegar a uma definição dos seus membros.

Já no Artigo 6º, a Constituição de 1824, apresentava cinco incisos em que se definia aqueles que poderiam ser entendidos enquanto cidadão brasileiros, dentre os quais destaco o I e V, que corporificavam como cidadãos “I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação”; e “V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalização” (Brasil, 1824, p. 7-8). Para além das duas definições apresentadas, ainda se enquadravam enquanto cidadãos aqueles que fossem filhos de pais brasileiros, ilegítimos de mães brasileiras e até mesmo portugueses que residissem no Brasil durante o ato da proclamação da Independência. Não obstante, o leque para enquadrar os sujeitos como cidadãos eram variados, assim como a imprecisão nos usos de nacionalidade e cidadania, que em muito se relacionava com a percepção de nação e nacionalidade²⁴.

Perante o estabelecido na primeira Constituição do Brasil, a cidadania poderia determinada por *ius soli* e *ius sanguinis* (Dal Ri, 2010). Logo, a cidadania seria assegurada mediante relação territorial ou sanguínea daquele que a reivindicava. No entanto, os negros escravizados foram excluídos desse processo, assim como inicialmente os indígenas, haja vista que a legislação, por ser ampla e vaga, não fazia qualquer menção a esses sujeitos. Para José Murilo de Carvalho, “o fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão” (2023, p. 19). Corroborando ao pensamento de Carvalho, Dejalma Cremonese aponta que o “escravo africano, além de sofrer a dominação econômica e religiosa, foi excluído, igualmente, do pensamento filosófico europeu. Foi considerado um povo a-histórico, irracional, bárbaro, fechado em si

²⁴ A respeito da relação da imprecisão de nacionalidade e cidadania, e suas relações com a ideia de nação e nacionalidade, conferir o trabalho de Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (2005).

mesmo, não tendo condição de ascender ao ‘espírito universal’” (2007, p. 66), assim, limitando-o à mera condição de propriedade enquanto escravo ou escravizado²⁵.

Como já apresentado introdutoriamente, a constituição da cidadania e do entendimento de cidadão esteve relacionada ao conjunto de direitos adquiridos ao tempo. Como já apresentado, Marshall (1967) destaca que os direitos civis, políticos e sociais são e foram fundamentais para a constituição da cidadania. Os direitos civis garantem aos sujeitos que deles usufruem a liberdade, a organização, o pensamento, a propriedade e a expressão. Já os direitos políticos, dizem respeito à possibilidade de os indivíduos votarem e serem votados. E por último, os direitos sociais correspondem ao mínimo que deve ser resguardado aos cidadãos, que é o direito de acesso à educação, saúde e segurança.

Mirando a esses três campos de direitos que deveriam ser assegurados aos sujeitos, pode-se questionar como esses foram aplicados no Brasil do Oitocentos, haja vista que a sociedade local era diversa em sua composição étnica, cultural e social. A cidadania no século XIX, para Antonio Miguel Dantas de Almeida, “[...] seria o exercício pleno dos direitos civis e políticos” (2020, p. 5). Assim, para Almeida (2020), seria possível definir quem seria entendido enquanto cidadão a partir da análise de que teria direito a exercer tais direitos. Por essa perspectiva, aos escravos e escravizados já se apresentava uma barreira para se constituírem cidadãos do Império, uma vez que eles não eram titulares de direitos.

Para José Murilo de Carvalho, os cidadãos poderiam então se classificar em plenos e incompletos, sendo que “[...] cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Os cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos.” (2023, p. 17). Ainda de acordo com Carvalho (2023), aqueles que não se beneficiassem de nenhum direito seriam excluídos do direito de serem enquadrados como cidadãos. Logo, a condição de cidadão estaria assegurada caso o sujeito tivesse garantida sua liberdade, a organização, a propriedade, o direito ao voto, ou de ser votado, entre os outros já apresentados.

A partir das categorizações pontuadas por Carvalho (2023) a respeito da cidadania, o autor apresenta que “os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais não se falava, pois a assistência social estava a cargo da Igreja e de particulares” (2023, p. 31). Assim sendo, poucos foram aqueles que se encaixavam como cidadãos plenos, sobretudo em função dos direitos sociais, o que podemos usar como

²⁵ A respeito da denominação de “escravo” e “escravizado”, acompanho o pensamento da professora Sheila Siqueira de Castro Faria (2022), que utiliza a denominação “escravizado” para os negros que vieram do continente africano livres e, em solo brasileiro, passaram a ser considerados escravizados; já “escravo” é utilizado para aqueles negros nascidos no território brasileiro que desde o nascimento foram privados de liberdade.

referência a educação, que, apesar de ser um direito, alcançava de fato a ínfima parcela da sociedade.

Para além do já apresentado, uma questão que deve ser ponderada é a respeito de uma cidadania real e ativa e de uma cidadania passiva. Atribuo a ideia de cidadania real ou ativa, àqueles sujeitos que conseguiam tomar ciência dos seus direitos e deveres perante a sociedade; e a cidadania passiva seria para aqueles que, por desconhecimento, não tinham noção que o Estado lhes assegura uma série de direitos. No entanto, aquele que se enquadrasse na condição de passividade poderia alcançar a cidadania ativa ao apropriar-se dos direitos que lhe cabiam, fosse por meio do acesso à educação ou até mesmo pela leitura de periódicos disponibilizados em espaços públicos.

Os periódicos, para Lúcia Bastos Pereira das Neves (2009), foram amplamente beneficiados pela liberdade de imprensa decretada por Portugal em 1821, o que possibilitou a expansão do número de jornais em circulação no Rio de Janeiro. Além disso, o direito civil à liberdade de expressão, assegurado pelas normativas do Império, permitiu que temáticas como a política fossem amplamente abordadas nas páginas dos periódicos. De acordo com Fernanda Cláudia Pandolfi, após a Independência do Império brasileiro “[...] emergia um novo mundo de experimentações e novidades, movido por novo vocabulário político e preceitos constitucionais difundidos na imprensa [...]” (2020, p. 7).

Foram envoltos a essas liberdades que alguns jornais e seus respectivos redatores se tornaram figuras importantes para a construção narrativa de determinados assuntos, a exemplo do novo tratado constitucional. Nesse sentido, os periódicos assumiram a tentativa de tornar acessíveis as ideias políticas debatidas e aplicadas no Império. Pandolfi destaca que:

[...] de forma didática e exemplificada, os influentes redatores dos jornais liberais moderados explicavam as novas premissas constitucionais e, ao mesmo tempo, faziam circular um novo vocabulário político. Ao invés de reproduzirem discursos eruditos, empregavam analogias e exemplos mais corriqueiros para exemplificar aos leitores, de forma didática, o significado da Constituição. (2020, p. 10).

Dessa forma, aqueles não letrados acabavam tendo acesso à legislação em vigor, e assim começavam a se entenderem no novo jogo político-legal. Corroborando a isso, Pandolfi destaca que, “coube, portanto, à imprensa a tarefa de explicar os benefícios que a Constituição trazia à sociedade” (2020, p. 12). No campo político, os impressos ainda foram palco de embates a respeito da defesa do direito constitucional aos negros, em que determinados jornais pautavam

que os homens de cor deviam ter resguardado a sua igualdade perante a lei, em oposição a uma discriminação dos mesmos²⁶.

Os periódicos não somente contribuíram para a divulgação das novas ideias políticas, mas também foram agentes formadores e conscientizadores dos sujeitos a respeito das leis, de seus direitos e deveres, já que, a partir do acesso ao que acabava sendo publicado, os sujeitos podiam então reivindicar a sua condição de cidadão. Contudo, de certa forma, foi também nesse espaço onde aconteceram embates a respeito da aceitação dos múltiplos sujeitos que poderia requerer a cidadania, haja vista que, em uma sociedade multifacetada, a ideia de uma possível equiparação dos sujeitos ressoaria com estranheza, uma vez que vigorava a perspectiva de superioridade racial (Dal Ri, 2010; Pandolfi, 2020).

Ao que tange a relação dos indígenas nacionais com o ideal de cidadania, cabe destacar que essa se deu a partir de uma relação conflituosa. Apesar de a Constituição de 1824 assegurar, em seu inciso 1º, o *status* de cidadão aos nascidos em solo brasileiro, com os índios o entendimento foi outro, o que foi pauta de acalorados debates. Contudo, os nativos tiveram o reconhecimento de cidadão sobreposto à sua identificação étnica.

De acordo Ângela Domingues (2000), anteriormente à instituição do Império, para os autóctones brasileiro já exista legislação que assegurava a esses indivíduos a condição de súditos e vassalos. Essa condição não se aplicava apenas aos indígenas entendidos enquanto mansos ou civilizados, mas também àqueles denominados como “bárbaros”. Logo, a lógica de cidadania poderia ser aplicada a esses sujeitos.

De súditos e vassalos, os indígenas só podiam gozar de tais denominações no papel, haja vista que, quando a cidadania foi pautada para esses indivíduos, abriu-se um profícuo debate sobre a concessão de tal categoria ou não. Para Vânia Moreira (2011), José Bonifácio de Andrada e Silva foi um dos mais importantes agentes de defesa da questão indígena no Brasil à época do Oitocentos. Foi Bonifácio o responsável por pensar o “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil”²⁷, que apresentava formas de aldear e civilizar os índios “bravos”, promovendo assim a integração dessas a sociedade. Apesar da movimentação promovida por José Bonifácio, vozes dissonantes também se fizeram serem ouvidas, a exemplo de Francisco Aldolpho de Varnhagen.

²⁶ No artigo “Discriminação racial e cidadania no Brasil do século XIX (1829-1833)”, Fernanda Claudia Pandolfi (2020), aprofunda o debate a respeito do que ela denomina de “intriga de cores”.

²⁷ Na publicação, José Bonifácio postulava que métodos brandos seriam a melhor forma de civilizar os indígenas. Para o autor, a civilização dos indígenas viria por meio da assimilação e ressocialização, e para tal, apresentava possíveis ações como a educação, o trabalho, o convívio interétnico com brancos, o que levaria a um resultado final da construção de civilidade para os indígenas.

Para Varnhagen, os indígenas deviam ser entendidos enquanto selvagens, contudo, a partir do trabalho compulsório, e do uso da força como instrumento de correção, poderiam tornar-se civilizados. No entanto, para Vânia Moreira, a preocupação de Varnhagen estava em “[...] qual lugar político e social que os indígenas ocupariam no jovem Império do Brasil, isto é, seus direitos e obrigações” (2011, p. 127). O Barão de Porto Seguro tornava público o seu descontentamento de os autóctones brasileiros se tornarem cidadãos, uma vez que para ele os índios “não cumprem nenhuma das obrigações das leis, e andam vadiando e com as orelhas e beiços furados, em vez de serem guardas nacionais [...]” (Varnhagen, 2005 [1850], p. 338). Desta forma, pelo fato de os indígenas não serem enquadrados nas questões militares, não poderiam gozar das prerrogativas legais do pacto social do Império.

Anterior à Constituição de 1824, as antessalas da Câmara já fervilhavam ao se tratar sobre as características ou condições que poderiam fazer com que os indígenas fossem entendidos enquanto cidadãos brasileiros. Um dos deputados que alardeava a sua opinião sobre a temática era Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, que trazia em seu nome referências aos indígenas brasileiras, como a designação Gê referente ao um povo indígena, e o Montezuma em alusão ao imperador asteca. O deputado Montezuma, em virtude dos debates da época da Assembleia Constituinte, buscou antes de tudo ponderar que “todo Brasileiro é Cidadão Brasileiro: logo, convém sim dar a uns mais direitos, e mais deverem do que a outros; e eis aqui Cidadãos ativos, e passivos” (Brasil, 1823, p. 90). Assim sendo, os cidadãos ativos seriam aqueles que usufríssem de plenos direitos na sociedade, já os passivos o que gozassem parcialmente.

Segundo Moreira (2011), para Montezuma os indígenas não podiam ser entendidos enquanto uma massa homogênea, mas como um grupo de “mansos, domesticados” e outro de “bravos, selvagens” e a partir dessa divisão, “[...] os índios ‘bravos’ ou ‘selvagens’ não faziam parte da ‘sociedade’ e nem eram ‘súditos’ do Estado” (2011, p. 128). Logo, seriam considerados cidadãos aqueles que estivessem no grêmio da sociedade imperial, e por conseguinte reconhecessem o regime político da época. Por essa perspectiva, os indígenas entendidos como “selvagens” seriam excluídos do entendimento de cidadania, não sendo passíveis nem a aplicação de cidadania passiva, uma vez que se recusavam a reconhecer o Império e os seus governantes. Embora excluídos do entendimento, Montezuma (1823) fazia deferência para que a Constituição que estava sendo gestada no período colocasse um capítulo próprio para legislar sobre esse grupo.

Isso tudo fora pautado e discutido anteriormente à Constituição de 1824, que, em seu corpo legal, nada apresentou sobre os indígenas nacionais. Certamente, a falta de menção e de reconhecimento dos indígenas quanto à sua identidade e territorialidade é o que abre margem para que ainda hoje, no século XXI, questões como o Marco Temporal e a propriedade de terra aos indígenas ainda sejam palco de debates e de disputas no campo político e jurídico nacional. Voltando ao século XIX, para Vânia Moreira, mesmo não havendo declarações clara a respeito da tipificação dos indígenas como cidadãos, “o entusiasmo dos índios por se tornarem ‘cidadãos’ é muito revelador, no entanto, sobre os interesses sociais e políticos que eles acalentavam naquele tempo de mudança política” (2011, p. 132). Foi por essa busca pela cidadania que os indígenas recorreram a apelações ao imperador para reivindicarem tal condição.

A esse sentido, Vânia Moreira pondera que em 1824 “o imperador d. Pedro I considerou ‘cidadãos’ todos os índios residentes ‘na imperial fazenda de Santa Cruz ao pé da Vila de Itaguahy’, de acordo com a novíssima Constituição do Império” (2010, p. 133). Assim, em 1824, ao ser atribuído a condição de cidadão aos indígenas, fez-se com que deveres legais recaíssem a esses sujeitos, a exemplo da necessidade de pagar o foro para permanecerem e usufruírem do direito de posse das terras imperiais. Para Moreira, “d. Pedro I impôs aos índios a perda de antigos direitos em nome de novos deveres e obrigações” (2010, p. 134).

Para Moreira (2011), os indígenas utilizaram a nova categoria a que passaram a fazer parte para construírem uma agenda política a partir dos seus interesses. Utilizando da responsabilidade de pagarem o foro pelas terras, pleitearam o fim da tutela, e assim se garantiam enquanto sujeitos o direito de se autogovernarem. Ao terem uma nova identidade política atribuída a seus corpos, agora de cidadãos, os índios passaram a ter a possibilidade de integrarem ao corpo militar do Império, fazendo parte da Guarda Nacional.

Para José Murilo de Carvalho (1999), os militares e votantes estavam intimamente relacionados, sendo os mesmos sujeitos a desempenharem os mesmos papéis. Assim sendo, os indígenas, ao ingressarem na Guarda, passavam também a participar dos processos eleitorais (Moreira, 2010), dando a esses sujeitos uma participação ativa na sociedade e no exercício da cidadania.

A mudança de *status* de índio para cidadão, no entanto, acabou gerando perdas aos sujeitos da época. As terras que, por legislações pretéritas, foram asseguradas aos indígenas, a partir do entendimento de que esses haviam se tornado cidadãos, de acordo com Moreira (2011), deixavam de os pertencer, uma vez que se passava a ter o entendimento deixavam se serem

“lidos” enquanto “índios aldeados”. Assim, ao assumirem uma nova categoria, a que estava atrelada uma série de direitos e deveres, anulavam-se os direitos que outrora tiveram adquiridos. Logo, a concepção de cidadão não poderia ser sobreposta a de índio, ou vice-versa. E quanto a isso, Moreira apresenta que:

[...] o Estado procurou acabar com a identidade étnica dos índios - isto é, a dos índios aldeados - em nome de outra, a de ‘cidadão’, mais abrangente e vinculada ao projeto nacional, mas não garantindo aos índios o direito de propriedade das terras que ocupavam e das quais eram legítimos possuidores. (2010, p. 135).

Assim sendo, a construção da cidadania e do cidadão só se viabilizou a partir da concepção do Estado e dos conjuntos de direitos que foram regulamentados junto dele. No entanto, como apresentado por Carvalho (2023), cidadania e cidadão podiam se configurar de diversas formas, e nesse aspecto os indígenas buscaram se reafirmar enquanto cidadãos do Império. Para Carlos de Araujo Moreira Neto (2005), mesmo havendo um profundo silêncio na Constituição de 1824 a respeito dos indígenas e seus direitos, esses não deixaram de reivindicar por seus direitos, mesmo que esses datassem da Colônia. Muitos foram os subterfúgios em que esses sujeitos buscaram a sua afirmação social, a exemplo das petições que apresentavam aos juizados reafirmando seus direitos e liberdade, fossem elas respaldadas na Constituição de 1824 ou em normativas legais anteriores.

CAPÍTULO 2

PARA ALÉM DO PAPEL: A imprensa e a construção do imaginário social

Na sociedade contemporânea a imprensa se configura além do papel em que se imprime os jornais e as revistas. Nos tempos da tecnologia e das inovações, é comum acessarmos ao noticiário e termos contato com a imprensa por meio da tela da televisão, pelos aparelhos celulares, por *blogs*, *sites* e *podcasts*. Temos uma imprensa imbuída por um senso de justiça, informação, mas também livre para comentários e análises sem qualquer medo de censura ou perseguição. No entanto, nem sempre foi assim.

A imprensa brasileira surge no século XIX, mediante a chegada da estrutura de Corte. Para Marco Morel (2009), a imprensa, por assim se dizer, se configurou enquanto um produto do Estado que se formava. Ainda segundo o autor, foi comum a época em que a imprensa se caracterizasse por dois tipos, sendo uma a oficial, que assumiria um caráter noticioso, e a outra seria os periódicos de cunho científico, literário, cultural, de entretenimento, ou de agrupamento de alguns desses tipos (Morel, 2009).

Assim, de acordo com Laiz Perrut Marendino (2016), os impressos do início do Oitocentos passaram a se configurarem enquanto gazeta ou jornal. A esse ponto, Maria Beatriz Nizza da Silva (2010) destaca que as publicações com finalidade de divulgar notícias, fossem elas quais forem, do Brasil ou não, seriam feitas nas gazetas, já os jornais ficariam por conta das publicações multitemáticas e essas sendo eruditas. Logo, caberia aos jornais apresentar publicações sobre comércio, política, economia, cultura, assim como a literatura.

O *Diário do Rio de Janeiro* se enquadraria enquanto um jornal, haja vista que em suas páginas a variedade de temas e de abordagens foi uma de suas marcas (Sodré, 1983). Para Marendino (2016), os jornais assumiram importante papel no desenvolvimento econômico e social na Colônia e no Império. Contudo, o *Diário* teve um papel fundamental nessa atividade, uma vez que se configurou enquanto “[...] espaço para a ampliação do comércio em geral, do comércio livreiro, das associações e sociedade, dos serviços como médicos, carpinteiros, etc.” (Marendino, 2016, p. 34).

O *Diário do Rio* contará com um subcapítulo à parte em que buscarei detalhar melhor o seu funcionamento e fluxo. No entanto, cabe pontuar desde já que, devido à sua característica

de ser “o grande anunciador das questões cotidianas como compra, vendas, aluguéis, serviços [...]” (Marendino, 2016, p. 35), talvez morasse aí o seu sucesso e apelo popular.

Voltando a tratar a respeito da imprensa oitocentista, para Lúcia Maria de Bastos Neves (2003), a cultura política da época, usou dos panfletos, jornais e folhetos, como elemento para divulgar seus valores e símbolos. Foi em meio a esse processo de construção e divulgação de uma cultura política que surge “[...] a figura de homem público, até então inexistente no território da América portuguesa: o jornalista ou panfletário, chamado de redator ou gazeteiro” (Morel, 2016, p. 191). O jornalista²⁸ assumia o papel de elaborar os folhetos que seriam publicados, assim como o de ser o balizador do que poderia ou não ser postado.

Em meio ao processo de difusão e massificação dos impressos, figuras como “Homens das Letras” começaram a ganhar espaço nas esferas públicas. Para Jefferson Cano (2001), esses homens seriam responsáveis por atuarem e transitarem inicialmente na literatura e na imprensa. No entanto, tal perspectiva coaduna com as redes de sociabilidades discutidas por Morel (2016), uma vez que tais sujeitos orbitavam por diferentes espaços, exercendo diferentes funções, principalmente as políticas. A esse sentido, Cano destaca que no Brasil os homens das letras foram “tutelados pelo poder” (2001, p. 6), ficando visível ao observar a sua participação em espaços como o Instituto Histórico.

Para Marco Morel (2015), a noção de homem das letras caminhava no sentido de ele ser incumbido de uma missão política e pedagógica. Gazeteiro, ou homem das letras, ao fim de tudo, o propósito desses perpassava pelo mesmo lugar, o de se enveredar pela vida pública, fosse no campo político, no campo técnico-científico como o IHGB, ou de opinião pública pelos periódicos. Assim sendo, poderiam utilizar do espaço de poder que ocupavam para a veiculação daquilo que julgasse bom ao projeto que buscava construir.

Embora seja comum encontrarmos materiais que apontem uma certa imparcialidade, ou até mesmo omissão da imprensa nos primeiros anos do Oitocentos, com o avançar do tempo, tal característica foi se alterando e esses espaços se tornaram cada vez mais panfletários (Morel, 2016). Os periódicos passaram a demarcar suas posições, fossem favoráveis ou não às questões políticas. Publicações ácidas ou elogiosas passaram a ocupar as folhas dos jornais assim como as publicações a pedido, e as produções literárias. No entanto, cabe questionar o alcance dessas, haja vista que, para o período havia uma grande parcela da sociedade pouco alfabetizada.

²⁸ Para Laiz Marendino (2016), o termo não era muito comum para designar o responsável pelas publicações dos periódicos, no entanto, como bem destaca a pesquisadora em dezembro de 1808, o *Correio Braziliense* já fazia uso dessa definição, assim como o *Gazeta do Rio de Janeiro* que em agosto de 1811 também utilizou do termo.

Os jornais abriram caminho para uma certa sociabilidade, essa extrapolando o espaço das castas sociais. Com uma população altamente analfabeta, para Judá Lobo e Luís Fernando Pereira, a imprensa “tratava-se do principal mecanismo de circulação de ideias e perspectivas, levando-as a lugares antes inimagináveis e criando condições ao surgimento da opinião pública [...]” (2014, p. 195). Nesse sentido, a imprensa passou a ser um importante instrumento de divulgação de fatos do momento, possibilitando que os sujeitos que a acessassem pudessem construir opiniões sobre os acontecimentos do Império.

Assim, para Marcello Basile, a partir dos periódicos “desenvolveu-se, uma densa rede transatlântica de debates, que suscitou uma publicização da política e uma politização dos espaços públicos” (2022, p. 938). Essa perspectiva pode ser constatada a partir das inúmeras colunas em que o *Diário do Rio de Janeiro* deu vazão aos noticiários da política nacional, mas também internacional. A palavra imprensa acabou se tornando um importante, e por vezes perigoso, instrumento da ação política, “capaz de guiar o *espírito público* e influir sobre os acontecimentos” (Morel, 2022, p. 939, grifos do autor).

Corroborando ao anterior, Márcia Pereira da Silva e Gilmara Yoshihara Franco pontuam que “[...] a palavra impressa em livros, revistas, jornais e panfletos intensificou a divulgação do saber, de ideologias, ampliou o universo da ficção, colocou em circulação um saber que até então estava restrito às bibliotecas e a um grupo limitado de pessoas” (2010, p. 2). Dessa forma a imprensa conseguia projetar na sociedade visões que até então ficavam encasteladas em grupos da elite. Também, pode-se denotar que, com um alcance amplificado e de acesso mais prático ao mais populares, temas importantes ao Oitocentos saíram da seara privada e ecoaram em diversos públicos e espaços.

Foi em meio a esse contexto de expansão de acesso e alcance que os periódicos viram os seus números multiplicarem. Para Sodré (1983), após o golpe da maioridade, aconteceu uma explosão de novos jornais, sendo em virtude do novo momento político ou das novas características periodistas que a sociedade exigia. Contudo, muitos desses periódicos tiveram um curto tempo de vida, sendo que poucos conseguiram se estabelecer e manter um fluxo de publicação interessante. A respeito das motivações que levaram a muitas das falências dos jornais, caberia um estudo específico para entendê-las, no entanto, pode-se destacar a baixa adesão a esses jornais, assim como aos valores de produção e venda, e até mesmo uma perseguição política por parte do Estado, mesmo de maneira velada (Sodré, 1983).

Destarte, os periódicos aos poucos foram assumindo importante função na sociedade, mesmo ela contando um grande número de pessoas que não tinham condições de leitura.

Todavia, a mesma sociedade desigual do Oitocentos encontrou formas de fazer com que o contingente analfabeto pudesse acessar ao conteúdo expresso nas páginas dos periódicos por meio de leituras públicas (Neves, 1995; 1999). Sendo assim, em uma sociedade desigual, tanto em instrução quanto a informação, os jornais se constituíram enquanto importante elemento de pulverização das informações e democratização, se assim se pode dizer. O alcance dos periódicos se amplificava, uma vez que o boca-a-boca e as leituras públicas conseguiam fazer com que, dos alfabetizados ao negro escravizado ou indígena, pudessem acessar ao que estava sendo publicado, mesmo que de forma indireta.

Por fim, ao que diz respeito à organização deste capítulo, cabe pontuar que ela se dará com o objetivo de apresentar como a sociedade imperial foi impactada de certo modo pelos periódicos da época. Vale salientar que, para Marcello Basile (2006), a influência dos libelos se deu em boa parte do Brasil, sobretudo no território fluminense. Para se entender a força e dinâmica da imprensa em uma população majoritariamente analfabeta (Neves, 1995; Carvalho, 2012), torna-se latente compreender um pouco mais a respeito da chegada e massificação dos impressos no solo brasileiro, assim como sua circulação e as formas como alcançavam múltiplos públicos. Por último, mas não menos importante, buscar-se-á apresentar o periódico que foi um dos mais importantes da imprensa imperial (Sodré, 1983; Molina, 2015), e que é a base de análise para este trabalho, o *Diário do Rio de Janeiro*. Na baila de análise a respeito desse periódico, será priorizado entender a sua dinâmica de publicação, alcance, assim como suas estruturas tipográficas e seu envolvimento nos jogos políticos do período.

2.1. Analfabetos, imprensa e sociabilidade: questões de um só tempo

A chegada da Família Real e a abertura da primeira tipografia em solo brasileiro marcou o início de uma nova fase cultural na até então Colônia e agora Império. Fosse pela divulgação dos periódicos ou pela simples influência que esses tiveram para o processo de aprendizagem local, a sociedade já vislumbrava mudanças a frente. Outro aspecto importante para o período foi o fim da censura que até então vigorava no Brasil, possibilitando o surgimento de um maior número de jornais e a circulação desses. No entanto, em um primeiro momento convém escrutinar como esses elementos se projetaram e desenvolveram em uma sociedade maciçamente analfabeta.

Com uma larga faixa da população ocupando a condição de analfabeta, a oralidade foi o principal mecanismo de ideias, notícias e informações. Enquanto uma herança colonial, o

Brasil nunca teve o devido incentivo ao letramento de suas habitantes, e a promoção de fundação de espaços escolares, o oposto do que aconteceu em territórios da América sob domínio da Espanha. Apenas com o desenvolvimento do Império brasileiro, foi que essa necessidade pela educação e, em certo ponto, incentivo a ela passaram a fazer parte do cotidiano imperial, muito em função da ideia de civilidade e de erudição que se buscava construir localmente.

A prática de leitura no Oitocentos era pouco difundida, e se dava em função de alguns aspectos. Em primeiro lugar a escassez de espaços escolares e de acesso a esses era um dos limitantes para o desenvolvimento da prática de ler, mas também outro aspecto a ser considerado era a impossibilidade de circulação de livros e periódicos anterior a chegada da Família Real, uma vez que se imaginava que a circulação desses materiais poderia incentivar a população a promover revoltas e revoluções (Schwarcz, 1998; Schwarcz; Starling, 2015). Não tendo a possibilidade de circulação de livros, chegamos a outro fator: a impossibilidade de existência de bibliotecas onde se pudesse acessar esse material e desenvolver a prática leitora. Sendo assim, o desenvolvimento da leitura foi uma atividade inicialmente “proibida”²⁹ para aqueles que não tivessem condição de sair do território colonial para estudar.

A leitura se colocava para além de um caminho de instrução, apresentava-se como um elemento que possibilitava aos sujeitos o entendimento de sociedade e a construção de sentido aos elementos apresentados. Roger Chartier define a ação de leitura, ou o ler, como “[...] uma prática que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores dos livros” (1992, p. 214). Já Michel de Certeau (1980) encara o ler como um ato de procura, um trabalho.

A fundação da Biblioteca Imperial, o incentivo à abertura de escolas, o Imperial Colégio Pedro II, assim como as Faculdade de Medicina e Direito, foram alguns dos espaços de conhecimento tiveram suas atividades iniciadas no Oitocentos. Contudo, mesmo com esses espaços, o acesso a eles era limitado a uma pequena parcela da social (Carvalho, 2023), e talvez fosse essa a premissa desses espaços. Estranho seria se, há dois séculos, uma Faculdade ou um Imperial Colégio fosse idealizado para atender as camadas mais periféricas da sociedade imperial.

²⁹ Cabe aqui ponderar que, apesar das poucas possibilidades para o desenvolvimento da leitura localmente, não se pode negligenciar sobre a existência de pessoas alfabetizadas no território da América Portuguesa. Contudo, mesmo com a existência dessas, a inexistência de livro ou outros materiais de leitura impossibilitava o desenvolvimento e aperfeiçoamento dessa prática, assim como que outros pudessem a desenvolver facilmente.

No entanto, o aparato educacional que começou a se consolidar no território brasileiro serviu para aqueles afortunados e interessados em adentrarem nos campos das letras e saberes não precisarem mais recorrer a Portugal, Espanha ou até mesmo Inglaterra. Marco Morel (2016) destaca que o início das atividades das faculdades em solo nacional possibilitou que os filhos da elite não fossem obrigados a ir para o exterior aprofundar seus estudos, ficando assim em solo nacional e se formando. Ainda, após a conclusão de seus cursos, eles eram integrados a setores ora do governo, ora da elite letrada, estabelecendo uma rede de sociabilidade local.

Apesar dos espaços que surgiram com a finalidade de atender a elite, aqueles pertencentes aos setores mais subalternos tiveram que usufruir dos poucos lugares que podiam para o processo de aprendizagem. O analfabetismo, de acordo com Lúcia Maria de Bastos Neves (1995) e Carvalho (2012), aproximava-se a 85% da população brasileira. Apesar de nos primeiros anos do Império não ter sido feito um censo que apurasse tal número, em 1872, mediante censo da época “apenas 16% da população era alfabetizada” (Carvalho, 2023, p. 30). De acordo com Paulo Sérgio Marchelli, o recenseamento de 1872 mostrou que o Brasil “[...] apresentou o maior índice de analfabetismo entre todos os países do mundo” (2006, p. 192).

Os dados a respeito do analfabetismo brasileiro começaram ser levantados apenas nas décadas finais do Oitocentos. No entanto, os primeiros dados censitários sobre a população escolar no Império datam de 1865, em levantamento feito no ano anterior. A respeito dos números referentes a estatísticas educacionais do período, Nelson Piletti apresenta que:

[...] em 1864, havia 8.600 alunos matriculados em estabelecimentos públicos e privados de ensino secundário, 826 alunos inscritos nas Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, e 116 alunos matriculados nas escolas técnicas; em 1867, havia 197.483 alunos matriculados nas escolas primárias de todo o território brasileiro, correspondendo a cerca de 10% das crianças em idade de receber instrução primária; em 1870, havia 10.911 estudantes do ensino secundário (2.776 inscritos em escolas oficiais e 8.142 em estabelecimentos particulares) (2006, p. 48).

Nesse sentido, em uma sociedade dimensionada em aproximadamente 14 milhões de habitantes, nos seus mais variados matizes (Carvalho, 2023), as cifras referentes aos matriculados em escolas primárias giravam em torno de 250 mil. No entanto, para Piletti, “[...] se a eles juntarmos os inscritos em todos os outros cursos, chegaremos próximos a 300 mil estudantes, cerca de 15% da população em idade escolar [...]” (2006, p. 49). Percebe-se então que, mesmo tendo se passado meio século da chegada da Corte, a escolaridade se apresentava em números baixíssimos, talvez refletindo os interesses do Estado.

Passados da escolarização pelos jesuítas, até a instituição de espaços formais para tal prática, e os números não avançavam.

Negros libertos, escravizados e indígenas eram parte da parcela dos analfabetos que vagavam pelo território nacional. Aos indígenas cabe uma particularidade: as missões às quais muitos grupos foram submetidos apresentavam um viés catequético, e eles eram obrigados a aprender a ler e a falar o português, nem que minimamente para congregarem do cristianismo. No entanto, diversos grupos indígenas não se sujeitaram a práticas civilizatórias, fazendo com que o “balaio” dos analfabetos fosse diverso e ainda mais cheio.

Mesmo com o analfabetismo em taxas altíssimas, os periódicos não deixavam de se multiplicar no território brasileiro, fosse em novos empreendimentos ou em números. Para Lúcia Neves, “[...] o crescente número de periódicos indica que hábitos de leitura de jornal estavam sendo adquiridos” (1995, p. 125). Como tal hábito poderia ser adquirido e melhor, vingar, em uma sociedade que mal sabia ler?

Foi em meio ao analfabetismo, e também ao interesse de entender o que se expressava nas páginas dos jornais, que práticas como de leituras públicas começaram a ser praticadas. Ao que concerna as leituras públicas, para Chartier essa prática regressava a uma prática comum nos períodos do século XVI ao XVIII, em que “o ato de ler em voz alta sobreviveu na taverna e na carruagem, no salão e no café, na alta sociedade e nos círculos familiares” (1992, 217). No Brasil do século XIX, essa prática sobreviveu nas ruas, praças públicas, cafés e livrarias, demonstrando que a oralidade substituíra em momentos a leitura propriamente dita (Neves, 1995).

Os jornais se configuraram, então, enquanto um elemento fundamental para a sociabilidade entre alfabetizados e analfabetos. As relações que se estabeleciam nos espaços de leitura permitiam trocas a respeito da perspectiva política do momento, assim como cultura. Nesses espaços emaranhados de pessoas dos mais variados tipos e com os mais variados costumes, os periódicos passaram a se configurar enquanto agentes de formação da opinião pública, uma vez que se consolidavam enquanto uma rede de polêmicas.

Para Robert Darnton, “[...] a leitura não é simplesmente uma habilidade, e sim uma maneira de fazer sentido que deve variar de cultura para cultura” (1990, p. 150). Logo, as publicações periódicas acabariam sendo endereçadas, mesmo que não nominalmente a uma parcela da sociedade, a elite. Entendo que a elite teria capacidade de leitura, mas não somente, é que as publicações buscavam a alcançar.

Os escritos, ou melhor, os impressos, passaram a funcionar com um setor da esfera pública, possibilitando debate que suscitavam nos periódicos, mas que extrapolavam suas

páginas, chegando à sociedade. As publicações, por circularem em diversos espaços e em meio a variados grupos sociais, faziam com que diferentes ideias fossem alcançadas em múltiplos setores. Assim, os periódicos dos mais diversos segmentos foram capazes de incutirem, mesmo que indiretamente, as questões do momento naqueles que de alguma forma buscavam se inteirar dos assuntos estampados nas folhas dos jornais. As agitações que eles estampavam passava para as ruas, e então o texto era apropriado e atribuído a novos significados (Chartier, 1992).

Ao analisar a interseção entre a circulação de periódicos e a formação letrada dos brasileiros, é possível perceber o surgimento de núcleos de sociabilidade em várias partes do Brasil. Morel (2016) destaca que o Rio de Janeiro foi um local fértil para tal prática. Além da sociabilidade, a capital do Império se mostrava enquanto um importante e rico espaço para a “[...] formação de uma opinião pública nacional e regional ao mesmo tempo: eram duas dimensões que se cruzavam na capital [...]” (Morel, 2016, p. 199).

As ilustres personalidades que se graduavam na Europa ou nas faculdades brasileiras se juntaram ao *corpus* político do Estado ou integrando um corpo editorial de algum periódico. Ao se juntarem enquanto editores ou gazeteiros em algum periódico, passavam a expressar seus discursos e posicionamentos políticos nas páginas dos jornais. Muitos foram os periódicos que possibilitaram essa sociabilidade, assim como muitos foram os sujeitos se que imergiram nesse processo. Para Marco Morel (2016), nomes como José de Alencar, Evaristo da Veiga e José Bonifácio de Andrada foram alguns dos que transitaram da política para imprensa ou o inverso.

Embora se apresentassem como instrumentos “fundamentais para a cultura política” (Neves, 1995, p. 127), os periódicos também auxiliaram no processo de formação social, fosse por sua incursão ao letramento, ou na divulgação de ideias, anúncios ou quaisquer outros textos que figurassem suas páginas. As páginas dos diários deram espaços a publicações de diferentes cunhos e perspectivas, denotando a polivalência de informações. As páginas deram espaços a discussões a respeito dos indígenas, da utilização de imigrantes como mão de obra, do fim da escravidão, entre outros, que contribuíam para que a sociedade se sentisse a par dos bates do momento.

Os periódicos cumpriam um papel além do informativo, conseguiam estabelecer certas conexões com o povo. Ao tomar conhecimento das questões políticas, das trupes circenses que passariam pelo Rio, dos novos medicamentos, da cotação de produtos, os periódicos assumiam a condição de contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Para tal, bastou apenas ajustar as relações entre o polo produtor e o receptor, para então se visualizar a efetiva necessidade retroalimentada entre eles.

Por fim, cabe destacar que, em uma sociedade embainhada pela necessidade de erudição, foi encontrado nos periódicos um espaço propício para o desenvolvimento cultural, intelectual e artístico. Mesmo em um espaço com pouco letramento, e essa característica se mantendo inalterada durante parte do Império, a relação imprensa e leitura pública foi fundamental para que informações fossem passadas, assim como as ideias do momento, conseguindo transpor do papel para o palpável, ou melhor, para a sociedade. Os homens da elite se viram envolvidos nas relações que se estabeleciam entre a imprensa e a política e que se tornavam quase indissolúveis. Destarte, a circulação dos periódicos no Oitocentos possibilitou que os aliados sociais pudessem em certa medida alcançar as informações que se ventilavam no momento, mas também estabelecer novas relações de sociabilidade entre os diversos sujeitos envolvidos nesse processo.

2.2. O *Diário do Rio de Janeiro*: o primeiro da imprensa brasileira

O *Diário do Rio de Janeiro* (DRJ) certamente foi um dos jornais mais controversos do Brasil Imperial. O seu nascimento se deu através da fracassada experiência de publicação do *Jornal dos Anúncios*, que levou o seu fundador Zeferino Vito de Meirelles a buscar um novo projeto para o periódico que planejava fazer vir ao mundo. Para Nelson Werneck Sodré (1983), o *Diário* foi o primeiro jornal brasileiro a apresentar publicações diárias, o que foi um dos fatores que contribuiu para o seu sucesso na época.

Zeferino Meirelles³⁰, português radicado no Brasil, foi o responsável por lançar o periódico que seria um dos mais longevos da imprensa brasileira. Em 1º de junho de 1821 veio a lume o primeiro número do periódico que à época apresentava inovações em suas páginas. Tendo circulado por 57 anos, de acordo com Myriam Paula Barbosa Pires, “o *Diário* testemunhou inúmeras transformações ocorridas na cidade, bem como as mudanças tidas no próprio fazer jornalístico da época” (2008, p. 60-61, grifo da autora).

Os primeiros números do DRJ foram impressos na estrutura da Tipografia Régia, e, no ano seguinte à sua fundação, passou a ser impresso na Tipografia do Diário do Rio de Janeiro (Sodré, 1983), sendo essa de propriedade do próprio Meirelles. De acordo com Sodré, o *Diário* inicialmente se manteve à parte das questões políticas do Oitocentos, uma vez que:

³⁰ Zeferino Vito de Meirelles nasceu em Lisboa, no entanto alcançou proeminente destaque em solo brasileiro, onde no Rio de Janeiro faleceu em 12 de novembro de 1822 em virtude de um atentado. Apesar da relevância alcançada com o *Diário do Rio de Janeiro* e sua Tipografia homônima, Meirelles atuou como vice administrador na Imprensa Régia (Pires, 2010).

[...] o *Diário*, ocupava-se quase que tão somente das questões locais, procurando fornecer aos leitores o máximo de informações. Inseria informações particulares e anúncios: aquelas tratavam de furtos, assassinios, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, mares, correios; estes tratavam de escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, alugueis e, desde novembro de 1821, preços de gêneros (1983, p. 50-51, grifo meu).

De acordo com Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1865), o *Diário do Rio* foi o primeiro jornal a se dedicar em publicar anúncios e notícias locais, o que tomava maior parte das folhas do periódico. Ao que concerne à questão dos anúncios, cabe pontuar que essa foi uma característica primária do *DRJ*, uma vez que Zeferino Meirelles (1821), na primeira publicação do periódico, já colocava que se publicaria gratuitamente anúncios ou notícias em suas páginas desde que esses fossem lícitos. A partir de tal particularidade, o *Diário* estampou em suas páginas desde anúncios de compra, venda e procura por negros escravizados fugidos, até cotação de produtos como a serem vendidos, a exemplo da seda indiana, do azeite, da manteiga, entre outros³¹.

Justamente a divulgação de anúncio de diversos produtos fez com que o *Diário* ganhasse algumas alcunhas, o que, de acordo com Matias Molina, fez com que ficasse conhecido também como “*Diário do Vintém, Diário da Manteiga, Diário da Compra e Venda* ou *Diário do Azeite e do Vinagre*” (2015, p. 221, grifos do autor). No entanto, para além dos anúncios, para Juliana Gesueilli Meirelles (2006), o *Diário* acabou se configurando como um importante veículo de comunicação, uma vez que, através de suas páginas, conseguia-se mobilizar aspectos de uma cidadania coletiva. Assim, pode-se inferir que o *Diário*, assim como outros periódicos da época, expressava anseios e desejos da sociedade imperial.

Cabe destacar também que, para Pires, o *Diário* em seu lançamento buscava na Europa aspectos a serem inseridos nas suas publicações, o que resultou em “postura norteada pelo objetivo de instruir o público leitor acerca das inovações científica do mundo europeu, contribuindo para fazer da cidade sede do Império português, um local ‘digno’ de abrigar costumes mais modernos [...]” (2008, p. 74). Logo, foi comum encontrar também, além dos anúncios que se apresentavam em grande número, publicações a respeito de apresentações circenses e divulgação de avanços médicos e farmacêuticos.

³¹ Laiz Marendino pontua ainda que as publicações ainda tratavam de “amas de leite, leilões, perdas, achados, [...] os navios que estavam para partir e ofereciam-se para levar cargas e passageiros, bem como notícias a respeito de publicações diversas” (2016, p. 47).

Dentre essas publicações que figuraram nas páginas do jornal de anúncios³², chama atenção que, em sua maioria, essas não apresentavam assinatura daqueles que as encomendavam. Marendino vai além e pontua que mesmo redatores, editores e outros colaboradores “normalmente não assinavam os escritos dos jornais” (2016, p. 47). Por um período, quando não anônimos, os textos endereçados apresentavam pseudônimos, como o caso de uma série de textos de 1855 que foram assinados pelo “O Índio Tupi”, e que esse denunciava a conduta de um delegado de nome José Francisco Caldas. Em 1855, a contrapelo de quando o periódico foi lançado, já existia uma estabilidade em relação a liberdade de imprensa, mas certamente o temor de perseguição fosse por parte do Estado ou da pessoa exposta levava a que as publicações ficassem no anonimato ou com falsas identificações.

Aqui cabe fazer um contraponto. Apesar de o *Diário do Rio de Janeiro* ter inaugurado uma nova fase na imprensa brasileira com a sua veiculação de anúncios gratuitamente, ele não foi o único. O *Diário Mercantil*³³, que posteriormente seria absorvido pelo *Jornal do Commercio (RJ)*, também tinha por característica a divulgação gratuita de anúncios, e em geral se assemelhava muito como o *Diário do Rio* (Molina, 2015). Assim, o monopólio do *DRJ* com os anúncios gratuitos durou pouco tempo, mas não evitou o seu sucesso.

Ao que diz respeito ao sucesso do *Diário*, esse pode ser constatado por seus números, de acordo com Marendino, “[...] apenas um mês após sua criação, já constava com mais de oitocentos subscritores e no total se imprimiam mil exemplares” (2016, p. 52). Talvez o sucesso estivesse no fato de ser uma folha nova, ou por sua gama de produtos divulgados, mas certamente o valor monetário do produto contribuía e muito para tamanha procura e comercialização. Werneck Sodré (1983) considerou que um fator para o sucesso do periódico foi o seu valor de venda, uma vez que esse tinha o custo inferior quando comparado com os concorrentes.

No seu ano de estreia, Marendino destaca que “uma edição avulsa do *Diário* custava em torno de 40 réis diários, ou 640 réis mensais” (2016, p. 51). Esse valor permaneceu inalterado até 1830, quando passou por um reajuste. Já no período de análise deste trabalho, o periódico iniciou o ano de 1850 sendo vendido por 12 mil-réis anualmente, contudo, ao fim de sua atividade em 1858, anualmente o valor do *Diário* foi reajustando, passando a ser de 20 mil-réis para a população do Rio de Janeiro e Niterói³⁴.

³² Denominação utilizada por Myriam Paula Pires (2008).

³³ O *Diário Mercantil* iniciou suas atividades em 1824, mas em 1827 foi comprado por Pierre Planche que já era dono do *Jornal do Commercio (RJ)* (Molina, 2015).

³⁴ Os valores para regiões entendidas como interior do Império sofriam alterações, assim como assinaturas do exterior.

Logo em sua fundação, o periódico se caracterizava por uma produção simples, sendo apresentado em três a quatro páginas, com exceção em datas que marcavam publicações especiais. Cabe pontuar ainda que o conteúdo do jornal era disposto em três colunas, e, de acordo com Marendino, na primeira década do periódico, elas eram ocupadas por três grandes áreas temáticas sendo elas “movimento comercial, o tema das novidades das ciências e das letras, e as publicações dos órgãos oficiais do governo” (2016, p. 54). Já na última década de 50, quando teve suas atividades interrompidas, o *Diário* se configurava por ter de quatro a seis páginas, a depender da edição, e por conter seis colunas, onde eram dispostas as seções do jornal. Outra característica é que nesse período os anúncios ficavam relegados apenas à última página, e as temáticas expandiram, dando espaço para publicações internacionais, assim como crônicas políticas e expressão da literatura em suas diversificadas concepções.

Para Tânia Ferreira (2007), espelhado na Europa, o Brasil do Oitocentos desenvolveu o que a autora denominou de “jornalismo cultural”, que se configurava por tentar uma aproximação entre o que aqui chamarei de “redação” e o público leitor, tendo como propósito aproximar a tentativa de ensinar, e/ou orientar a população (Ferreira, 2017). Dessa forma, a imprensa buscava incentivar a participação popular nos processos nos quais a sociedade se viria imbuída.

Permeado pelo processo de formação da esfera pública carioca, o *Diário*, assim como outros periódicos do período, buscou em autores europeus reflexões que permitissem ao Brasil se inserir no círculo de ilustração da época. Nesse momento, de acordo com Lúcia de Bastos Neves (1995), a circulação de ideias nos mais matizados setores possibilitava que a esfera pública começasse a se encorpar, promovendo também que um senso crítico e opinião pública a respeito do que se retratava nas publicações do jornal pudesse ser formada. Assim, para Neves, os periódicos se posicionavam como “um porta voz da opinião pública” (1995, p. 133).

Os periódicos contribuíram para novas formas de sociabilidade, já que, para Marco Morel (2005), a imprensa, assim como os espaços responsáveis pelas vendas dos jornais, os cafés onde ocorriam as leituras públicas, possibilitavam essa interrelação dos sujeitos entre si e com o material publicado. A esse sentido, Pires destaca que o *Diário*, além de promover a sociabilização dos sujeitos, auxiliava também na divulgação de novas ideias, uma vez que:

[...] o *Diário do Rio de Janeiro*, criou um meio no qual apresentava e discutia preocupações sociais mais amplas, em que o público leitor, colaborador, anunciantes, interagiam, participando da construção de uma nova sociedade, imersa nos rumos da modernização (2008, p. 67, grifo da autora).

Sendo assim, o *Diário* alcançou significativa difusão nos mais variados setores da sociedade, o que de certo modo contribuiu para trazer a público questões que a sociedade devia se atentar (Marendino, 2016). Dessa forma, o *DRJ* contribuía com o campo político que durante todo o século XIX foi tomado por constantes ebulições.

Apesar de inicialmente o *Diário* ter se configurado enquanto um periódico informativo, e assim ter se mantido durante sua existência, não podemos aqui desprezar o seu caráter político. Nelson Werneck Sodré (1983), configurou o *Diário* enquanto um periódico omissivo e isento frente as questões políticas do momento. Um exemplo usado por Sodré (1983) e Molina (2015) para exemplificar a omissão do *DRJ* é a Independência do Brasil frente a Portugal, que, de acordo os autores, sequer foi noticiada em suas páginas.

No entanto, enquanto um produto de seu tempo, o periódico, assim como a sociedade imperial, foi sucumbido às mudanças do momento. O *Diário*, que outrora foi classificado enquanto isento a partir da década de 1830, passou a atuar com certo ativismo na política brasileira (Molina, 2015). Apesar de sua mudança de postura, para Marendino, o *Diário do Rio* não tinha o interesse de ser “panfletário [...], entretanto, não ser um jornal panfletário não significava não ser envolvido com a política ou que seus redatores não tivessem opiniões sobre o governo e a sociedade [...]” (2016, p. 60).

Ao desenrolar dos anos, o *DRJ* foi assumindo cada vez mais sua posição do campo político, chegando a ser vinculado ao grupo político Caramuru. Marendino aponta que tal tomada de posição fez com que o periódico acabasse “[...] ultrapassando a sua fórmula de jornal informativo, mesmo que ainda insistisse em se dizer uma folha imparcial e sem partido” (2016, p. 73). Contudo, ao se aproximar da política, o *Diário* possibilitou que setores da sociedade acessassem perspectivas políticas antes inacessíveis.

Não foi somente a incursão do *Diário* no campo político que modificou o periódico. Por meio dos romances-folhetins, o jornal passou a cativar os seus leitores. A publicação que certamente teve o maior destaque foi *O Guarany*, de José de Alencar, publicado no jornal no ano de 1857. A publicação teve significativas repercussões na sociedade, e, para Sodré, “no *Diário do Rio de Janeiro*, José de Alencar constituiria exemplo marcante da conjunção da literatura com a imprensa” (1983, p. 191, grifo meu).

A obra *O Guarany* foi inteiramente publicado nos folhetins de rodapé do jornal entre os meses de janeiro a abril de 1857. Para Molina, após a publicação do romance indianista de Alencar, o jornal passou a ser “disputado com impaciência e pelas ruas se viam agrupamentos

em torno dos fumegantes lampiões de iluminação pública” (2015, p. 225). Em 1860, Alencar retornaria às páginas do *DRJ*, agora apresentando ao público uma nova história em *A Viuvinha*.

Apesar das posturas adotadas pelo *Diário do Rio*, e do avassalador sucesso que obteve em sua circulação, em 1858 teve a sua publicação interrompida em virtude de uma falência anunciada por meio do periódico *O Velho Diário do Rio de Janeiro*, que fora lançado em substituição do *DRJ*. No entanto, *O Velho Diário do Rio* já nasceu natimorto, tendo sua circulação apenas de 16 de dezembro de 1858 a 29 de dezembro do mesmo ano. Outras tentativas de fazer com que o *Diário do Rio de Janeiro* voltasse a emplacar aconteceu em anos subsequentes, sob a administração de nomes como Saldanha Marinho, Quintino Bocaiuva, Sebastião Gomes da Silva Belfort, Augusto de Carvalho, entre outros. O *Diário*, em 31 de outubro de 1878, viu suas últimas páginas irem a público.

O *Diário do Rio de Janeiro*, de acordo com Marendino, com “[...] seu viés comercial e informativo nos trouxe a noção do dia a dia de uma cidade do século XIX, que era também a corte do Império Brasileiro” (2016, p. 54). Também por meio de suas páginas foi possível perceber que nem sempre se manteve neutro frente às questões de seu tempo, uma vez que em certos momentos se posicionava favorável ou não as condutas assumidas pelo Império. Não se pode perder de vista também o caráter pedagógico que a imprensa, logo, o *Diário*, assumiu mesmo circulando em uma sociedade majoritariamente leiga, já que, de acordo com Myriam Pires (2008), tal instrumento servia para, além de informar, auxiliar na construção de boas práticas sociais. Destarte, foi o *Diário do Vintém, da Manteiga*, ou com qualquer outro apelido a ele designado durante a sua atividade, um importante expoente da imprensa brasileira, um importante agente de informação no Império.

2.3. A imprensa folhetinesca: literatura e romances-folhetins nas páginas dos periódicos

O advento da imprensa se deu mediante à necessidade de a articulação política se transpor para o papel, buscando se articular e comunicar com a sociedade da época. Em meio a essa conformação, a literatura acabou se envolvendo no processo, por uma espécie de simbiose, o que resultou em uma mudança de patamar do processo de produção, assim como o do alcance desses materiais no meio em que eram divulgados. Política e literatura então se fundem e passam a disputar os mesmos espaços nos periódicos, alcançando novos públicos e estabelecendo um vínculo entre os jornais e o público consumidor.

Em meio a essa relação entre imprensa e literatura, os romances-folhetins ganham espaço, e, de acordo com Leonardo Mendes e Nathalia Gorni, “[...] por meio dele a imprensa buscava atingir um público mais amplo, como mulheres, donas de casa e outros leitores comuns, de modo a expandir sua distribuição e aumentar as vendas das folhas [...]” (2011, p. 9). Assim, os folhetins se imbricaram diretamente com a difusão dos periódicos, haja vista que a literatura aguçava e instigava o leitor a consumir os produtos com o propósito de entender os desfechos das obras.

Para entender um pouco a respeito do surgimento dos folhetins, é preciso retomar à França do início do século XIX, onde, de acordo com Mariana Couto Gonçalves (2013), essas publicações ocupariam espaços geográficos bem definidos nas páginas dos jornais. Sob influência francesa, no Brasil a disposição dos folhetins era geograficamente a mesma, um espaço em pé de página, na primeira página do periódico. Foi nesse espaço onde publicações como piadas, críticas literárias e até mesmo receitas literárias foram vinculadas.

Aos poucos os folhetins foram conquistando o público, uma vez que eles davam espaço para uma transposição da realidade a partir de elementos ficcionais, como sujeitos e sociedade. Antônio Hohlfeldt destaca que a inserção da literatura nos periódicos contou com alguns fatores que os levaram a ter sucesso, sendo:

[...] o desenvolvimento tecnológico significativo – com reflexos sobre a produção jornalística e a distribuição livresca, incluindo seus crescendo barateamento – e a democratização educacional, mediante o acesso à leitura, primeiramente das classes burguesas e, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, também dos chamados segmentos populares [...] (2003, p. 28).

No Brasil, os folhetins só ganharam destaque após meados do Oitocentos. Foi nesse período que o polo literário e o periódico se uniram. O laço que se estabeleceu entre esses dois setores e notadamente percebido a partir da presença de literatos nas tipografias e assumindo funções dentro dos jornais. José de Alencar e Machado de Assis foram algumas dessas figuras, sendo que Alencar, além de escrever para jornais da época, assumiu por um tempo a redação do *Diário do Rio de Janeiro*, já Machado de Assis atuou no mesmo periódico e teve obras literárias publicada em outros como no *Jornal do Commercio (RJ)*.

Antes da primeira publicação de folhetim produzida no Brasil, os periódicos importavam obras francesas para estamparem suas primeiras páginas. Matias Molina pontua que, dentre as primeiras publicações, “[...] um dos mais populares foi *O conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, que saíra no *Jornal do Commercio* em 1845 e 1846” (2015, p. 223, grifos do autor). Para Ilana Heineberg (2008), essa característica de texto importados correspondia à

primeira fase dos romances-folhetins que se desenvolveu nacionalmente. Essas publicações, que vinham prontas de outros países, serviam como molde para que localmente começasse a se pensar esse tipo de história (Heineberg, 2008).

Já a segunda e terceira vezes, buscavam no território brasileiro elementos para a constituição dos folhetins. Para Heineberg (2008), a segunda fase foi uma espécie de adaptação do que era produzido internacionalmente, dando lugar a narrativas onde o cenário brasileiro ambientasse as obras. Já a terceira fase foi onde o gênero se consolidou, e narrativas próprias e particulares às dinâmicas nacionais foram produzidas (Heineberg, 2008). Então, os autores brasileiros absorveram os elementos europeus que a princípio estavam muito em voga, mas com o tempo foram transformando suas histórias, trazendo para elas elementos como os indígenas, a Família Real, as matas e até mesmo os palácios brasileiros.

Escritores como Joaquim Manoel de Macedo, Euclides da Cunha, além de José de Alencar e Machado de Assis, alteraram os percursos dos impressos, uma vez que conseguiram estabelecer uma relação entre literatura e jornalismo, mediante os folhetins, onde lograram significativo sucesso. Felipe Pena pontua que “[...] o casamento entre imprensa e escritores era perfeito. Os jornais precisavam vender e os autores queriam ser lidos” (2008, p. 32).

Nessa relação entre imprensa e literatura, para José de Alencar, o sucesso do seguimento poderia ser visualizado a partir do *Diário do Rio de Janeiro*:

Em fins de 1856, achei-me redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*. Ao findar o ano, houve ideia de oferecer aos assinantes da folha um mimo de festa. Saiu um romance, meu primeiro livro, se tal nome cabe a um folheto de 60 páginas. Escrevi *Cinco Minutos* em meia dúzia de folhetins, que iam saindo na folha dia por dia, e que foram depois tirados em avulso [...] (2013, p. 35, grifos do autor).

Iniciou-se o processo de consolidação da relação entre a imprensa e a literatura por meio dos folhetins. Cabe destacar que, de acordo com Socorro de Fátima Barbosa (2007), os gêneros que conseguiram maior destaque nos jornais foram os contos e as crônicas. Para Sodré (1983), foi a partir da parte literária, aliada às suas páginas de anúncios, que jornais como o *Diário do Rio* e o *Jornal do Comércio* conseguiram fazer com que o público leitor brasileiro passasse a se interessar pela leitura.

Não apenas os folhetins importados da Europa conseguiram laurear sucesso no Brasil. José de Alencar, com a sua publicação de 1857, conseguiu notável destaque. A obra *O Guarani* conseguiu atingir significativas parcelas da sociedade, e grande apelo popular, tendo o folhetim publicado a história completa, esse a depender do sucesso era transformado em livro, que foi o

que aconteceu com a obra de Alencar. Assim, era possibilitado que aqueles que porventura tivessem perdido algum número do folhetim pudessem ler a obra na íntegra (Gonçalves, 2013).

Para Nelson Sodré, o sucesso de José de Alencar configurou o que ele descreveu como “época dos homens de letras fazendo imprensa” (1983, p. 192). Sendo assim, o período foi marcado por publicações literárias ganhando espaço em páginas que por muito tempo foram políticas. No entanto, a mudança de postura das folhas periódicas contribuiu também para uma mudança de postura da sociedade, uma vez que, para Marina Pozés Santos (2012), incentivou uma maior participação popular nos assuntos políticos, mas também nos textos literários.

Entender a recepção desses textos agora dois séculos após suas publicações é um tanto quanto complicado. No entanto, isso não impede que consigamos entender os seus impactos na sociedade da época. Como já exposto em tópico anterior, o território brasileiro era povoado majoritariamente por analfabetos. Nesse sentido, o acesso às publicações dos folhetins se dava por meio de leituras públicas, como já apresentado, mas também por meio das poucas bibliotecas em território nacional, mas também nos cafés literários.

Para Tânia Serra (1997), o público leitor dos folhetins no Brasil era diferente de todos os outros por causa da característica social do Império, em que a imprensa era muito recente, e os folhetins, mais ainda. Contudo, a respeito do público que consumia as obras folhetinescas, Serra destaca que “tanto aqui quanto na França, vai ser aquele de quem não é requerido muito raciocínio; que, deparado com uma situação mirabolante e/ou patética, vai procurar a solução dos conflitos no próprio texto” (1997, p. 25).

Ainda a respeito do público leitor, cabe pontuar que esse, além de consumir os folhetins, em certo ponto começou a exercer influência nos possíveis desfechos das obras. Por meio das cartas enviadas às tipografias e redações, os leitores se tornavam capazes de alterar o curso das histórias. Outra forma era por meio do aumento ou diminuição do número de tiragem dos jornais, o que poderia levar o autor do folhetim a mudar a condução da história, assim como acrescentar ou tirar personagens da trama, tudo com a finalidade de conseguir estabelecer uma fidelização do leitor (Pena, 2008).

Destarte, embora a imprensa tenha começado de forma incipiente e com alcance limitado, foi por meio da abertura a novas possibilidades, bem como de sua relação com a literatura, que as transformações começaram a ocorrer. Os folhetins conseguiram então amalgamar setores da sociedade em busca das conclusões das obras, assim como das leituras coletivas. Também foi em meio a esse contexto que os periódicos conseguiram atingir o seu auge de circulação, intercalando publicações políticas e literárias, atingindo a variados setores,

mas também possibilitando que os “homens das letras” conseguissem alcançar sucesso pelas páginas dos periódicos.

CAPÍTULO 3

SOB AS MARCAS DOS TIPOS: Os índios e os tipos narrados

Certamente a imprensa que se apresentou com a chegada da Família Real e que se consolidou a partir do processo de Independência do Brasil não se dava aos moldes da que temos agora na contemporaneidade. Contudo, não podemos desprezar a importância da produção periódica para a sociedade oitocentista, haja vista a capilaridade que ela atingiu e a variedade temática que foi assumindo com o tempo. Aos tempos de hoje, toda a produção do século XIX se coloca enquanto riquíssimo material para que se compreenda dinâmicas, mecanismos e representações feitas a época.

Para Frank Ankersmit, “o passado é reconstruído a partir dos discursos, assertivas e textos históricos” (1986, p. 26, *apud* Malerba, 2006, p. 19), logo, os periódicos, enquanto textos históricos e recheados dos mais variados discursos, configuram-se enquanto elementos fundamentais para se reconstruir um passado outrora virtuoso, e entender as representações por ele forjadas. Apesar das possibilidades de utilizar os jornais enquanto elementos para reconstruir o passado e compreender as narrativas que se apresentavam, Ana Luíza Martins e Tânia Regina de Luca destacam que “o debate em relação ao uso dos impressos periódicos ganhou espacial destaque nas últimas décadas do século passado” (2008, p. 13).

Entendendo as expectativas que se abrem a partir da análise dos impressos, é que aqui se lança mão de um dos mais importantes jornais do Oitocentos, o *Diário do Rio de Janeiro* (Molina, 2015; Sodré, 1983), na tentativa de compreender como tal periódico apresentava as representações a respeito dos indígenas nacionais em suas páginas. Cabe destacar que os periódicos são fontes que nos permitem compreender o contexto social, político e econômico dentro de um recorte temporal e/ou espacial, uma vez que os agentes envolvidos na produção dos jornais também participam ativamente dos processos sociais, conforme apontado por Gislania Carla P. Kreniski e Maria do Carmo P. Aguiar (2011). Então, a partir desse material é possível compreendermos, ou tentarmos compreender, qual a função dos periódicos na “construção do imaginário e nas memórias sobre a história” (Kreniski; Aguiar, 2011, p. 1). Logo, ao analisar o *Diário do Rio*, é possível entender o jogo político, a dinâmica social e as construções representativas da sociedade.

Por trás de toda publicação, sempre houve propósitos e sujeitos, logo deve-se considerar que o que foi expresso nas páginas dos jornais em muito correspondia aos interesses de

determinados setores da elite, como apontado por Márcia Pereira da Silva e Gilmara Yoshihara Franco (2010). Assim, a escolha dos periódicos como objeto de estudo, para Tânia Regina de Luca, se justifica por:

[...] entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (2015, p. 118).

Partindo das possibilidades de usos dos jornais para pesquisa é que se torna possível entender como as representações engendradas nos *tipos e prensas* do Oitocentos recaíram sobre os nativos nacionais. Como apresentado por Luca (2015), os periódicos, enquanto veículos de informação, não podem ser entendidos enquanto elementos imparciais, já que os temas apresentados nas mais variadas colunas e seções diziam respeito a demandas que se apresentavam a sociedade. A presença dos indígenas não se colocava de forma involuntária. É latente que, ao narrarem o índio enquanto bárbaro ou agente do caos, esperava-se da sociedade uma reação, assim como quando os apresentavam enquanto passíveis de serem civilizados.

Em meio aos altos índices de analfabetismo para época, pode parecer estranho falar da influência dos periódicos na sociedade. Para Lúcia Maria Bastos P. Neves (1999), mesmo em uma sociedade analfabeta, a circulação das ideias apresentadas nos periódicos acontecia de forma ampla, muito em função das diferentes formas como esses impressos chegavam ao público, como já apresentado anteriormente. Para Eliezer Félix de Souza, mesmo com os poucos leitores, acabava se formando “um campo de interatividade, que fazia com que os conteúdos expressos nas páginas dos jornais se configurassem como os grandes responsáveis pela formação da opinião pública” (2010, p. 6). Assim, as narrativas produzidas ou até mesmo difundidas sobre os indígenas pelos jornais chegavam aos ouvidos do povo, resultando certamente nas construções de um imaginário a respeito desses sujeitos, ou reforçando as representações até então postas.

Enquanto periódico que inicialmente se apresentou com grande número comercial, o *Diário do Rio de Janeiro* viu suas páginas cederem espaços para as mais variadas seções. Política, variedades, relato de viagens, informes policiais, editais, expedientes de ministérios, entre outras colunas presentes nos jornais, uma coisa era certa, a presença de representação dos indígenas nelas. Fossem apresentados enquanto bárbaros, violentos, marginais, passíveis a civilização e até mesmo como novos índios após conversão ao cristianismo, aos nativos coube tudo, menos uma representação fidedigna a eles.

Representação e identidade podem ser confundidas em meio narrativas feitas no século XIX. Contudo, as representações buscavam sistematizar e homogeneizar os indígenas brasileiros, desconsiderando suas questões particulares ao seu sincretismo e cultura. Para Roger Chartier (2002), a ação de construir narrativas representativas sobre os sujeitos se dá com o propósito de legitimar determinados comportamentos da sociedade, como já foi apresentado. Ao que diz respeito aos indígenas, as representações forjadas sobre eles buscavam legitimar a espoliação de suas terras, assim como o extermínio de seus corpos, muitas vezes com o aval do Estado. A identidade já se apresenta em circunstâncias individualizadas, podendo ou não abarcar um grupo. No entanto, para Stuart Hall “[...] a identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, não uma essência ou substâncias a ser examinada” (2003, p. 15-16). Logo, as identidades se manifestam como construções relacionais, definidas pela conjuntura em que os sujeitos estão inseridos e por suas interações, e não como projeções estigmatizadas e fixas.

É importante ponderar que, para chegar ao entendimento a respeito das representações feitas sobre os nativos brasileiros, precisou-se uma análise detalhada do periódico já apresentado. Para tal, buscou-se analisar todas as publicações do *Diário* publicadas nas balizas temporais de 1850 a 1858. Mediante leitura de todas as publicações diárias do jornal, tratou-se de levantar e sistematizar todas as menções feitas da palavra “índio”. Aqui, cabe destacar que se optou pela escolha da palavra “índio” enquanto chave de busca, uma vez que essa se apresentou com mais recorrência nas publicações do período, no entanto, antes de se estabelecer tal entendimento foram feitas buscas a partir de palavra como “nativos”, “indígenas”, “silvícolas” e “negros da terra”, contudo, os resultados não foram tão abundantes quanto ao escolhido. Mediante o levantamento dos dados, foi possível entender então quais as formas que o termo “índio” mais se apresentou nas páginas do jornal, assim como as representações atribuídas aos indígenas brasileiros retratados pelo periódico.

No recorte temporal apresentado, o *Diário do Rio de Janeiro* foi responsável por apresentar mais 400 ocorrências do termo “índio”. Certamente, o avultado número de menções se dá em função da análise ter sido aplicada no jornal como um todo. Muitas também foram as seções em que narrativas a respeito do termo pesquisado se apresentaram, tais como: Folhetim do Diário, Publicações a Pedido, Extrato do Interior, Repartição Policial, Parte Comercial, entre outras. Só de se observar o avultado número de ocorrências e seções em que consta o termo “índio”, pode-se inferir as múltiplas formas como esse configurou, assim como as facetas pelas quais os indígenas foram projetados.

Por meio da leitura e compilação dos dados, foi possível compreender um pouco do contexto em que as publicações ocorreram, uma vez que, para Krenisk e Aguiar:

[...] a imprensa tem um papel fundamental dentro da sociedade, uma vez que através das páginas percebemos as mudanças ocorridas dentro da sociedade. Pois é através dela que podemos analisar os seus discursos moralistas, políticos e econômicos. Uma vez que na imprensa são ditas as modas, as regras de conduta dentro da sociedade [...] (2011, p. 4).

Mais uma vez, portanto, por meio da variedade pela qual os indígenas foram apresentados no periódico, e dos contextos apresentados para cada representação, é que se fez necessário criar e estabelecer categorias que possibilitassem sua análise. Ao categorizar as ocorrências, torna-se viável entender como os discursos se apresentavam no jornal e as suas permanências com o tempo. Também, isso possibilita visualizar ocorrências elegíveis para a análise proposta ao trabalho, que é a representação dos indígenas. Por fim, e interseccionando com pensamentos da época, abre-se caminho para encontrar afinidade entre os discursos publicados pelo *Diário* e as configurações políticas, sociais e culturais que pairavam na sociedade.

Sendo assim, a partir das leituras, foi possível estabelecer as seguintes categorias para a palavra “índio”: 1) quando relacionada à violência, crimes e julgamentos atribuídos aos indígenas; 2) quando vinculada à localidade territorial da Índia e aos seus produtos exportados; 3) quando apresentada como elemento de alguma arte, como teatro e literatura; 4) quando associada à medicina e medicamentos; 5) quando aborda questões de conversão e catequização dos indígenas; 6) quando as narrativas se referem a índios de outras localidades, como Chile e México.

Além dessas seis categorias, foi necessária a criação de uma categoria adicional, devido às menções que não se encaixavam nas anteriores. Assim, a categoria “outros” passou a agrupar menções cuja classificação foi inviável, seja pela abrangência temática, seja pela dificuldade de compreensão do contexto, decorrente da qualidade do jornal ou da digitalização.

Destarte, partindo do exposto, este capítulo tem por objetivo apresentar como o *Diário do Rio de Janeiro* estampou em suas páginas os indígenas nacionais, configurando o que entendemos como as representações projetadas a esses sujeitos. Partindo do levantamento e categorização feita com o termo “índio”, os indígenas brasileiros serão analisados a partir da ótica de sujeitos marginais, tendo em vista as recorrências em que foram mencionados em publicações em que foram narrados como violentos e criminosos. Também serão apresentados por meio da perspectiva que deveriam ser inseridos na sociedade imperial a partir de missões

civilizatórias que consistiriam em catequização e conversão dos índios ao cristianismo, assim os tornando civilizados perante a perspectiva colonizadora. Por fim, aos indígenas caberá o papel representado na literatura, como projeções de um índio idílico e puro, criado com o propósito de servir como símbolo nacional.

3.1. *Marginal, violento e bárbaro: as narrativas criminais sobre os índios*

A história nacional está intimamente relacionada aos povos indígenas que historicamente ocupam o vasto território brasileiro. No entanto, aos índios brasileiros sempre foi relegada a condição de protagonista, restando-lhes o ostracismo e a invisibilidade histórica. Muito do que a sociedade nos dias atuais pensa a respeito dos indígenas se encontra impregnado por preconceitos e estereótipos cunhados desde o início da colonização portuguesa.

Do colonialismo restou a discriminação e exclusão daqueles que foram e são o esteio da sociedade brasileira. As instituições oficiais do Estado, tais com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e outros espaços de intelectualidade, propositadamente ou não, colocaram-se enquanto agentes de construção e divulgação de estereótipos cientificamente fundamentados, que ainda hoje ressoam pelo país. Narrados enquanto violentos, hostis, bárbaros e até mesmo marginais, os índios brasileiros viram serem lançadas sobre seus corpos designações que buscavam os inferiorizar e criar um temor a respeito de sua existência.

Os jornais se tornaram importantes elementos de divulgação e construção dessas representações forjadas oficialmente ou não. O *Diário do Rio de Janeiro* se tornou parte da imprensa onde os indígenas apareceram em narrativas sendo subjugados e representados a partir de uma perspectiva de inferiorização. Para Maria Regina Celestino de Almeida (2008), os autóctones brasileiros receberam diferentes significados e categorias, a depender do tempo, espaço e agentes em contato. Assim, torna-se evidente que tanto as instituições quanto os periódicos, ao significarem ou ressignificarem os indígenas, o faziam em função dos interesses do momento.

A presença dos índios oitocentistas em narrativas criminais demonstra que, para o período, a perspectiva criminalizante era a tônica. Presente nas seções de Diário, Extrato de Interior, Extrato de Correspondência, Repartição Policial, Lista de Prisoneiros, entre outras, o *Diário do Rio de Janeiro*, foi categórico ao vincular a imagem dos índios expressos em suas páginas, a sujeitos perigosos ao Estado. Essa representação e as narrativas que foram atreladas aos indígenas podem ser visualizadas a partir das tipificações que serão aqui expressas.

Por meio do levantamento feito, verificou-se que a primeira publicação onde um índio aparece vinculado a um ato criminoso aconteceu no dia 18 de março de 1851. Na seção “Repartição da Polícia”, aparece descrita a captura do índio Antonio Hygino, preso por ordens do subdelegado da Glória (1851, nº 8649, p.3). Apesar da prisão divulgada, ao contrário de outras apresentadas em mesma seção, a motivação que culminou em tal captura não é descrita, no entanto, o nome do sujeito e a sua condição ética “índio” fica presente na publicação, promovendo uma marcação ao sujeito.

O periódico, ainda no ano de 1851 em sua impressão do dia 13 de dezembro, apresentou na seção “O Diário - 12 de outubro”, uma publicação que apresenta a prisão de um índio de nome David. No texto, é dito que a prisão se deu em circunstância de David ter sido acusado de roubo e assassinato na localidade de Cachoeira (1851, nº 8867, p. 2). A despeito da publicação, não há quaisquer outros elementos que possam contribuir para o entendimento da prisão. Contudo, percebe-se a recorrência de casos como o do índio David, em que se apresentam as prisões, mas sem maiores detalhamentos.

Talvez um dos casos mais emblemáticos seja o do índio de nome João de Beatinga, que é apontado como o responsável por promover desordem e assassinato na povoação de Amargosa, Bahia. Pode-se perceber, a partir da publicação, o estabelecimento de uma clara relação entre o indígena e os delitos narrados. A publicação, datada de 30 de março de 1853, apresenta a seguinte narrativa:

Chegaram anteontem presos a esta capital o índio João de Beatinga, autor das desordens e assassinatos que ultimamente tiveram lugar na povoação de Amargosa, entre Tapera e Nasareth, um de seus imediatos chamado Narciso e mais 32 consócios dos mesmos crimes, os quais foram todos recolhidos a cadeia de Barbalho. Acham-se por conseguinte os habitantes daqueles lugares livres dos perigos que os ameaçavam, graças as prontas providências que para esse fim foram dadas pelo Exmo. presidente da província e pelo Sr. chefe de polícia, as quais se deve a plena tranquilidade em que ficará a comarca (1853, nº 86, p. 2).

O conteúdo citado acima deixa clara a ideia de ameaça e perigo causada pela liberdade e presença de João de Beatinga e seus consócios na região de Amargosa. Logo se estabelece uma representação criminal a respeito do índio, fazendo com que paire sobre a povoação o temor que outros índios possam se portar tal qual o índio João de Beatinga. O temor pelas ações do índio preso fica evidente no trecho em que se expressa que “acham-se por conseguinte os habitantes daqueles lugares livres dos perigos que os ameaçava [...] as quais se deve plena tranquilidade em que ficará a comarca” (1853, nº 86, p. 2).

No entanto, o caso do indígena preso em Amargosa volta às páginas do periódico no ano seguinte, apresentando o julgamento de João de Beatinga enquanto desdobramento de sua prisão. Em 26 de maio de 1854, na seção “O Diário - 26 de maio”, dentre os diversos assuntos que se narram, consta a sentença que seria aplicada, sendo ela descrita nas seguintes letras “ao índio Beatinga, consta que foi condenado a galés perpetua” (1854, nº 143, p. 2). Sendo assim, João Beatinga ficaria recluso na prisão, mas com saídas diárias para realização de obras públicas, conforme constava no Código Criminal brasileiro de 1830.

Voltando à publicação do ano de 1852, o *Diário do Rio* noticiou um acontecimento que, para a época, ressoou como bárbaro. No periódico, foi narrado o assassinato de um vigário na localidade de Taquara, Paraíba, pelas mãos de um índio. A publicação se deu no dia 11 de maio, trazendo as seguintes informações:

Corre que o infeliz vigário de Taquara fora assassinado por um índio, ao qual no dia antecedente ao da morte, ele maltratara de palavras, negando-lhe sepultura a sua sogra; assim como que está polícia de posse de várias circunstâncias e provas, que convencem ser ele o autor daquele bárbaro atentado, [...]. Dizem mais que aquele índio já tinha dado várias provas de perversidade, e já havia cometido outros crimes iguais (1852, nº 8985, p. 1).

Cabe pontuar que esse fato também foi narrado em outro importante periódico da Corte, o *Jornal do Commercio (RJ)*. Contudo, embora se tratasse do mesmo assunto e o índio fosse representado como um assassino — portanto, bárbaro e violento —, a publicação do *Commercio* apresentou divergências em relação à do *Diário*. Para o *Diário*, a motivação fora a negativa do vigário em sepultar a sogra do índio, já para o *do Commercio*, fora os insultos proferidos pelo vigário e a negativa de sepultar a sua irmã. A versão mais fiel ao que de fato ocorrera é difícil de ser identificada, no entanto a representação que fica é a de um sujeito assassino e, por isso, perigoso à sociedade.

Antes do assassinato do vigário de Taquara, o *Diário* já havia relatado outro crime, descrito como um “horroroso crime”. Dessa vez, tratava-se de um duplo assassinato: um índio chamado F. Pereira foi morto pelo próprio genro, que, por sua vez, foi morto pelo cunhado, também identificado como índio. A publicação ocorreu no dia 23 de abril de 1852, na seção “Extrato de Interior - Cidade de Victória, 14 de abril”, onde constou que:

[...] a dias fora perpetrado no sítio (*ilegível*), distrito da freguesia de Cariacica, um horroroso crime; fora barbaramente assassinado por seu próprio genro, o índio F. Pereira, e em seguida, um filho deste matara ao índio genro, seu próprio cunhado; assim praticando este criminoso ato (1852, nº 8970, p. 2).

O jornal em publicação do dia 02 de junho de 1855 trouxe, em uma das seções de suas páginas, um “Panorama” que mais uma vez narrava a prisão e julgamento de um índio. No entanto, o caso do índio Matheus teve um desfecho diferente de todos aqui contados. Na seção apresentada, aparece o informativo a respeito do julgamento em que, apesar das acusações de roubo, Matheus fora inocentado e colocado em liberdade (1855, nº 151, p. 2). Apesar do caso ter desenrolado de forma positiva, a impressão que se tem é que, mais uma vez, ao contar a história de um índio a quem foi imputado uma culpa, a sociedade o entenderá como culpado, independente do posicionamento da justiça.

Em publicação de 18 de maio de 1856, o *Diário* apresentou um rico compilado de informação que somente corroboram a pretensa representação de selvageria imposta sobre os indígenas. Na seção “Relatório de Justiça”, foram vinculadas narrativas em que indígenas das regiões do Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul e Amazonas “alteraram a paz das povoações” (1856, nº 138, p. 1). Na publicação, consta a violência praticada em Alto Pindaré, Maranhão, onde os índios “levantaram-se e assassinaram o diretor da localidade, sua mulher e um velho”, mas também se acha expressa em mesma página a narrativa de que “no Rio Grande do Sul, alguns índios revoltaram-se por não quererem sujeitar-se ao aldeamento, e mataram tais indivíduos” (1856, nº 138, p. 1), os tais indivíduos eram os responsáveis pelo aldeamento.

Ainda na data de 18 de maio de 1856, chama a atenção a publicação a respeito de um grupo indígena na província do Amazonas, os índios Muras do rio Madeira, que, de acordo com a publicação, “fizeram uma excursão e cometeram algumas mortes e roubos” (1856, nº 138, p. 1). A narrativa sobre os Muras, assim como as anteriores a respeito dos autóctones do Alto Pindaré e do Rio Grande do Sul, projeta sobre os corpos desses sujeitos todo o estigma de violência e criminalidade possível, fazendo com que sujeitos de corpos políticos iguais, a exemplo de indígenas de outras localidades, sejam impregnados por igual visão.

Em 1856, ainda constou nas páginas do *Diário* uma publicação de 22 de setembro, em que, na seção “Notícias do Norte”, é apresentada a prisão de Manuel Alves dos Santos e Pedro Julião de Pinho (1856, nº 263, p. 1). A publicação em si diz respeito não a um crime praticado por um índio, mas sim sofrido. Faz constar que foram presos os dois sujeitos em função de terem assassinado em 1850 um índio de nome Hygino.

O índio Geroldo figurou nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro* em 1857. Especificamente, no dia 11 de setembro, foi publicado no periódico constou que:

foram recolhidos à cadeia desta capital, tendo sido enviados pelo Sr. Dr. chefe de polícia os presos Antônio José de Araujo, vulgo Antônio Maximiano, e seu escravo crioulo de nome José, indicados como cúmplices nos atentados

praticados no distrito do Descoberto, dos quais foi vítima a infeliz família de Antônio Lopes de Faria; com estes veio também preso o índio Geroldo, igualmente indicado naqueles atentados e em diversos outros homicídios (1857, nº 247, p. 1).

Geroldo, assim como outros índios narrados pelo jornal, se configura como mais uma na estatística de homicida. O *Diário* ao longo dos seus anos narrou com certa maestria as violências que vincularam os indígenas, no entanto em poucos ou quase nenhum caso são apresentadas as consequências de tais crimes, nem se os julgamentos aconteceram ou não, assim como quais foram as suas penas. Ao que parece, a intenção do periódico sempre foi o de auxiliar na estigmatização dos nativos enquanto violentos, hostis, logo, inadequados a vida em sociedade.

Até o último ano do periódico, os indígenas continuaram presentes em discursos de violência e crimes. Foi levantada, na edição de 06 de março de 1858, uma publicação que narra a prisão de um índio em função de um crime praticado. Ela apresenta que “foi assassinado no município de Alegrete o estimável fazendeiro Vicente de Souza Trindade, pelo índio João Gonçalves, à mandado da mulher do referido fazendeiro” (1858, nº 62, p. 1). A publicação ainda apresenta que João Gonçalves confessou o crime e que fora recompensado com o montante de 200 patações pelo assassinato.

Partindo das exposições aqui apresentadas a respeito de como os indígenas foram narrados, torna-se possível visualizar a recorrência com que os nativos brasileiros são apresentados envoltos a narrativas criminais. Muitas das vezes com requinte de detalhes nas seções nas quais esses sujeitos aparecem, e sempre com palavras que os remetam a criminosos, assassinos, bárbaros, violento e selvagens. As representações projetadas aos indígenas iam de encontro ao temor que se buscava estabelecer na sociedade frente a esses indivíduos.

A marginalidade se tornou uma representação corriqueira para esses sujeitos. Fosse com aval do Estado, ou das instituições da época, ao apresentar os indígenas a partir da faceta da violência, a sociedade imperial abria mão do ônus de comungar com esses sujeitos elementos comuns à sociedade. As representações postas serviam exclusivamente para alargar ainda mais o abismo de diferenças, sobretudo sociais, existentes entre indígenas e não-indígenas.

Com estranhamento ou não, a carga representativa do indígena enquanto marginal, violento, hostil e selvagem, ainda hoje encontra espaço para que seja massificado em diversos setores da sociedade. Sempre em um movimento de retomada de seus territórios, ou de reivindicação político-social por seus direitos, o indígena imediatamente, ao segurar o seu arco, a sua flecha, ou a sua borduna, será lido enquanto violento. No entanto despreza-se a força

bélica empregada pelas polícias, os atos de resistência à violência e até mesmo a ocupação de suas terras.

3.2. *Tomar parte da comunhão e civilizar: catequese como mecanismo civilizatório*

Entendidos como incivilizados em função de seus aspectos e particularidades culturais e sociais, os autóctones brasileiros foram submetidos a uma série de práticas com o propósito de se romper com o seu estado de “selvageria”. Historicamente, muitos foram os argumentos utilizados para impor sobre os corpos indígenas práticas tidas como civilizacionais. A necessidade de integrá-los à sociedade e até mesmo a de torná-los mão de obra útil ao Estado foram algumas das justificativas que mais reverberaram.

Para Gabrielly Miranda, a partir do “[...] ideal de selvageria é que são criados os projetos de ‘catequese e civilização’ dos nativos, que ocorreriam dentro e fora dos aldeamentos, ao objetivar ensinar aos indígenas a ler, escrever e a contar, bem como ofícios e artes mecânicas” (2020, p. 34). Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, o Estado buscou na educação formal a aplicação da catequese católica, uma vez que, para Marta Rosa Amoroso (1998), elas eram sinônimas. Corroborando a isso, Ronaldo Vainfas (2002) demarca que a catequese, assim como o aprendizado dos serviços agrícolas era o que possibilitaria aos indígenas se inserirem no processo civilizatório.

O Oitocentos se caracterizou por uma ser um período de mudanças ao que concerne às normativas legais para a civilização dos indígenas, assim como nos debates a respeito do tema. José Bonifácio foi um dos responsáveis por ajudar a pensar a forma como os indígenas deviam ser tratados na sociedade imperial, assim como o papel que poderiam assumir nela. Para Manuela Carneiro da Cunha, a obra “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil”, formulado por Bonifácio, era de significativa importância, uma vez que “previa o uso de missionário para tirar os índios das matas e para aldeá-los” (2009, p. 158). Contudo, foi o “Regulamento acerca das Missões de catequese e Civilização dos Índios”, de 1845, que definiu as balizas para a condução da relação de civilização por meio da ação dos missionários religiosos.

Carlos Augusto Freire e João Pacheco de Oliveira destacam que “o binômio ‘catequese e civilização’ garantia uma política de brandura que, na prática, esbarrava na ambientação dos diversos colonizadores [...]” (2006, p. 82). A perspectiva de catequese enquanto meio de

civilizar os indígenas se fez presente em diversos momentos e diferentes discursos do *Diário do Rio de Janeiro*. Nesse sentido, aqui buscarei apresentar como o assunto foi abordado no jornal em suas publicações.

Em publicação de 1850, o *Diário*, nos dias 19 e 20 de julho, ao apresentar o “Itinerário de Joaquim Francisco Lopes”, narra a respeito do contato de Joaquim Francisco Lopes com indígenas da região do Mato Grosso. Em seu texto, Joaquim Lopes aponta a presença de “índios pacíficos Kaiowá” (1850, nº 8451, p. 1), e que esses se relacionam com outros povos da região. No itinerário ainda é descrita a presença de uma estrutura religiosa, que é narrada do seguinte modo “me admirou achar ali uma cruz preparada e fíncada por estes selvagens (*Kaiowá*), que cada vez mais me convenço da sua propensão a nosso respeito, e que com jeito, maneiras e muitos presentes do que necessitam se domesticarão e aldearão definitivamente [...]” (1850, nº 8451, p. 1, grifo meu). Logo, pelo relato de Joaquim Lopes, pode-se perceber que a religião era um dos elementos a que se atribuía os caminhos para a domesticação e fim da selvageria dos nativos.

Na seção “Comunicado”, de 06 de dezembro de 1852, o “Extrato de uma descrição geográfica-histórica de algumas províncias do Brasil feitas cuidadosamente no princípio do presente século, por viajantes Portugueses quando a divisão civil do Estado Nacional”, assinada por Mello Moraes, foi outro texto que estabelece a relação entre civilidade e estar inserido no meio religioso. Para Mello Moraes, assim como para outros do seu tempo, os índios somente poderiam se civilizar mediante o trabalho dos religiosos, como pode-se observar em:

[...] o mais vantajoso, e humanitário meio da catequese, para civilizar o índio bravo, é chama-lo por via da branda persuasão a vir associar-se a nós; tomar parte em nossa comunhão, tornar-se homem útil e tratável. Lembrei, que convinha dar aos religiosos um emprego digno deles, tirando-os o governo brasileiro desse estado de apatia e que vivem, terminantemente ordenando-lhes embrenharem-se pelo interior dos nossos sertões a empregarem-se no sagrado apostolado, humano e suave como recomenda o Divino Mestre [...] (1852, nº 9177, p. 1).

Para além das narrativas em que indígenas reais fossem representados em contato com a doutrina cristã, em meio a inserção na catequese, o *Diário do Rio*, em 08 de fevereiro de 1854, apresentou um texto literário que descrevia o momento de contato de um índio com missionários. No texto, fica clara a relação entre a conversão perante a Deus e a transformação do autóctone em uma figura civilizada. Em uma clara ação de batismo, o texto revela que:

[...] o missionário, levantando os olhos a Deus, bateu de leve a cabeça do Índio valente. O Índio estremeceu – porque ninguém houvera até então tocado

impunemente seus cabelos; mas o filho do claustro, que tem unção, lhe perguntou confiado:

– Filho, queres o batismo?

Olhou ferozmente o selvagem, tremeu e ansiou, e depois de uma pausa em que ele mais contemplava o crucifixo do frade do que suas armas, exclamou subitamente mudando de expressão:

– Tapuã não és, és filho de Tupã.

– Sou filho de Deus, retrucou santamente o missionário.

Pois bem, disse o Índio como em divino entusiasmo, lava-me na tua água, dá-me a tua cruz que Anhangá não mais se atreverá a mover suas vias contra mim.

[...] (1854, nº 38, p. 1).

Ao que concerne a publicação de 08 de fevereiro, ela ainda estabelece um encadeamento entre a conversão dos índios com as dos apóstolos. Tal concepção pode ser visualizada na seguinte passagem “[...] a conversão dos Índios traz à ideia a conversão primitiva dos apóstolos; conversão dos homens civilizados muitas vezes nos traz à ideia a impiedade daqueles que não foram convertidos. Os títulos e honras não fazem só cristãos, fazem quase sempre indiferentes e alheios” (1854, nº 38. P. 1).

A relação indígena e religião foi apresentada novamente em 09 de fevereiro de 1854. O texto em que tal relação se dá foi vinculado à seção “Variedade” e teve como título “O Tapijára”. A publicação busca explicar o que seria o Tapijára, e a relação que esse estabelece com os seres e o ambiente. Assim, de acordo como texto “o tapijára vive entre o índio e o homem civilizado” (1854, nº 40, p. 1). Mas ainda, ao observar o índio, esse é apresentado como:

[...] um homem vestido, mas de pé descaço, um católico cheio de muita fé, um crente quase fanático. [...] Assim como os homens primitivos, os senhores das florestas asiáticas, assim é o tapijára, raça que apenas largou a rede armada entre troncos, o arco e a flecha, para apreciar os belos laços da família e ter um santo a quem reze, e um Deus misericordioso a quem invoque, sob um teto de palha ou folhas secas [...] (1854, nº 40, p. 1).

Esse sujeito denominado Tapijára de certo era um índio que, devido a sua inserção ao meio cristão, passou a ser lido por uma perspectiva nova. No entanto, mesmo comungando das crenças católicas, é interessante notar que ele não consegue alcançar o *status* de homem civilizado, mas apenas uma posição intermediária entre o indígena, selvagem, não convertido, e o homem civilizado.

Em “Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa provincial, em 15 de julho de 1854”, o tópico “Colonização dos Indígenas”, publicado no *Diário* em 15 de novembro, apresenta que

milhares de “índios selvagens³⁵” têm ameaçado a segurança dos sujeitos civilizados que vivem em Ambrozios. A publicação demonstra um tom de crítica à falta de aldeamento e de funcionários encarregados da “catequese e civilização dos indígenas [...]” (1854, nº 302, p.1). O relatório ainda faz menção ao Regulamento das Missões de 1845, mas pontua que solicitou “do governo imperial um missionário que conserve à religião e à vida social esses índios, já mansos, e chame à fé e à civilização outros, que por ali vivem em hordas errantes [...]” (1854, nº 302, p.1). Logo, percebe-se a vontade da província em buscar impor aos indígenas a catequese com propósito de que assim, esses sujeitos se encontrem na mansidão e deixando de ser uma ameaça a localidade.

A província do Paraná voltou a aparecer nas publicações do *Diário* tematizando os indígenas e a necessidade de aldeamento em 1856. Em 15 de julho daquele ano, na seção “Comunicações”, foi apresentada a importância da religião para se alcançar os índios, uma vez que ela “inicia-nos a chamar os indígenas ao seio da igreja, o interesse social determina que enviemos esforços a fim de conquistas para o trabalho o grande número de habitantes errantes de nossas florestas” (1856, nº 196, p. 2). Assim, ao se inserir no meio social, o autóctone brasileiro passaria a ser utilizado enquanto mão de obra, promovendo assim ganhos para aqueles que o explorasse, fosse no campo privado, ou pelo Estado. Para além da força de trabalho, a comunicação, reforçava ainda a ideia de a religião ser “[...] um auxiliar poderoso da catequese, quando o seu ministro, penetrado de verdadeiro espírito evangélico, e zeloso da salvação das almas perdidas”.

Coadunando às exposições anteriores, na data de 20 de junho de 1857, na seção “Relatório do Ministério do Império”, uma série de assuntos são apresentados, eles falam um pouco a respeito da catequização no Brasil e a sua relação com os índios nacionais. No relatório é apresentado que “[...] a colonização nacional, ou por outras palavras, a catequese e a civilização dos índios conservam-se também em estado de estacionamento” (1857, nº 176, p. 1). A partir do apresentado na publicação do *Diário do Rio de Janeiro*, denota-se que o consenso era de que a melhor forma de promover a civilização dos indígenas, e assim, assimilá-los a sociedade civilizada seria pelo laço religioso estabelecido junto aos missionários católicos, uma vez que aqueles que fundamentavam o relatório acreditavam que “[...] a palavra do Evangelho influi imensamente no ânimo dos selvagens [...]” (1857, nº 176, p. 1), o que os tornaria propícios a sociedade.

³⁵ Designação atribuída por Zacarias de Góes e Vasconcellos, presidente da província do Paraná. (*Diário do Rio de Janeiro*, 1854, nº 302).

Diante do exposto, a relação com a catequese, conversão e civilização torna-se evidente como uma lógica predominante no Oitocentos. Também, não se pode perder de vista que “o termo catequese, estará vinculado, na narrativa dos missionários, à necessidade da imposição da ordem, de incutir o medo às autoridades nas populações indígenas” (Amoroso, 1998, n.p.). Assim, as narrativas que representavam os indígenas sob o prisma da necessidade de catequização tinham, inicialmente, o propósito de torná-los úteis a um modelo de sociedade eurocêntrico, no qual seriam utilizados como força de trabalho. Em um segundo momento, buscava-se incutir nesses sujeitos o temor a Deus e às autoridades às quais deveriam se submeter. A catequização e, concomitantemente, a civilização eram instrumentos para manter a dominação sobre os corpos indígenas, sempre partindo dos estereótipos de selvageria, hostilidade e bravura.

3.3. *Morre o índio, nasce o símbolo: literatura e a construção do índio mitificado*

A imprensa e a literatura viveram momentos de grande simbiose durante o Império do Brasil. Por meio dos folhetins, os jornais se tornaram importantes espaços de veiculação da produção literária produzida no Oitocentos. Para Sodré (1982), a relação entre literatura e imprensa era tão próxima que elas acabavam se confundindo. Nesse sentido, o *Diário do Rio de Janeiro* não se furtaria a apresentar, por meio de suas páginas, importantes obras literárias consideradas precursoras no movimento indianista.

Os romances-folhetins ganharam os rodapés das primeiras páginas dos jornais. Matias Molina (2015) pondera que esses textos passaram a ter grande público, uma vez que narravam histórias ficcionais que envolviam os leitores. Os primeiros textos a ocuparem os rodapés foram obras estrangeiras que eram replicadas de outros jornais, mas que acabaram promovendo uma fascinação em solo brasileiro, fazendo inclusive com que a espera pelas publicações dos desfechos das obras fosse eufórica (Molina, 2015).

Apesar do apelo inicial a obras internacionais, produções como *O Guarani* foram destaque nas páginas do *Diário*. Não somente romances foram publicados; cabe destacar que a seção de folhetins serviu também para que sonetos, críticas a outras obras ou até mesmo expedientes de peças teatrais ocupassem tal espaço.

Certamente, *O Guarani* se tornou a obra nacional de maior destaque, haja vista que tematizava o Brasil. Importante destacar ainda que nela a figura indígena assumia uma

característica importante do Romantismo da época, além disso, de acordo com Raquel Anastacio Wrege e Ewerton de Sá Kaviski, os índios “[...] foram utilizados como um símbolo de identidade nacional [...]” (2021, p. 5). Ainda a respeito desse movimento romântico, para Antônio Candido (1975), a premissa do movimento literário era encontrar uma expressão e produção literária no Brasil que fosse original. Nesse sentido, para alcançar a autenticidade pretendida, seria necessário recorrer a elementos que conseguissem expressar e descrever a identidade do povo brasileiro.

Wrege e Kaviski apontam que o movimento romântico indianista “buscava a definição de uma identidade nacional brasileira por meio de protagonistas indígenas” (2021, p. 3). No entanto, ao buscar nos indígenas um protagonismo, não significava que eles seriam representados dentro da realidade expressa na sociedade. Por vezes, e não poucas, os nativos tiveram suas representações subjugadas à cultura europeia, como figuras selvagens e sem cultura.

A intenção aqui não é adentrar nos meandros da teoria literária nem realizar uma análise detalhada das obras em que os indígenas foram mencionados no *DRJ*, mas sim apresentar como esses sujeitos foram retratados no periódico, especialmente a partir de um movimento literário que começava a ganhar forma localmente. Assim, será exposto como os indígenas foram projetados com a finalidade de serem utilizados como símbolos nacionais.

José Martiniano de Alencar se formou advogado, mas se destacou na figura de escritor. Foi um dos mais importantes escritores de literatura romântica brasileira. Seus romances foram fundamentais para a construção de um imaginário a respeito de um índio oposto ao que era apresentado nas seções policiais, e nos debates políticos da época. Para Maria Regina Celestino de Almeida, “[...] os índios dos romances de José de Alencar, por exemplo, estão muito longe da realidade. Sem qualquer atitude de rebeldia, ou confronto, surgem apenas como aliados dos portugueses aos quais dedicavam devoção e lealdade” (2010, p. 137).

Foi esse índio leal que José de Alencar apresentou em sua primeira obra indianista. Publicado em 1857, enquanto atuava como redator-chefe do *Diário*, Alencar usou as páginas do periódico para divulgar a sua obra que se tornaria uma das mais conhecidas nacionalmente e certamente a mais importante da literatura indianista. *O Guarani*³⁶ teve sua publicação vinculada ao *DRJ* durante os meses de janeiro e abril. A obra tematiza a devoção de Peri, um índio, a Cecí, filha de Dom Antônio Mariz, e tem como pano de fundo a relação que se

³⁶ Em função das precárias condições de digitalização de algumas páginas em que *O Guarani* foi publicado, optou-se por utilizar como referência a obra publicada em 1857, pela *Empresa Nacional do Diário*.

estabelece desse índio com a família Mariz, assim como o confronto entre que se travou entre os povos Aimoré.

Para Alfredo Bosi, “[...] o índio de Alencar entra em íntima comunhão com o colonizador, Peri é, literal e voluntariamente, escravo de Ceci, a quem venera como sua *Iara*, “senhora”, e vassalo fidelíssimo de Dom Antônio” (1992, p. 177). Ao iniciar sua obra, Alencar demonstra o sentimento de confiança que o índio Peri tinha de Dom Antônio, confiança essa estabelecida com o tempo e em função de o índio ter salvado Ceci. Apesar da existência de confiança por parte Dom Antônio, com a esposa do fidalgo, dona Lauriana, a relação era diferente, uma vez que para ela Peri não havia abandonado o seu estado “natural”.

Da parte de Ceci, é notória a construção de uma admiração para com o índio representado, sendo que a ausência de Peri ao ser sentida extrapola a condição de um sujeito explorado. Essa noção pode ser percebida quando Cecília, em conversa com sua prima Isabel, a repreende por tratar Peri em uma condição de subalternidade.

[...]

– Não faça caso, Cecília, replicou d. Isabel reparando na melancolia da moça; perderás a meu tio para caçar-te outro que farás domesticar, e ficará mais manso que o teu Peri.

– Prima, disse a moça com um ligeiro tom de repreensão, tratas muito injustamente esse pobre índio que não te fez mal algum.

– Ora Cecília, como queres que se trate um selvagem que tem a pele escura e o sangue vermelho? Tua mãe não diz que um índio é um animal como um cavalo ou um cão? (Alencar, 1857, p. 49-50 – parte I).

Por vezes, José de Alencar nomeou Peri como selvagem. Cabe destacar que essa atribuição de condição nem sempre foi feita com uma conotação pejorativa. Em momentos, ao usar o termo selvagem, o autor busca reafirmar a relação de Peri com a selva, ou com o ambiente em que foi gerado. Essa questão pode ser percebida quando o autor descreve o embate entre o índio e uma onça.

[...] Então, o selvagem distendeu-se com a flexibilidade da cascavel ao lançar o bote, fincando os pés e as costas no tronco, arremessou-se e foi cair no ventre da onça, que subjugada, prostrada de costas, com a cabeça presa ao chão pelo gancho, debatia-se contra se vencedor procurando debalde alcançá-lo com as garras (Alencar, 1857, p. 39 – parte I).

Cabe pontuar ainda que o embate de Peri se deu em razão da sua devoção a Ceci. Por vontade de Cecília em ver uma onça, o índio sai em busca de uma animal para que pudesse capturá-la e entregar a jovem donzela. Assim, fica explícito o caráter de servidão do índio, que

buscava fazer cumprir os desejos da jovem. O sentimento que Peri tinha pela jovem Mariz é possível de ser mais nitidamente observado quando se apresenta que:

[...] Em Peri o sentimento era um culto, uma espécie de idolatria fanática, na qual não entrava um só pensamento de egoísmo; amava Cecília não para sentir um prazer ou ter uma satisfação, mas para dedicar-se inteiramente a ela, para cumprir o menor de seus desejos, para evitar que a moça imaginasse um pensamento que não fosse imediatamente uma realidade (Alencar, 1857, p. 91 – parte I).

Apesar dos sentimentos do índio pela filha de Dom Antônio, dona Lauriana não possuía afeição por Peri. Por momentos, o descontentamento e indiferença da esposa do fidalgo é apresentada na obra. Para dona Lauriana, Peri não passava de um índio selvagem que a qualquer momento voltaria a estar com seu grupo. Pelos motivos apresentados, acrescido à invasão do casarão onde os Mariz viviam pela onça que tinha sido capturada pelo índio, a esposa de Dom Antônio continuava buscando meios de fazer com ele expulsasse o autóctone. Contudo, apesar das investidas da esposa, para o fidalgo, tal expulsão não aconteceria, uma vez que ele “apreciava o caráter de Peri, e via nele embora selvagem, um homem de sentimento nobre e de alma grande” (Alencar, 1857, p. 126 – parte I).

Como visto, a obra de Alencar colocava uma aura de nobreza, bondade e servidão ao índio Peri. Em contrapartida, ao tratar dos índios Aimoré, o autor buscou colocar esses sujeitos enquanto tomados por raiva e praticantes de violência, assim como uma nação degenerada. Ao narrar o ataque dos Aimoré à casa de Dom Antônio, esses sujeitos são apresentados como:

[...] Homens quase nus, de estatura gigantesca, de fisionomia feroz, cobertos de peles de animais e de penas amarelas e escarlates, armados de grossas claves e arcos enormes, adiantavam-se soltando gritos medonhos. A inúbia retroava; e o som dos instrumentos de guerra misturado com os brados e alaridos formavam um concerto horrível, uma harmonia sinistra que revelava os instintos dessa horda de selvagens reduzida à brutalidade das feras (Alencar, 1857, p. 85 – parte III).

José de Alencar seguia a “cartilha” do indianismo, buscando a dualidade na representação dos índios (Bosi, 1992). O índio bom, em contraste com o índio violento, refletia perfeitamente a lógica indianista, na qual o antagonismo servia para evidenciar a existência de sujeitos ambivalentes, embora apenas um deles fosse considerado desejável para viver em sociedade. Logicamente, ao índio a quem se atribuía uma representação marginalizante, restava apenas o massacre ou a conversão.

Frente à guerra travada contra os ferozes Aimoré, e a iminência de derrota, em mais um ato de amor e devoção de Peri para com a Cecí, o índio havia posicionado um barco para que a

jovem fugisse junto de seu pai. Contudo, Dom Antônio nega a sua participação no plano feito pelo índio e lhe atribui a missão de salvar a jovem Mariz. Para salvar Cecí, o índio Peri precisaria mais do que habilidade com o barco, precisaria completar a sua metamorfose de selvagem para civilizado.

Somente o batismo seria capaz de metamorfosear o jovem índio. E foi mediante a isso que Peri ainda prometeu a Dom Antônio proteger sua filha e mantê-la salva.

[...]

– Se tu fosses cristão, Peri! ...

O índio voltou-se extremamente admirado daquelas palavras.

– Por quê? ... perguntou ele.

– Por quê? ... disse lentamente o fidalgo. Porque se tu fosses cristão eu te confiaria a salvação da minha Cecília, e estou convencido de que a levarias ao Rio de Janeiro, à minha irmã.

O rosto do selvagem iluminou-se; seu peito arquejou de felicidade; seus lábios trêmulos mal podiam articular o turbilhão de palavras que lhe vinham do íntimo da alma.

– Peri quer ser cristão! Exclamou ele.

[...]

– Escuso exigir de ti a promessa de respeitar e defender minha filha. Conheço a tua alma nobre, conheço o teu heroísmo e a tua admiração por Cecília.

(Alencar, 1857, p. 102-103 – parte IV).

Por fim, ao regressar à natureza, e levar consigo Cecí na condição de seu protetor, Peri precisa romper com a sua “natureza”. Tal rompimento daria espaço para uma nova ordem social. Assim, Alencar afirmava que “[...] no meio de homens civilizados, era um índio ignorante, nascido de uma raça bárbara, a quem a civilização repelia e marcava o lugar de cativo. Embora para Cecília e Dom Antônio fosse um amigo, era apenas um amigo escravo” (Alencar, 1857, p. 130 – parte IV).

A obra se encerra com Cecí e Peri repovoando a terra. Para Renato Ortiz, “*O Guarani*, como os mitos primitivos, encontra na figura do incesto (união fraternal de Cecí e Peri) o artifício para a fecundação de uma nova ordem, mas ele é sobretudo um romance das águas, onde a imagem de lavagem das impurezas, permeia a narrativa do início ao seu término” (2023, p. 37).

Representado sob o prisma do “bom selvagem”, idealizado e europeizado, o índio foi projetado em oposição à figura selvagem que também aparecia nas obras. Essa ambiguidade buscava reforçar aspectos que conduziriam o índio ao campo positivo da docilidade, já que, ao final, o índio que prevalece é o idealizado. Assim, a projeção do índio cortês, benevolente e devoto contribuiu para forjar, no imaginário coletivo, a existência desses sujeitos para além das páginas que os narravam.

Dentre o apresentado, cabe pontuar a importância da obra para a construção de um índio mitificado, que seria revisitado no processo de consolidação da República. Parafraseando Bosi, os romances históricos de Alencar se voltaram “não para a destruição das tribos tupis, mas para a construção ideal de uma nova nacionalidade: o Brasil que emerge do contexto colonial” (1992, p. 186), e das relações que se estabeleceram dessa sociedade. O índio então foi inserido em uma atmosfera de nobreza, em prol de promover

3.4. Por outros tipos e formas: narrativas destoantes e múltiplas

Como já apresentado, os indígenas foram representados como violentos, criminosos, mas também em uma visão de que deveriam ser civilizados mediante o batismo cristão, assim como alçados a uma condição de pureza que os habilitava ser símbolo da nação que surgia. Apesar dessas representações, o *Diário do Rio de Janeiro* ainda apresentou o termo “índio” empregado a outras publicações que não se enquadraram à análise proposta para o trabalho. Contudo, em virtude dessa faceta variada em que o termo “índio” aparece, buscarei aqui apresentá-las.

Os indígenas nunca foram tratados de forma homogênea na sociedade, e, no *Diário*, sua representação não foi diferente. Nas páginas do jornal, foi possível encontrar referências a índios em movimentações portuárias, descrições de medicamentos e boticários, menções a grupos fora do território brasileiro e como tema no teatro ou em exposições de exotismo. Vale destacar que, entre as menções encontradas, tanto o termo no masculino quanto no feminino ocuparam espaço no periódico. No entanto, quase sempre o termo “índia” estava associado à localização geográfica da Índia, no continente asiático.

Ao que concerne às menções a índio em outras localidades, destaca-se a publicação de 05 de novembro de 1853, que foi vinculada na seção “Variedades” e que tinha como título “Carta de Braz Tisana, boticário de Lisboa, ao barbeiro”. Na publicação há a menção de que:

[...] um índio bem vestido passava por uma das ruas da cidade de Brooklin; o calor era intenso, e o carão do índio ia escorrendo em suor! Então o homem da Índia parou no meio da rua; tirou-se de seus cuidados, despiu-se, tirando até a camisa, e metendo a roupa debaixo do braço, continuou o seu caminho. [...] As mulheres que viam o índio nu, viravam a ara, e os rapazes o apupavam e o apedrejavam! A polícia pelo sim pelo não o foi metendo na cadeia! O índio alegou em sua defesa o costume de seus país (1853, nº 301, p. 2).

O “índio” mencionado provavelmente se referia a um indiano, visto que, mais adiante no mesmo texto, é descrito como “o homem da Índia”. No entanto, essa menção não pode ser

ignorada na análise do jornal, já que, sendo a palavra “índio” o foco da pesquisa, é importante compreender o contexto em que ela aparece, mesmo que não seja o elemento central da análise.

Em publicação assinada por Jane Adelina Wilson, em 11 de outubro de 1854, intitulada “Relação do recente cativo de Madame Jane Adelina Wilson, entre os índios Comanches”, a autora apresenta um momento de sua vida em que viveu sob custódia do povo Comanche. Em seu texto, Jane Wilson narra a respeito do momento em que ela, juntamente de seu marido e sogro foram capturados por indígenas do México, quando tentavam chegar à Califórnia, nos EUA. Em uma das passagens descritas, Madame Wilson pontou que “atiravam-me de todos os lados pedras capazes de matar-me, ou então eu era derrubada e calçada aos pés pelo feroz chefe índio, que parecia desejoso de despedaçar-me, [...] ele me deixava estendida no chão, e tocava os animais para passarem por cima do meu corpo [...]” (1854, nº 278, p. 1).

Ainda ao que diz respeito a publicações sobre índios de outras localidades, em novembro de 1854, duas publicações se mostraram muito interessantes. A primeira, de 09 de novembro, narra que índios, malaios, das Ilhas Filipinas auxiliavam em Cádiz no combate da cólera, sendo que “87 pessoas confiadas aos cuidados dos índios, foram todas salvas em presença de numerosas testemunhas [...]” (1854, nº 306, p. 1-2). Também, a partir do mesmo texto é possível perceber que esses índios ainda auxiliaram na cura de “[...] uma rapariga que lhe levaram moribunda, e que se cria já perdida” (1854, nº 306, p. 2). Já em 10 de novembro, a segunda publicação em que o índio aparece mencionado diz respeito a o que foi intitulado de “Causas do mal sucesso da República do México”, em que o indígena e o negro são apresentados por estarem “[...] ao nível do branco da classe inferior; mas por falta da menor instrução, esta raça mista não tem aptidão para apropriar-se dos vícios do povo civilizado [...]” (1854, nº 307, p. 2).

Para além das menções em publicações que indiquem índios de diversas localidades, o índio enquanto elemento circense, do teatro e de exposição, também foi figura constante no *Diário do Rio de Janeiro*. Destaco a publicação de 1852 dos dias 28 e 29 de novembro, em que foi vinculada, na seção “Teatro”, a divulgação das últimas apresentações do *Soirées Parisiense e Fantásticos*. Na divulgação do espetáculo, ao apresentar o programa, constava na parte 1, a apresentação com o tema “Experimento Índio” (1852, nº 9170/9171, p. 4). A respeito do *Soirées*, não foi veiculada mais nenhuma informação a respeito de como seria abordado esse experimento, assim como de qual índio se trataria.

Ainda no escopo das apresentações, em 27 de setembro de 1856, foi noticiada a apresentação “Noites Mágicas” no Teatro Lírico Fluminense, cuja atração principal seria um

“[...] admirável anão índio [...]” (1856, nº 286, p. 4). O anão índio era da Índia, especificamente da cidade de Lucknow. Jissue-Bahador, o anão, media 31 polegadas e, pelo número de anúncios publicados no periódico, certamente fez uma longa temporada em solo brasileiro.

Embarcações foram recorrentemente nomeados pelo termo índio. A partir do levantamento junto a fonte, foi possível identificar uma série de barcos e navios que aportavam em portos brasileiros, cujas embarcações traziam a designação de índio. Em 07 de janeiro de 1853, consta a chegada de um “barril com manteiga pesando de bruto 1 ½ arroba vindos de Liverpool no navio *Índio*” (1853, nº 6, p. 3, grifo do jornal). Já em 15 de agosto de 1855, na seção “Registro do Porto”, foi publicada a “Lista das embarcações estrangeiras surtas neste porto no dia 13 de agosto de 1855”, na qual consta uma embarcação do tipo patacho³⁷, nomeada de índio, saindo a destino o Rio da Prata (1855, nº 255, p. 4). A lista publicada em 15 de agosto apareceu com certa frequência nas páginas do *Diário*, e quase sempre uma embarcação de nome índio constava dentre as embarcações que saíam do Brasil.

Por fim, o termo índio ainda foi associado a produtos de fins medicinais, como o exemplo divulgado em 12 de outubro de 1854, onde o “Xarope de Yaguira-Caa dos Índios” foi apresentado como “Uma nova descoberta de um celebre médico europeu”. O xarope foi intensivamente propagandeado, por semanas e meses, pelo periódico. Salta aos olhos que o Xarope de Yaguira-Caa foi apresentado como:

[...] o medicamento mais poderoso que até hoje tem aparecido para debelar de uma maneira eficaz e radicas as enfermidades (*qualquer febre, por mais longa e rebelde que seja, hidropisia, catarro crônico, diarreia, desinteria, flores brancas, bexigas, sarampo*) que desaparecem como por encanto com aplicação do Xarope de Yaguira-Caa dos Índios [...] (1854, nº 289, p. 4, grifo meu).

Por outros tipos e formas, os indígenas acabaram sendo narrados de formas destoantes daquelas que se apresentaram em maioria. Mesmo sendo apresentadas narrativas de índios de outras localidades, ou de nome de embarcações, e até mesmo em xaropes médicos, a verdade é que o termo se fez presente em múltiplas formas no jornal, demonstrando que esses sujeitos ocupavam diversos espaços. As narrativas sobre indígenas e indianos de outras localidades aponta para uma confusão, ou imprecisão para nomear sujeitos que ocupavam diferentes espaços. No entanto, ao ler as publicações onde foram narrados índios mexicanos, ou até mesmo

³⁷ De acordo com o Michaelis, as embarcações do tipo patacho se caracterizam por serem marcantes, ligeiras e terem dois mastros (PATACHO, 2024).

argentinos e chilenos³⁸, nota-se que, apesar de estarem em territórios distantes geograficamente, essa era uma narrativa comum ao tempo. Denota-se também que os indígenas ocuparam distintos espaços no setor cultural do período, fosse pela figuração em sonetos ou em exposição em espetáculos e circos, mostrando a alegorização e a exotificação desses sujeitos.

³⁸ Em 14 de abril de 1855, foi publicada, na seção “Variedades”, um texto a respeito das formas como se estabeleciam os casamentos entre os índios araucanos na região do centro-sul do Chile e do sudoeste da Argentina (1855, nº 102, p.1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente, os indígenas nacionais ocuparam, por um longo período, espaços abjetos na história. No entanto, como já apresentado, somente nos últimos anos, foi que essa perspectiva começou a ser invertida. Realizar uma pesquisa histórica abordando questões relacionadas aos povos indígenas carrega a responsabilidade de romper com o ciclo de reducionismo e apagamento a que esses povos foram submetidos. Assim, com o objetivo de contribuir para os avanços no campo da história indígena, este trabalho buscou compreender como as representações indígenas foram construídas na história nacional.

A buscar por tentar entender como o imaginário social brasileiro construiu a ideia dos indígenas enquanto seres exóticos, violentos, hostis, assim como de um sujeito idílicos, bondosos e heroicos, a pesquisa aqui regressa temporalmente ao Brasil Imperial. Ao se aprofundar no campo da história da imprensa, e tendo como base o periódico *Diário do Rio de Janeiro*, iniciou-se uma investigação para entender como o século XIX contribuiu para forjar e, em certa medida, disseminar as ideias sobre os índios brasileiros.

Em uma sociedade que buscava na Europa o seu reflexo de erudição e civilidade, a imprensa acabou se tornando importante instrumento nesses processos. Os periódicos se configuraram então enquanto um pedaço de papel em que diversos assuntos pudessem ser divulgados, desde os manuais de bom-tom³⁹ a publicações relacionadas a questões do Estado, obra literárias e anúncios. Os diários, panfletos e jornais contribuíram para o desenvolvimento da sociedade e para a construção de uma sociabilidade a partir dos sujeitos e agentes envolvidos no processo de produção e comércio desse material.

A sociedade majoritariamente analfabeta não foi um problema para que as questões estampadas nos jornais pudessem alcançar as mais variadas camadas sociais do Império. A sociabilidade vigente na época, assim como os recursos utilizados para ampliar o alcance das ideias dos periódicos, como as leituras públicas, contribuíam para a formação da opinião pública. Ao tocante à questão apresentada, Flávia Silvestre Oliveira e Maria da Conceição Carvalho pontuam que “[...] o impresso, paulatinamente, invadiu o cotidiano da população dos mais diferentes recantos, tornando-se o ‘livro do povo’, de modo que o dia a dia de pessoas de diferentes classes sociais foi modificado com a disseminação das práticas de ler” (2016, p. 443), o que auxiliou nas discussões em torno do que era apresentado pelos redatores dos jornais naquele momento.

³⁹ A respeito dos manuais de civilidade consultar trabalho de Maria do Carmo Teixeira Rainho (1995).

Uma coisa é certa: o *Diário do Rio de Janeiro* foi um periódico em que os indígenas foram representados por vários *tipos*. Não houve um discurso, ou abordagem homogênea nas páginas do *Diário*, os índios tiveram sobre seus corpos diferentes representações lançadas. Cunhados de múltiplas formas e cores, os nativos desempenharam ora um papel pedagógico, ao instigar o medo de viver em sociedade com eles, ora foram exaltados como um dos pilares da sociedade brasileira e símbolo dessa mesma sociedade.

Foi a partir de *O Guarani*, que os indígenas foram apresentados como sujeitos dóceis, e em certo ponto heróis de uma nação em formação, mesmo sendo apresentado vez ou outra grupos indígenas descritos com degenerados. O indígena de Alencar era retratado como alguém dotado de bondade e pureza, o que criava ao seu redor uma aura de virtude, permitindo-lhe conviver em harmonia com a sociedade considerada civilizada.

Desde a chegada dos primeiros portugueses ao Brasil, os discursos sobre a necessidade de civilizar os índios foram recorrentes. Na segunda metade do Oitocentos, essa lógica continuava presente. Sob a justificativa de colocá-los à luz de Cristo, mas com o pano de fundo de utilizá-los como mão de obra, o batismo e a catequese estiveram ligados à ideia de civilizar os indígenas. As narrativas que os representavam como incivilizados foram constantes e sempre acompanhadas pela ideia de que era necessária uma intervenção religiosa, frequentemente defendida por agentes do Estado, que não confiavam na capacidade de autogoverno dos indígenas, necessitando da tutela do Estado ou da Igreja, ainda que essa intervenção nem sempre se concretizasse.

Apresentados como um perigo à sociedade devido à sua violência desmedida, os índios frequentemente foram reduzidos à condição de selvagens e incivilizados. Essas narrativas se manifestaram de diversas formas, podendo ser explícitas, como em publicações que os retratavam como praticantes de crimes, ou veladas, quando se atribuía a um grupo indígena a culpa ou a sentença de um crime não especificado. No entanto, é importante inferir que essa representação era uma lógica do momento, refletindo o debate sobre os indígenas em outros espaços e o impacto dessa imagem na sociedade da época.

Entender as questões indígenas no recorte temporal de 1850 a 1858 nos obriga a olhar além do periódico analisado. O Instituto Histórico influenciava os debates da época, sobretudo os de temática indígena. Cabe pontuar que o IHGB foi um importante espaço onde os indígenas foram pauta de acalorados debates, desde aqueles que tematizava caminhos para civilizá-los, e até mesmo os extinguir (Mota, 2006). Certamente, os discursos desse importante espaço letrado

foram um dos influenciadores nos debates a respeito dos indígenas em campos públicos como os periódicos.

Outro aspecto interessante alheio aos periódicos foi a Lei de Terras de 1850. Maria Regina Celestino de Almeida destaca que o Regulamento das Missões de 1845, a Lei de Terras e o Regulamento Complementar de 1854, “incentivava a proposta assimilacionista e continuavam garantindo o direito dos índios às terras coletivas enquanto eles não atingissem o chamado estado de civilização” (2010, p. 152). Para Almir Antônio de Souza (2015), foi nesse período que os indígenas sofreram progressivo avanço de não indígenas sobre suas terras, uma vez que tal legislação possibilitou a espoliação dos territórios indígenas em função daqueles indígenas entendidos enquanto civilizados deixarem de ser índio, ao pensamento da época.

Destarte, as representações que o *Diário do Rio de Janeiro* incutiu aos indígenas coadunavam com a conduta da sociedade da época. Entendendo que tais sujeitos se colocariam enquanto empecilho para o desenvolvimento da sociedade civilizada, assim como para o desenvolvimento econômico, nada melhor do que os representar enquanto inimigos do progresso, legitimando o esbulho de suas terras e o massacre de seus corpos. Por outro lado, a sociedade, marcada por uma ambiguidade, ventilava a ideia de dizimar os povos indígenas, enquanto também buscava neles elementos capazes de contribuir para a construção de uma identidade nacional e do mito fundador do país.

As representações atenderam diversos propósitos, isso é fato. Não obstante, elas não se limitaram apenas ao século XIX, uma vez que ainda hoje é comum encontrarmos indígenas sendo narrados enquanto incivilizados ou missões protestantes ocupando aldeias com a justificativa de evangelizar e catequisar esses povos. Assim, podemos refletir sobre como essas representações se consolidaram. Propositadamente ou não, ao serem construídas as narrativas de índios violentos, criminosos, preguiçosos, perdidos, mas passíveis de civilização, essas ideias encontraram espaço no século XIX e continuaram a ecoar nos séculos seguintes. Esses discursos ainda ressoam em diversos setores da sociedade, submetendo os indígenas a diferentes formas de violência, desde o campo simbólico até o físico.

Todas as reflexões e apontamentos feitos neste trabalho não se esgotam aqui. A partir do que foi levantado, das fontes utilizadas, do recorte temporal e das análises realizadas, é possível que outras pesquisas surjam. Compreender a dinâmica do *Diário* e de outros periódicos da época, assim como explorar as representações dos indígenas sob outras perspectivas, pode enriquecer ainda mais o debate proposto. Que novas pesquisas possam emergir,

interseccionando a história indígena com a história da imprensa, permitindo uma compreensão mais profunda das questões do passado e seus possíveis reflexos no presente.

FONTES

ALENCAR, José de. **O Guarany**. Rio de Janeiro: Empreza Nacional do Diário, 1857.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1850, nº 8317. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1850, nº 8451. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1852, nº 8649. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1851, nº 8867. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1852, nº 8970. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1852, nº 8985. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1852, nº 9170. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1852, nº 9171. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1852, nº 9177. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1853, nº 6. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1853, nº 86. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1853, nº 301. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1854, nº 38. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1854, nº 40. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1854, nº 143. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1854, nº 278. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1854, nº 289. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1854, nº 302. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1854, nº 306. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1854, nº 307. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1855, nº 102. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1855, nº 151. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1855, nº 255. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1856, nº 138. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1856, nº 196. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1856, nº 263. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1856, nº 286. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1857, nº 176. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1857, nº 247. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

_____. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1858, nº 62. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22indio%22&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ). Rio de Janeiro: Imperial Typographia, 1852, nº 131.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&Pesq=%c3%adndio&pagfis=0. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E LIMA, José Ignácio de. **Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou Analyse do Primeiro Juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compêndio de História do Brasil**. Pernambuco, 1844.

ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **História da vida privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional - Volume 2**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente - Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1821)**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.

ALMEIDA, Antônio Miguel Dantas de. Cidadania no Brasil: a construção nacional do Império ao golpe de Estado. **Revista de Ciências do Estado**. Vol. 5, nº 1, p. 1-22, Belo Horizonte, 2020.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**. Vol. 1, nº 2, p. 21-39, 2012.

_____. Os Índios no Tempo da Corte: reflexões sobre política indigenista e cultura política indígena no Rio de Janeiro Oitocentista. **Revista USP**, v. 79, p. 94-105, 2008

ALMEIDA, Silvia Luiz de. Necropolítica e Neoliberalismo. **Caderno CRH**. Vol. 34, p. 1-10, e021023, 2021, Salvador/BA.

AMOROSO, Marta Rosa. Mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinos. **Revista Brasileira e Ciências Sociais**. Vol. 13, nº 37, São Paulo, junho de 1998.

ASSUNÇÃO, Beatriz Albarez de; ITALIANO, Isabel Cristina. Moda e vestuário nos periódicos femininos brasileiros do século XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiro**. Nº 71, p. 232-251, dezembro, 2018.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: **Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro**, t. XXVIII, 1865.

BARBOSA, Januário da Cunha. Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. **Revista do IHGB**. Tomo 1: 141-143, 1839.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova prova, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **O Jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BASILE, Marcello. Capítulo II - O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial** - Vol. II - 1831-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 55-119.

BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C (org.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: Faperj, 2006, p. 60-93.

_____. *A praga periodiqueira: liberdade de imprensa, protocolos de escrita e ação política na época da Independência*. **Topoi (Rio de Janeiro)**. Vol. 23, nº 51, p. 937-959, set./dez. 2022.

BOSI, Alfredo. Cultura - Parte 5. In: CARVALHO, José Murilo de. **A Construção Nacional 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa (1823). **Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1923**. Ed. fac-silimilar. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003 – Tomo III. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/535162>. Acesso em 02 de dezembro de 2023.

BRASIL. [Constituição 1824]. **Constituição para o Império do Brasil - 1824**. Brasília, DF: Câmara Federal, 1824. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1737>. Acesso em: 23 agosto de 2023.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 03 de fevereiro de 2024.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão; Ana Regina Lessa. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

CANO, Jefferson. **O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro**. Tese (Doutorado em História Social). Unicamp: Campinas, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política - Parte 2. In: _____. **A Construção Nacional 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____. **A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro de sombras: a política imperial**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

_____. Cidadania: tipos e percursos. **Revista Estudos Históricos.** Vol. 9, nº 18, p. 337-359, 1995, Rio de Janeiro.

_____. Dimensiones de la ciudadanía el Brasil del siglo XIX. In: SABATO, Hilda (coord.). **Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina.** México: FCE, COLMEX, FHA, p. 321-344, 1999.

CASTRO, Túlio Botelho Moreira de; SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. Uma ponta de flecha em bico de pena: a construção da representação indígena a partir de Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1843). In: **Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina: Trajetórias, narrativas e epistemologias plurais, desafios comuns,** nº 3, 2019, Brasília.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História.** Vol. 30, nº 1, p. 349-371, janeiro-junho, 2011, São Paulo.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – Artes de fazer.** 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CREMONESE, Dejalma. A Difícil Construção da Cidadania no Brasil. **Desenvolvimento Em Questão.** Ano 5, nº 9, 59–84, jan./jun., 2007.

COELHO, Mauro Cezar. Do sertão ao mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798) (São Paulo). Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo, Cosac Naify, 2009.

DAL RI, Luciene. A construção da cidadania no brasil: entre Império e Primeira República. **Espaço Jurídico,** Vol. 11, nº 1, p. 7-36, jan./jun., 2010, Joaçaba.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução.** São Paulo: Companhia das letras, 1990.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram Vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **No revés do fracasso – Escravo ou Escravizado?**. Rio de Janeiro: Cia. das Índias - UFF, 2022. Color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c1_kMAdbGMk.

FAUTOS, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). **Revista de Sociologia e Política**. Vol. 25, nº 62, p. 63-91, junho, 2017.

FERRAZ, Paula Ribeiro. **O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora/MG, 2013.

FERREIRA, Gabriela Nunes; FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Cidadão e Cidadania. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Volume 2. São Paulo: Fundap – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013.

FERREIRA, Tania M. T. Bessone da Cruz. Redatores, livros e leitores em O Patriota. In: Kury L, (org). **ILUMINISMO E IMPÉRIO NO BRASIL: O PATRIOTA (1813 - 1814)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007. 200 pp. (Coleção História & Saúde: Clássicos e Fontes).

FIGUEIRÔA, Silva. Associativismo científico no Brasil: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como espaço institucional para as ciências naturais durante o século XIX. In: LAFUENTE, A.; ORTEGA, Elena y M. L. (Org.). **Mudialización de la ciência y cultura nacional**. Actas Del Congresso Internacional “Ciencia, descubrimiento y mundo colonial”. Aranjuez (Madrid): Ediciones Doce Calles, 1993. p. 449-459.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. A pedagogia da nação nos livros didáticos de História do Brasil do Colégio Pedro II. **Cadernos de Ensaios e Pesquisas (UFF)**, Niterói, Vol. 8, p. 41-50, 2003.

_____. **Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GONÇALVES, Mariana Couto. O jornalismo literário no século XIX: a imprensa entre folhetins, crônicas e leitores. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – conhecimento histórico e diálogo social**. Natal, RN, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**. Vol. 1, nº 1, p. 5-27, janeiro/junho, 1988, Rio de Janeiro.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio - Apicuri, 2016.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização: Liv Sovik; Tradução: Adelaine La Guardia Resende; *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HEINEBERG, Ilana. Miméticos, aclimatados e transformadores: trajetórias do romance-folhetim em diários fluminenses. *In*: ABREU, Márcia (org.). **Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questões indígenas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi: Ciências Humanas**. Vol. 5, nº 2, p. 253-272, 2010, Belém.

KRAUSE, Thiago; SOARES, Rodrigo Goyena. **Império em disputa: Coroa, oligarquia e povo na formação do Estado Brasileiro (1823-1870)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

KRENISKI, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo P. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). *In*: **XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, julho de 2011, São Paulo/SP.

LOBO, Judá Leão; PEREIRA, Luís Fernando Lopes. A Imprensa do segundo reinado no processo político-constitucional: força moral e opinião pública. **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**. Vol. 59, nº 1, p. 179-206, 2014.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015, p. 111-154.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. *In*: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**. Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, p. 11-26.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. As minorias alfabetizadas no final do período colonial e sua transição para o império: um estudo sobre a história social e educação no Brasil. **Educação Unisinos**. Vol 10, nº 3, set./dez., 2006.

MARENDINO, Lais Perrut. **O Diário do Rio de Janeiro e a imprensa brasileiro do início do Oitocentos (1808-1837)**. Dissertação (Mestrado em História). UFJF: Juiz de Fora, 2016.

MARSHALL, Thomas. **Cidadania, classes e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de, (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. N-1 edições, 2018.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A Família real no Brasil**: política e cotidiano (1808-1821). São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2015.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821)**. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas.

MEIRELLES, Zeferino Vito de. **Plano para estabelecimento de um útil e curioso Diário nesta cidade**. Junho de 1821.

MELO, Victor Andrade de. Educação do corpo - bailes no Rio de Janeiro do século XIX: o olhar de Paranhos. **Educação e Pesquisa**. Vol. 40, nº 3, p. 751-766, julho/setembro, 2014, São Paulo/SP.

MENDES, Leonardo; SILVA, Andrea Gonçalves da. À Cata de um Barrete: literatura, caricatura e imprensa no Brasil de 1890. **Soletras**. Ano XI, nº 22, p. 197-205, julho/dezembro, 2011, São Gonçalo/RJ.

MENDES, Luís César Castrillon. **“Logo que o seu cofre proporcione esta despesa” - A construção da nação nos primeiros manuais de História do Brasil (1838-1898)**. Curitiba: Appris, 2022.

MIRANDA, Gabrielly Bononi. O conceito de civilização e a política indigenista do século XIX. **Epígrafe**. Vol. 9, nº 1, p. 32-55, 2020, São Paulo.

MOLINA, Matías M. **História dos Jornais no Brasil - Da era colonial à Regência (1500-1840)**. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A caverna de Platão contra o cidadão multidimensional indígena - Necropolítica e cidadania no processo de independência (1808-1831). **Acervo**. Vol. 34, nº 2, p. 1-26, maio/ago., 2021, Rio de Janeiro/RJ.

_____. De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). **Topoi**. Vol. 11, nº 21, p. 127-142, jul./dez., 2010.

_____. Indianidade, territorialidade e cidadania no período pós-independência – Vila de Itaguaí, 1822-1836. **Diálogos Latioamericanos**. Vol. 2, nº 18, p. 123-139, 2011.

_____. Poder local e “a voz do povo”: territorialidade e política dos índios nas repúblicas de maioria indígena do Espírito Santo, 1780-1822. **Tempo**. Vol. 22, nº 40, p. 239-249, 2016, Niterói/RJ.

_____. Povos indígenas e novas experiências urbanas na América portuguesa: reformismo pombalino, participação política e pesquisa em rede colaborativa. **Espaço Ameríndio**. Vol. 17, nº 1, p. 235-268, jan./abr. 2023, Porto Alegre/RS.

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. **Os índios e a Ordem Imperial**. Brasília: CGDOC/Funai, 2005.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)**. Jundiaí, paco Editorial: 2016.

_____. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. Da Gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfose da imprensa no Brasil. *In*: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Livros e impressos: retratos dos setecentos e dos oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

_____. Os primeiros passos da palavra impressa. *In*: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2015.

_____. A Independência no papel: a imprensa periódica. *In*: JANCÓS István (org.). **Independência: História e Historiografia**. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005.

MOTA, Lucio Tadeu. A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889). **Revista Diálogos - DHI/PPH/UEM**. Vol. 10, nº 1, p. 117-142, 2006.

MUNDURUKU, Daniel. **Índio e Indígena - Mekukradjá**. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s39FxY3JziE>.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. “A guerra das penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. **Tempo - Revista do Departamento de História da UFF**. Vol. 4, nº 8, dezembro, 1999.

_____. Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860). *In*: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (org.). **Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 181-205.

_____. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro. Revan: Faperj, 2003.

_____. Leitura E Leitores No Brasil, 1820-1822: O Esboço Frustrado De Uma Esfera Pública De Poder. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**. Vol. 8, nº 1-2, p. 123-138, 1995.

OLIVEIRA, Eduardo Romero. A ideia de Império e a fundação da Monarquia Constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824). **Tempo**. Nº 18, p. 43-63, março, 2005, Rio de Janeiro/RJ.

OLIVEIRA, Flávia Silvestre; CARVALHO, Maria de Conceição. Práticas leitoras em Minas Gerais, século XIX: bibliotecas públicas e a leitura de jornais. **Informação & Informação**. Vol. 21, nº 1, p. 426-447, jan./abr. 2016, Londrina.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlo Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 28, nº 3, setembro/dezembro, 2013, Brasília.

ORTIZ, Renato. O guarani: mito de fundação da brasilidade. **O público e o privado**. Vol. 21, nº 44, 2023, p. 22-28, Fortaleza.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Discriminação Racial e Cidadania no Brasil do século XIX (1829-1833). **Revista de História**, São Paulo, nº. 179, p. 01-37, 2020.

PATACHO. **Dicionário Online do Michaelis**, 06 de maio de 2024. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/patacho/>. Acesso em 06 de maio de 2024.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

PIMENTA, João Paulo Garrido. A Independência do Brasil como revolução: história e atualidade de um tema clássico. **Revista História e Historiografia**. Nº 03, p. 53-82, setembro, 2009, Ouro Preto/MG.

_____. Questão nacional e Independência do Brasil: um problema de 200 anos. **Revista USP**. Nº 133, p. 97-110, abril/maio/junho 2022, São Paulo/SP.

PIMENTA, Tânia Salgado; BARBOSA, Keith; KODAMA, Kaori. A província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia. **Dimensões**. Vol. 34, p. 145-183, 2015, Vitória/ES.

PIRES, Myriam Paula Barbosa. **Impressão, sociabilidade e poder: três faces da Tipografia do Diário na Corte do Rio de Janeiro (1821-1831)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. Zefferino Vitor de Meireles: impressão e civilidade na Corte do Rio de Janeiro (1808-1822). **Almanack Braziliense**. Nº 11, p. 115-129, mai. 2010, São Paulo.

PRESOTTI, Thereza Martha Borges. **NA TRILHA DA ÁGUA: Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas de Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII)**. 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2008.

PUNTONI, Pedro. A Confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães: A poética da história e a historiografia do Império. **Novos Estudos - CEBRAP**. Nº 45, p. 119-130, julho, 1996.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade – Rio de Janeiro, século XIX. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**. Vol. 8, nº 1-2, p. 139-152, 1995.

REIS, José Carlos. O tempo histórico como “representação intelectual”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 34, p. 45-65, 2012.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania, liberdade e participação no processo de autonomização do Brasil e nos projetos de construção da identidade nacional. **Locus: Revista de História**. Vol. 13, nº 1, p. 11-33, 2007, Juiz de Fora.

_____. Liberdade e medo: o impacto das ideias liberais no Rio de Janeiro do Primeiro Reinado. **Revista Brasileira de História**. Vol. 42, nº 91, 2022, São Paulo.

SANTOS, Carlos Maximiliano pereira dos (1918). **Comentários à Constituição Brasileira de 1891**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do imaginário**. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte histórica. **Revista História em Reflexão**. Vol. 4, nº 8, p. 1-11, julho/dezembro 2010, Dourados.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A imprensa periódica na época joanina. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Livros e impressos: retratos dos setecentos e dos oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

SOUZA, Almir Antônio. A Lei de Terras no Brasil império e os índios do Planalto meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870). **Revista Brasileira de História**. Vol. 35, nº 70, p. 109-130, 2015.

SOUZA, Eliezer Félix de. A imprensa como fontes para pesquisa em história e educação. In: **VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, 2009, Campinas/SP.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SERRA, Tânia. **Antologia do romance-folhetim: 1839 a 1870**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1997.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Movimento constitucional e separatismo no Brasil (1821-1823)**. Lisboa: Livros Horizontes, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiro** - indígenas na formação do Estado Nacional Brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, nº 2, p. 12-28, 2009.

VAINFAS, Ronald (org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetivo, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Memorial Orgânico. (2005 [1850]). In: MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. **Os índios e a Ordem Imperial**. Brasília: CGDOC/Funai, 2005, p 334-347.

WHITE, Leslie A.; DILLINGHAM, Beth. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

WREGGE, Raquel Anastacio; KAVISKI, Ewerton de Sá. A representação indígena em o Guaraní (1857), de José de Alencar, e em o Karaíba (2010), de Daniel Munduruku. **Revista Teoria e História da Arquitetura**. Vol. 2, nº 1, p. 01-25, 2021.